

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O TRABALHO DE APOSENTADOS EM SALVADOR – BAHIA: INTERFACES ENTRE
MERCADO, PREVIDÊNCIA E FAMÍLIA**

Carolina Marback Barbosa de Souza

Salvador-Bahia

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O TRABALHO DE APOSENTADOS EM SALVADOR – BA: INTERFACES ENTRE
MERCADO, PREVIDÊNCIA E FAMÍLIA**

Carolina Marback Barbosa de Souza

Tese apresentada ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFBA como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alda Britto da Motta

Salvador-Bahia
2010

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Alda Britto da Motta (Orientadora)

Prof^a Dr^a Ângela Borges

Prof^a Dr^a Clarice Peixoto

Prof^a Dr^a Maria da Graça Druck

Prof^a Dr^a Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

Para Helieta, Heitor, Nancy, José e Zuleica
(*In memoriam*), meus avós, com carinho.

Meus Agradecimentos

àqueles que colaboraram, de alguma modo, para a elaboração deste trabalho:

Professora Alda Britto da Motta, pelo estímulo na superação das dificuldades.

Professor Antônio Câmara, justo na conduta estabelecida com os alunos.

Professoras Alba Regina Arnal, Anete Ivo, Ângela Borges e Guaraci Adeodato, que contribuíram com ideias e sugestões proveitosas.

Professora Iara Maria de Almeida Souza, compreensiva e solidária, sobretudo no período final do Doutorado.

Professora Maria Antonieta Nunes de Aguiar, pela leitura cuidadosa e recomendações relevantes para a entrega final da tese.

Professora Maria da Graça Druck, pelos valiosos comentários feitos no Exame de Qualificação e pelos debates pertinentes travados na disciplina Leituras Orientadas em Sociologia do Trabalho. Também pela solicitude ao fornecer dicas bibliográficas.

Professora Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, “Pró” solidária, encorajadora e paciente, sobretudo ao supervisionar o Estágio Docente / CAPES. Sua generosidade ajuda-me na caminhada profissional, tornando-a menos difícil.

Professoras Maria Angélica Mattos e Rutildes Moreira da Fonseca, transmissoras do ensinamento de que a melhor forma de ajudar a si próprio é contribuindo para o crescimento intelectual do próximo.

Professora Maria José Passos, amiga e professora inesquecível de francês, pelo diálogo franco e enriquecedor.

Professora Dora Leal Rosa, pela ajuda prestada no momento conclusivo da tese.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia (PPGCS-UFBA), pela aprendizagem de que o grande lance da competição não consiste em superar o(s) outro(s), mas, sim, em vencer as próprias dificuldades e limitações.

À Ana, Eunice e Gildete, do Centro de Recursos Humanos (CRH-UFBA), e à Marina, da Faculdade de Filosofia Ciências Humanas (FFCH-UFBA), bibliotecárias sempre prestativas no empréstimo de livros, periódicos e teses.

À Ana e Cíntia, bibliotecárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), solidárias com aqueles que procuram informações produzidas e disponibilizadas por essa instituição.

Às colegas Eulália Azevedo e Paula Lopes Pontes, pelo empréstimo de livros, tese e gravador. Aos colegas Kátia Jane Bernardo, Marco Vinício Santana e Roberto Airon, pelas conversas descontraídas e conselhos relevantes.

À Bárbara Carvalho, que formatou, cuidadosamente, esse documento.

À turma da dança flamenca, Escola de Dança e Cultura Espanhola (EDACE), que transforma disciplina em prazer quando ensina a incorporar força de vontade, garra e persistência.

Aos meus pais, Anna Amélia e Milton, pelos mimos para com a minha pessoa e pela torcida para a realização bem sucedida desta tese.

A todos os entrevistados.

À CAPES, pela concessão da Bolsa de Doutorado.

RESUMO

Esta tese busca apreender significados materiais e simbólicos do trabalho de aposentados, funcionários públicos de ambos os sexos, de idade entre 52 e 76 anos, pertencentes às classes médias, que desempenham variadas atividades em diferentes setores de serviços (educação, comércio e saúde), em Salvador-Bahia. A pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas, é norteada pela hipótese de que o retorno e a continuidade dos informantes no mercado de trabalho se deve à necessidade de manterem as condições de vida, de preservarem a solidariedade familiar e de preencherem o vazio social. Nos relatos das trajetórias profissionais, os pesquisados demonstram a centralidade do trabalho. No universo pesquisado, encontram-se variadas formas de inserção profissional dos informantes, vínculos formais e não formais de trabalho.

Palavras-chave: Aposentadoria, Previdência Social, Família, Geração, Trabalho.

ABSTRACT

This thesis is an attempt to understand the material needs and the symbolic meanings which demanded some retired people to be engaged in work again. Middle-class public employees, male and female, were interviewed in Salvador-Bahia. Their ages ranged from 52 to 76 and they perform distinctive fields, such as education, business and health. Qualitative research carried out through interviews was based on the assumption that the interviewees were back in work to achieve different scopes: improve their economical living conditions, give the family some support and also have a busy life in the social context. The collected data show the different ways these retirees are now back in work. Some jobs have a formal contract of employment but others are informal jobs.

Keywords: Retirement, Social Welfare, Family, Generation, Work.

SIGLAS

ABI – Associação Baiana de Imprensa

ACBEU – Associação Cultural Brasil Estados Unidos

AMAG – Associação de Moradores e Amigos do Garcia

ANFIP – Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias

APFEBA – Associação de Professores de Francês do Estado da Bahia

BAHIANA – Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior

CAPS – Caixas de Aposentadoria e Pensões

CEB – Companhia Elétrica da Bahia

CDL – Confederação de Dirigentes Lojistas

CRH – Centro de Recursos Humanos

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CENTEC – Centro Nacional Tecnológico

CETEBA – Centro Técnico de Educação da Bahia

CETREL – Central de Treinamento de Afluentes Líquidos

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

DEM – Democratas

DERBA – Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia

EC – Emenda Constitucional

FENAJUFE – Federação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias

FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

GEDISST – *Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail* (Grupo de estudos sobre divisão social e sexual do trabalho)

GERS – Genre et rapports sociaux (Gênero e relações sociais)

IAPM – Instituto do Aposentado e Pensões Marítimas

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEIA – Instituto Central de Educação Isaías Alves

IEDs – Investimentos Estrangeiros Diretos

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

ISP – Instituto de Serviço Público

FAS – Fundo de Assistência Social

FENAFUJE – Federação Nacional de Servidores do Judiciário Federal

FGTS – Fundo Geral do Trabalho Social

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PETROS – Previdência dos Funcionários da Petrobrás

PFL – Partido da Frente Liberal

PIS / PASEP – Programa de Integração Salarial / Programa de Formação do Servidor Público

PND – Programa Nacional de Desestatização

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

PROPAP – Programa para Aposentados

REDA – Regime Geral de Direito Administrativo

SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SEI – Superintendência de Estudos Socioeconômicos

SENAC – Serviço de Educação Nacional do Comércio

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SESI – Serviço de Educação da Indústria

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TELEBAHIA – Telecomunicações da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNAFISCO SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNIFACS – Universidade Salvador

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
GERAÇÕES, PREVIDÊNCIA E TRABALHO: UM BALANÇO SOCIOLÓGICO	22
1.1 Relações geracionais e solidariedade social	25
1.2 Modelos previdenciários na contemporaneidade	38
1.3 Sobre a centralidade do trabalho	52
CAPÍTULO 2	
O TRABALHO DE APOSENTADOS EM SALVADOR-BAHIA	62
2.1 Trabalho e Aposentadoria: Brasil e Região Metropolitana de Salvador (RMS)	63
2.2 Quadro geral da pesquisa	72
2.3 Aposentados: suas motivações para o trabalho	78
2.3.1 Manutenção das condições de vida	78
2.3.2 Preservação da solidariedade familiar	80
2.3.3 Preenchimento do vazio social	84
2.4 As trajetórias profissionais dos informantes	88
CAPÍTULO 3	
AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO	123
3.1 Revisitando identidades sociais	123
3.2 Conflito e solidariedade geracional: dinâmica no processo de reprodução social .	128
CAPÍTULO 4	
APOSENTADOS E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	142
4.1 Medidas acionadas nos governos FHC e Lula	144
4.2 Mudança e permanência no sistema securitário público	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
APÊNDICE	176
A – Roteiro da Entrevista	177

LISTA DE TABELAS E QUADROS RESUMOS

Tabela 1 – Proporção de pessoas aposentadas e ocupadas na Região Nordeste – 2006, 2007	65
Tabela 2 – Proporção de pessoas de 60 anos de idade, aposentadas e ocupadas, por sexo e grupos de idade, na RMS – 2004, 2005.....	70
Tabela 3 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade ocupadas no total de ocupados, segundo as Regiões Metropolitanas – 2006	71
Quadro Resumo 1 – Perfil socioeconômico dos entrevistados em Salvador por grupos de idade (2006-2007)	76
Quadro Resumo 2 – Categorias profissionais dos entrevistados em Salvador por grupos de idade (2006-2007)	77
Quadro Resumo 3 – Aposentados: suas motivações para o trabalho	87
Quadro Resumo 4 – Cálculo das aposentadorias antes e após a EC nº 41/2003.....	157
Quadro Resumo 5 – Cálculo das pensões antes e após a EC nº 41/2003	157
Quadro Resumo 6 – Aposentados e pensionistas antes e após a EC nº 41/2003 (alíquota descontada).....	157

INTRODUÇÃO

Aquele que diz que o tempo de filosofar ainda não chegou ou que já passou é semelhante àquele que diz que o tempo da felicidade ainda não chegou ou que não mais chegará. De sorte que devem filosofar o jovem e o velho, este para que, ao envelhecer, seja jovem em bens pela gratidão ao que foi, e o outro para que, jovem, seja ao mesmo tempo ancião pela ausência de temor pelo futuro. (Epicuro apud Foucault, 1985)

Epicuro, nessa paráfrase, faz apologia à reflexão filosófica e assinala a pertinência de seu exercício tanto na juventude quanto na velhice, suscitando a dimensão relacional que pode ser estabelecida entre essas duas fases do ciclo da vida. As relações geracionais, por sua vez, são também abordadas nas análises socioantropológicas, haja vista que as gerações não se referem apenas às pessoas que têm idade aproximada, mas àquelas que vivenciaram determinados acontecimentos históricos, isto é, mudanças socioeconômicas e culturais demarcadoras de costumes e comportamentos que definem trajetórias passadas e futuras (MANNHEIM, 1982; DEBERT, 1998).

A aposentadoria, enquanto período que não é apenas experimentado como uma forma de assegurar a subsistência daqueles que, devido à idade, não mais realizam trabalho, é tema desta pesquisa qualitativa, desenvolvida na cidade de Salvador-Bahia. Essa investigação social aborda funcionários públicos aposentados, de ambos os sexos, de idade entre 52 a 76 anos, pertencentes às classes médias, que ora desempenham atividades diversas nos setores de comércio, serviços, educação e saúde.

O tratamento elaborado sobre esse tema de estudo guarda interseção com o caráter relacional estabelecido na sociedade entre as fases do ciclo da vida, uma vez que o enfoque das diferentes formas de trabalho desenvolvidas por aposentados (vínculos formais, informais e donos de negócio próprio, por exemplo) está associado aos seus efeitos na família e no

mercado. Analisa, desse modo, algumas maneiras de ocorrência das relações geracionais tanto em sua dimensão micro quanto no âmbito macrossocial.

O recorte dessa pesquisa, que tem funcionários públicos aposentados como sujeitos, decorre do fato de que esse segmento de trabalhadores não é, quase sempre, tratado em pesquisas socioantropológicas. Além disso, no Brasil dos anos 1990, o funcionalismo público foi alvo de um processo de desqualificação decorrente de políticas neoliberais adotadas que fomentaram propostas de reforma no sistema previdenciário brasileiro. No bojo desse processo político, as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) foram elaboradas e revistas desde as gestões de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), recebendo finalmente aprovação no Congresso com a Emenda Constitucional (EC) nº 41/2003, no governo Luís Inácio Lula da Silva. Os efeitos de medidas adotadas incidirão, ao certo, de maneira mais veemente, sobre os atuais jovens quando envelhecerem.

O tema desta investigação social consiste, ao mesmo tempo, em ruptura e continuidade do assunto tratado na pesquisa que desenvolvi no Mestrado neste Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS-UFBA), defendida em 2003 e intitulada *Envelhecimento e tendências de sociabilidade: identidades de gênero e de classe social em grupos de idosos*. Demonstra ruptura, pois enfoca variadas formas de inserção ou de reposicionamento de aposentados no mercado de trabalho soteropolitano, enquanto no Mestrado abordei a dimensão lúdica no processo do envelhecimento sociocultural, ao ter realizado etnografia em grupos de convivência, nos quais aposentados, pertencentes às classes populares e médias, se encontravam para ter lazer. Já no Doutorado, estudar trabalho e aposentadoria expressa uma tentativa de relativizar uma das facetas do envelhecimento, identidade social construída e pautada na ideia de tempo de não-trabalho.

Segundo o IBGE (2007), em 2006, no Brasil, dos idosos aposentados, 19,2% estavam ocupados, o que corresponde a 3,6 milhões de pessoas, tendo em vista que a legislação brasileira permite o retorno do aposentado ao mercado sem qualquer restrição. Além disso, as análises demográficas apontam o crescimento da participação de pessoas cada vez mais velhas na população em idade ativa (PIA), correspondente àquela com dez anos ou mais. Constatam, então, que, à medida que os trabalhadores envelhecem têm melhores chances de permanecer no mercado de trabalho os mais bem qualificados, os de melhor escolaridade e, sobretudo, os que não se ocupam de atividades manuais (WAJNMAN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2004).

De acordo com Debert (1998), ao antropólogo, não cabe definir a idade adequada para a entrada dos indivíduos na aposentadoria ou o momento da saída de pessoas de mais idade de determinadas atividades, o que lhes cercearia ocupar certas posições sociais. Ademais, Camarano (2007) sublinha que, no debate referente ao financiamento da previdência social (tema revestido de centralidade para a população idosa do futuro, isto é, para os jovens e adultos atuais), importa de maneira secundária a população em idade ativa e prioritariamente a formalização das relações de trabalho.

O principal objetivo desta investigação é apreender os significados materiais e simbólicos do retorno ou da continuidade ao trabalho para os aposentados, observando-se como as trajetórias profissionais constituem centralidade na formação das identidades sociais: quer seja a de trabalhador, quer seja a de provedor econômico. O questionamento central norteador da pesquisa procura investigar os porquês do retorno ao trabalho pelos aposentados. A hipótese dessa tese baseia-se na consideração de que as principais motivações do retorno ao trabalho para os aposentados são manterem as condições de vida, preservarem a solidariedade familiar e preencherem o vazio social. Fundamenta-se, primordialmente, nas discussões travadas por Antunes (1999a, 1999b, 2006), referentes à centralidade do trabalho no mundo

contemporâneo, uma vez que analisa os níveis complexos e paradoxais assumidos pelo trabalho, disfarçado em variadas formas de subemprego e subcontratação, que expressam maneiras sutis e refinadas de exploração da força de trabalho humana.

Dessa maneira, esta tese, ao tratar do tema trabalho enquanto categoria sociológica, considera que a redução de postos de trabalho no setor industrial não indica que o trabalho tenha deixado de desempenhar papel estruturante na vida das pessoas, nem, muito menos, que não mais se constitua um indicador socioeconômico importante nas distintas formas de organização das sociedades, tanto as que apresentam estratificação econômica intensa quanto aquelas que a expressam em menor intensidade.

Não perdendo de vista a tendência predominante na vida sociocultural em se elaborar prescrições sociais e juízos de valor sobre as fases do ciclo da vida, que conduzem, muitas vezes, aos diferentes usos de suas definições e às conotações políticas que elas adquirem, esclareço que, nesta tese, quando utilizo o termo aposentadoria, refiro-me à quarta acepção do *Novo Aurélio Século XXI* (1999), correspondente ao “recebimento mensal do benefício, resultante das contribuições do indivíduo durante o tempo que legalmente trabalhou”. Descarto, por sua vez, a terceira acepção, que define aposentadoria como “estado de inatividade de funcionário público, ou funcionário de empresa particular...” (FERREIRA, 1999).

Na tentativa de sistematizar didaticamente a pesquisa bibliográfica, inspiradora das análises dos dados coletados nas entrevistas realizadas com aposentados que continuaram ou voltaram a trabalhar em Salvador- Bahia, relaciono, na construção textual desta tese, os temas interligados à questão central, tratando-os, contudo, em capítulos independentes.

O Capítulo 1, “Gerações, previdência e trabalho: um balanço sociológico”, expressa, inicialmente, uma revisão conceitual sobre as relações geracionais e a solidariedade social à luz das formulações de Émile Durkheim, um dos representantes da Escola Francesa de

Sociologia no momento de consolidação institucional dessa disciplina (séculos XIX e XX). O desenvolvimento deste texto aborda a dimensão política assumida pelo enfoque de geração, contemplando alguns modelos de sistemas previdenciários contemporâneos e os impactos neles desencadeados, primeiramente, devido à adoção de políticas neoliberais nos anos 90 e, posteriormente, sua revisão atual, sobretudo em decorrência dos sinais de esgotamento do mencionado modelo, consequência da crise financeira, ocorrida em 2008, que passou a assumir proporção mundial. Reporta ainda ao debate teórico acerca da centralidade do trabalho nas Ciências Sociais.

“O trabalho de aposentados em Salvador-Bahia”, que constitui o Capítulo 2, inicia-se com uma breve caracterização socioeconômica da Região Metropolitana de Salvador, associando-a ao quadro geral referente ao trabalho e à aposentadoria no Brasil. Em seu desenrolar, considera alguns dos principais fatores que motivam o trabalho de aposentados (manutenção das condições de vida, preservação da solidariedade familiar e preenchimento do vazio social), enfocando, assim, suas variadas formas de engajamento profissional. Nesse sentido, apresenta as maneiras e os vínculos através dos quais os informantes desta investigação social estão inseridos no mercado de trabalho, expressão, ao certo, da heterogeneidade constatada no contexto brasileiro mais amplo. Mostra também a narrativa dos percursos de trabalhos que foram e estão sendo realizados por cada um dos informantes, antes e após a aposentadoria. Demonstra, desse modo, que a peculiaridade histórica assumida pela diferença entre as gerações recai nas mudanças do mundo do trabalho, pois apreende trajetórias profissionais que foram marcadas pela estabilidade no emprego, contraponto a característica instável dos empregos atuais.

Intitulado “As relações entre família e trabalho”, o Capítulo 3 trata do conflito e da solidariedade geracional, que perpassam essas esferas no processo de reprodução social. Nessa abordagem, o tratamento formulado sobre os referidos domínios refuta a oposição

público *versus* privado e casa *versus* rua. Além disso, enfoca que as famílias, enquanto unidades organizacionais não monolíticas, podem ser observadas em variadas práticas sociais, bem como por meio de construções discursivas e ideológicas, permeadas, por sua vez, de representações e valores atrelados aos papéis e posições dos diferentes membros que as constituem. As entrevistas realizadas nesta investigação evidenciam, nas falas dos pesquisados, a percepção de como suas famílias compreendem a sua continuidade no trabalho e o entendimento deles sobre as perspectivas de emprego para as novas gerações, haja vista, em alguns casos, a constatação do desemprego de filhos, sobrinhos e outros membros familiares.

O capítulo 4, “Os aposentados e a reforma da previdência social”, visa refletir sobre os significados políticos e socioeconômicos referentes às emendas constitucionais que produziram alterações no sistema securitário público, embora continue baseado no princípio de repartição, especificamente naquele de capital por cobertura. A reforma da previdência, compreendida enquanto processo, expressa ser resultante de medidas políticas acionadas nos anos 1990, na sociedade brasileira, e conduz à análise da dialética entre juventude e velhice, uma vez que a aprovação, no Congresso, de modificações nas regras relacionadas ao financiamento de aposentadorias das gerações atual e futura de trabalhadores do setor público, consiste em perdas de direitos previdenciários, assegurados pela Constituição de 1988. Nesse sentido, aborda criticamente a campanha desenvolvida no Brasil, na década de 90, contra o Estado e o servidor público, que se expressou pela aprovação do Programa Nacional de Desestatização (PND), tendo ocorrido o processo de desmobilização de ativos do Setor Público (POCHMANN, 2008). Além disso, esse capítulo traz a opinião de alguns pesquisados sobre a reforma da previdência e sobre as políticas governamentais voltadas para os aposentados.

Nas considerações finais, elaboro um apanhado das questões abordadas ao longo da tese, tentando oferecer ao leitor uma síntese dos argumentos apresentados. Não se trata, todavia, de uma conclusão hermética, mas suscetível de questionamentos. Afinal, as Ciências Sociais não se defrontam somente com realidades, ou seja, com contextos empíricos específicos, haja vista se basear na concepção dos fatos e na relação entre a concepção e os fatos (SOUZA MARTINS, 2000).

Esta tese, enfim, expressa a tentativa de ordenar coerentemente os dados coletados na pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo. Sugestões e críticas, elaboradas tanto no Exame de Qualificação quanto na Defesa de Tese e que contribuíram para a fundamentação deste texto, foram acolhidas, visto que a produção do conhecimento é mediada pelo coletivo e por ele se justifica.

CAPÍTULO 1

GERAÇÕES, PREVIDÊNCIA E TRABALHO: UM BALANÇO SOCIOLÓGICO

Nesta investigação social, as relações geracionais são consideradas enquanto categoria de análise fundamental, visto que auxiliam no entendimento e na apreensão das mudanças ocorridas nos processos sociais, possibilitando a sua identificação histórica. Mannheim (1982), no texto “O problema sociológico das gerações”, assinala a necessidade de tentar compreender esse conceito como um fenômeno de localização social, devido à interação entre seres humanos, à estrutura social definida e à continuidade peculiar no processo histórico-cultural, que envolve novos participantes nas sociedades e resulta na sucessão geracional. Tal tentativa é suscitada, ao certo, pelo ensejo de transpor as dualidades entre biológico/sociocultural e objetividade/subjetividade que inspiraram o autor, assim como outros clássicos das Ciências Sociais.

Mannheim (1982) atenta para a compreensão de que o mesmo contexto social não afeta igualmente todos os indivíduos de um grupo de idade e vivência – classificado ou que se autoidentifica como geração –, verificando que grupos de uma geração podem assumir atitudes sociais diferentes e até mesmo opostas. Como exemplos, tendências de movimentos culturais que ocorrem de maneira variada numa mesma época e de movimentos políticos, revolucionários ou conservadores, que reúnem indivíduos de idade aproximada num cenário social semelhante, são mencionadas pelo autor. Além disso, cada momento histórico se realiza com a presença simultânea de várias gerações que, embora contemporâneas, não têm as mesmas experiências e trajetórias de vida. Tal fenômeno é designado por Mannheim como a não contemporaneidade de contemporâneos (BRITTO DA MOTTA, 2004).

O uso do termo geração em seu sentido sócio-histórico é sugerido por Attias-Donfut (1996), para quem tal conceito suscita acepções polissêmicas nas Ciências Sociais, podendo ser formulado com base na participação na vida produtiva, na idade e na genealogia. Essa

pesquisadora, integrante da *Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse* (Caixa de Assistência à Velhice) na França, trata de maneira indissociável as relações sociais de geração e de gênero. Compreende que as transformações nas relações de sexo só se exercem em todas as suas consequências sociais na escala da sucessão das gerações, enfocando a contribuição de avô e avô nos encargos da reprodução social (cuidados e educação dos netos), o que possibilita a continuidade das mulheres, filhas e noras, no trabalho.

Iniciar este capítulo reportando-me às elaborações formuladas por Durkheim acerca dos temas gerações e solidariedade social foi motivado pela curiosidade teórica de conferir e aprofundar a referência feita ao autor por Attias-Donfut (1995, 1996), quando destaca os contornos diferentes assumidos pelo que se chama geração – segundo se situe do ponto de vista da família ou da redistribuição pública – e as ideias de solidariedade daí advindas. Attias-Donfut (1995) ressalta que, na família, uma geração corresponde à posição relativa na sucessão genealógica, situada em relação aos predecessores e aos sucessores. Considera ainda que, na redistribuição pública, os critérios idade e participação no mundo do trabalho são combinados e dividem a população dos países que experimentaram o Estado de Bem Estar Social¹ em conjuntos de pessoas que entraram na aposentadoria e aquelas que ainda não aposentaram². Aponta, contudo, o caráter questionável em se aplicar o conceito de geração a esses conjuntos heterogêneos de ativos e de não ativos no mercado de trabalho. Nesse sentido,

¹ Nos países do capitalismo central, o Estado do Bem Estar Social correspondeu a um momento histórico em que a política econômica se centrava na intervenção do Estado, responsável pela mediação dos conflitos entre capital / trabalho, isto é, pelo financiamento dos custos de reprodução da força de trabalho através de salários indiretos e de políticas sociais, possibilitando a consolidação da sociedade de consumo em massa. Hobsbawm (1995) designa essa fase de Era de Ouro do Capitalismo, delimitando precisamente seus anos de ocorrência entre 1945 e 1973.

² A relativização dessa análise remete ao processo societário ocidental referente ao embaçamento das fronteiras entre os grupos etários que, a partir dos anos 1970, passou a suscitar, nos indivíduos, estilos de vida peculiares às diferentes idades (DEBERT, 1997). Ademais, no funcionamento das economias de mercado, o pleno emprego da mão-de-obra não é norma geral de funcionamento. O desemprego é parte integrante do processo de desenvolvimento das nações. Pochmann (2008) salienta, contudo, que depois dos anos 1930, em que se verificou a experiência do amplo desemprego, as economias cêntricas apresentaram, por quase três décadas, uma fase de pleno emprego.

a autora salienta a precisão indubitável do termo *coorte*, utilizado pelos demógrafos³ quando se referem aos acontecimentos surgidos na mesma data (nascimento e aposentadoria).

Os modelos previdenciários, exemplos de repartição pública de solidariedade entre gerações, predominantes no contexto político mencionado, sofreram os efeitos de mudanças econômicas e políticas do capitalismo, esboçadas nos anos 1970 e empreendidas nos de 1980, tais como: uso da microeletrônica na produção industrial, presença crescente do desemprego tecnológico, aumento do setor de serviços nas economias e surgimento do Estado Neoliberal, especificamente nos países do capitalismo central. O desenrolar deste capítulo reflete, então, sobre as consequências políticas exercidas nos modelos previdenciários contemporâneos, analisando especialmente o caso do Brasil⁴, que instiga, por sua vez, a recapitulação histórica do surgimento da sua previdência, a pesquisa sobre os bastidores políticos em que esteve assentado o regime de previdência adotado com a criação da legislação trabalhista e seu desenvolvimento nas ditaduras que caracterizaram o Brasil no século XX (Estado Novo e Ditadura Militar) e, por fim, a investigação do surgimento dos fundos de pensão como meios de operacionalizar a reforma da previdência. Ademais, este capítulo revisa o debate sociológico concernente à centralidade do trabalho.

³ Alguns sociólogos contemporâneos como Bengtson & Giarusso (1995), que realizam pesquisas quantitativas, usam o termo *coorte* como sinônimo de geração. Eles desenvolveram pesquisa longitudinal ao longo de duas décadas (1971-1991) em Los Angeles, Califórnia – Estados Unidos sobre solidariedade familiar intergeracional. Concluíram que a solidariedade entre as gerações nas famílias traz uma contribuição crucial ao bem estar dos indivíduos, tanto aos jovens quanto às pessoas mais idosas, embora nem sempre ocorra o reconhecimento dessa importância entre os membros familiares.

⁴ Na segunda metade do século XX, os problemas brasileiros de bem estar não resolvidos decorreram de uma história econômica concentradora de renda – consolidada através da coerção e da força, que foram seladas com o Golpe de 1964. Vale acrescentar, também, que o processo de assalariamento no Brasil caracterizou-se pela impossibilidade de incluir ganhos de produtividade nos salários, pela existência de um padrão predatório no uso da força de trabalho (jornadas extensas, não pagamento de horas extras etc..) e pela ocorrência de um desemprego estrutural crônico (ausência de vínculo empregatício como a carteira de trabalho assinada e presença de trabalhadores temporários e provisórios). Conclui-se, assim, que neste país, não se constituiu um Estado de Bem Estar Social.

1.1 RELAÇÕES GERACIONAIS E SOLIDARIEDADE SOCIAL

Ao conceito de geração, Durkheim atribui o sentido de sucessão entre gerações, entendido como uma obra essencialmente social que constitui um dos elementos propiciadores da civilização e da cooperação dos homens associados. Para o autor, a transmissão sociocultural, veiculada à sucessão geracional, fomenta o acúmulo e a revisão da sabedoria humana, uma vez que a tradição oral, os livros, os monumentos figurados, os utensílios e os instrumentos de toda espécie são conservados e transmitidos de geração em geração. Reflete ainda que, no processo de substituição geracional, ocorre o acúmulo e a revisão da sabedoria humana⁵. Em seu entender, a acumulação indefinida eleva o homem acima do animal e de si mesmo (DURKHEIM, 1973).

Na obra *Educação e Sociologia* (1973), considera que o homem pôde ultrapassar o estado em que os animais permaneceram porque primeiramente não se conformou com o resultado único de seus esforços pessoais, cooperando com os seus semelhantes no processo de sucessão geracional. Ao abordar a educação, Durkheim também enfoca o tema da solidariedade, tratando-o pelo termo cooperação. Nesse livro, cuja primeira edição data de 1922, passagem relevante, que expressa alguma parcela de altruísmo do autor, é aquela em que afirma:

Como a cooperação, no entanto, tal aproveitamento da experiência não se torna possível senão na sociedade e por ela. Para que o legado de cada geração possa ser conservado e acrescido, será preciso que exista uma entidade moral duradoura, que ligue uma geração à outra: *a sociedade*. Por isso mesmo, o suposto antagonismo, muitas vezes admitido entre indivíduo e sociedade, não corresponde a coisa alguma no terreno dos fatos. Bem

⁵ Mannheim (1982), por sua vez, compreende a transmissão continuada da herança cultural, ocorrida no processo de sucessão entre gerações, considerando a inserção diferenciada dos indivíduos, pertencentes aos novos grupos etários. De maneira enfática, o autor assinala: “Assim, o aparecimento contínuo de novos seres humanos certamente resulta em alguma perda de possessões culturais acumuladas, mas, por outro lado, somente isso torna possível uma seleção original quando for necessária; ele facilita a reavaliação do nosso inventário e nos ensina tanto a esquecer o que já não é mais útil como a almejar o que ainda não foi conquistado” (MANNHEIM, 1982, p. 76).

longe de estarem em oposição, ou de poderem desenvolver-se em sentido inverso, um do outro – sociedade e indivíduo são idéias dependentes uma da outra. Desejando melhorar a sociedade, o indivíduo deseja melhorar-se a si próprio. Por sua vez, a ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objeto, ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário engrandecê-lo e torná-lo criatura, verdadeiramente humana. Sem dúvida, o indivíduo não pode engrandecer-se senão pelo próprio esforço. O poder do esforço constitui, precisamente, uma das características essenciais do homem. (DURKHEIM, 1973, p.46-7)

O autor aborda a educação como um fenômeno primordialmente social, destacando o seu caráter coativo, tal como o faz ao analisar a moral e o direito, uma vez que cada sociedade, considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. Afirma, então, que “Não podemos educar nossos filhos como queremos” (DURKHEIM, 1973, p.36-7). Reconhece a existência de um tipo regulador de educação em cada momento, determinado por ideias e costumes que não são individualmente criados, mas resultantes da vida em comum, exprimindo suas necessidades. Também pondera sobre tais costumes e ideias, afirmando que “são mesmo, na sua maior parte, obra das gerações passadas” (DURKHEIM, 1973, p. 37). Considera que a educação consiste em uma socialização metódica destinada às novas gerações, pois a compreende como ação que as gerações adultas exercem sobre as que não se encontram ainda preparadas para a vida social. Destaca ainda seu objetivo como sendo aquele de suscitar e desenvolver certo número de estados físicos, intelectuais e morais na criança, através da sociedade política e do meio especial nos quais ela está inserida.

A característica coativa da educação é também ressaltada pelo autor quando considera que, para a sociedade, a educação é o meio de preparar, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência através do processo de inculcamento social. A esse respeito, considera que “a sociedade se encontra, a cada nova geração, como que em face de uma

tabula rasa, sobre a qual é preciso construir quase tudo de novo” (DURKHEIM, 1973, p. 42). Nesse sentido, ele parece compreender que o processo de sucessão geracional expressa permanência da ordem estabelecida. Argumenta ainda que o indivíduo se interessa em submeter-se à exigência da sociedade. Acredita que o novo, edificado pela ação coletiva por intermédio da educação, representa o que há de melhor no homem, “o que há de nós de propriamente humano” (DURKHEIM, 1973, p.45). Da maneira como tais concepções são formuladas, pode-se inferir que acabam fazendo apologia à continuidade social e não preconizam a mudança. Questiona-se, então, se, em Durkheim, encontrar-se-ia o indivíduo encarcerado socialmente.

A educação é compreendida como um trabalho de autoridade, reivindicando, o autor, a necessidade de que pais e mestres assumam, face ao educando, a personificação do dever, quer seja através da conduta, quer seja por meio da linguagem. Segundo o entendimento durkheimiano, a autoridade nada tem de violento nem tampouco de compressor, consistindo em ascendência moral que supõe duas condições essenciais: vontade do educador e autoridade do mestre. A primeira não perde de vista que a autoridade implica confiança, pois o educando não pode depositar confiança em quem vê hesitar e voltar sobre suas decisões. No tocante à segunda condição, destaca que “a autoridade é uma força que ninguém pode manifestar, se efetivamente não a possui.” (DURKHEIM, 1973, p.55). Elabora a distinção entre o temor do castigo e o respeito à autoridade, apontando que o castigo somente tem valor quando é reconhecido como justo por aquele que o recebe, implicando o reconhecimento legítimo da autoridade no momento da punição. Em sua compreensão, o mestre recebe autoridade não de fora, mas de si mesmo, posto que advém de fé interior. Faz-se necessário, então, a crença na missão que lhe cabe e na sua grandeza, e não nas qualidades superiores de sua inteligência ou de seu coração. Quando tal entendimento é associado aos dados coletados nas entrevistas

realizadas é mencionada a passagem da narrativa da informante Sílvia (62), professora aposentada da rede estadual, ensino médio, e atual professora efetiva do CEFET:

Às vezes, o que a gente percebe, Carol, é que educação é uma coisa que tem muita gente que diz que sabe, mas não sabe. Todo mundo tem solução enquanto está fora e quando entra não sabe fazer, entendeu? E a gente que tem uma certa vivência, acompanha às vezes, a falta de humildade do outro. Porque você não é obrigado a saber tudo – você deve perguntar, você deve questionar, você deve procurar saber como é que faz, sabe? (...) E aqui a gente tem as pessoas que são professoras pelas circunstâncias – geólogos, arquitetos, engenheiros, químicos... São muito poucos os que têm formação pedagógica. Então... você vê uma série de distorções em relação à forma de conduzir isso com o aluno; aqueles resultados em conselho de classe. Mas...isso acontece em tudo o que é canto. A gente não pode pensar que nem na Universidade você encontra aquilo que você pode considerar como ideal do que existe.

Ao tratar da educação, o autor associa o tema ao polêmico debate, nas Ciências Sociais, entre o inato e o adquirido no comportamento humano, ou seja, entre o que é biológico e aquilo que é construído socialmente. Reflete, então, que considerar os caracteres inatos como sendo de ordem geral é afirmar que eles se apresentam maleáveis, flexíveis, dóceis e passíveis de receberem determinações muito variadas. Pondera também sobre a distância, percorrida pela criança através da educação, entre as virtualidades indecisas que constituem o homem ao nascer e a personalidade definida que ele deve se tornar para o desempenho, na sociedade, de um papel útil. Assinala, desse modo, a função da educação.

Acerca do referido dilema, o autor, em *Durkheim: Sociologia* (2000), ao analisar a divisão do trabalho social, refuta a determinação biológica na vida social quando explica alguns atos qualificados como criminosos e, portanto, sujeitos à punição. Sobre as inclinações e tendências que o indivíduo recebeu de seus ancestrais ou que formou por sua própria conta,

afirma que “para nada servem, ou custam mais do que elas reportam.” (DURKHEIM, 2000, p. 77).

Ao definir civilização como o conjunto de ideias, sentimentos, crenças e preceitos de conduta que tornam um ser verdadeiramente humano, Durkheim retoma um dos eixos norteadores da Antropologia: o de refletir sobre as construções socioculturais concernentes aos significados dos termos homem e humanidade. Nesse sentido, concorda com Rousseau (apud DURKHEIM, 1970), para quem retirar do homem tudo que lhe vem da sociedade o reduziria às sensações, o que tornaria difícil distingui-lo de outros animais. Para Durkheim, o homem, ao escapar de suas forças físicas, liberta-se e cria personalidade, pois se abriga sob a força *sui generis* do coletivo, resultante de todas as forças individuais, mas as extravasa. Em seu entender, a liberdade do homem apenas se torna realidade na sociedade e por seu intermédio. Nesse processo, os julgamentos morais, ensinados socialmente, constituem fato social. Afirma que “Entre o homem e o animal há, do ponto de vista anatômico, fisiológico e psicológico, apenas diferenças de gradação; e entretanto, o homem tem uma eminente dignidade moral, o animal não tem nenhuma.” (DURKHEIM, 1970, p.90).

Além disso, assinala que a moral individual prescreve a realização do tipo ideal do homem, tal como a sociedade o imagina. Esse ideal do homem é, pois, um critério variável historicamente e que cada sociedade o concebe à sua imagem. Menciona, como exemplo, que tanto o ideal do romano quanto o ideal do ateniense relacionavam-se estreitamente com a organização própria de cada uma daquelas cidades. Questiona então: “Não será esse tipo ideal que cada sociedade pede a seus membros que realizem, a pedra basilar que assegura a unidade de todo sistema social?” (DURKHEIM, 1970, p. 63).

Durkheim (1970) compreende a sociedade como meio através do qual a civilização chega até nós e como uma realidade que nos ultrapassa, convergindo para a ideia de que, em

sociedades avançadas⁶, apenas algumas de suas parcelas atingiriam seus indivíduos. Tal característica parece divergir em sociedades primitivas, nas quais o coletivo subsume o indivíduo. “Cada um dos membros de uma tribo australiana traz em si a totalidade da civilização tribal; de nossa civilização tribal; de nossa civilização atual, cada um de nós não chega a trazer senão uma pequena parte.” (DURKHEIM, 1970, p.61).

Na tentativa de estabelecer relação entre os conceitos de solidariedade e de moral e de tentar compreender a essência da moral, o papel que desempenha nas sociedades e a maneira pela qual aí se constitui e se desenvolve, Durkheim elabora suas obras como a *Divisão do trabalho social*, *Formas elementares da vida religiosa* e *Suicídio* (DURKHEIM apud BOUGLÉ, 1970). Para Durkheim (2000), a moral visa ao aperfeiçoamento individual, tendo por fim a sociedade.

A proposta do autor para estudar a realidade moral o leva a definir e a caracterizar o fato moral como um sistema de regras de conduta⁷. Aponta que obrigação e desejo são as duas características distintivas da regra moral em relação às demais regras. Destaca ainda que o bem e o dever também caracterizam o ato moral. Embora reconheça a existência do aspecto subjetivo da realidade moral, o autor afirma se ocupar da sua objetividade, isto é, do aspecto que serve de ponto de referência comum e impessoal para julgar as ações. Considera que uma pesquisa sobre as condições determinantes das variações individuais da moral constitui objeto de estudos psicológicos, mas que não são escopo de *Sociologia e Filosofia* (1970).

⁶ Na obra *Sociologia e Filosofia* (1970), Durkheim utiliza tal designação. Nas Ciências Sociais, a distinção entre sociedades simples e complexas, bem como aquela entre tradicionais e modernas expressa um debate polêmico. Velho (1999) comenta que nenhuma sociedade é efetivamente simples ou homogênea, considerando que mesmo em uma de menor escala, alguma diferenciação pode ser encontrada tanto de natureza sociológica quanto em nível de universos simbólicos. Acrescenta ainda que, nas sociedades complexas e modernas, a associação de variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas conduz à multiplicidade e à fragmentação de domínios, impelindo que as identidades dos indivíduos sejam colocadas em cheque permanentemente e estejam sujeitas a alterações drásticas. Rognon (1991) faz crítica à imagem clássica, permeada de juízos de valor, que as sociedades ocidentais elaboraram sobre as sociedades primitivas – vide a qualificação negativa a elas imputadas de sociedades sem história, sem Estado e sem escrita. Em seu entender, as sociedades primitivas podem ser definidas por suas insuficiências e seus inacabamentos. Ademais, Rognon afirma que a característica contrastiva da condição moderna diante das sociedades da tradição é a coexistência, no seio de uma mesma família, de dois, de três ou até quatro sistemas de valores diferentes e, em certos aspectos, contraditórios.

⁷ Para Durkheim, a moral começa quando se inicia a ligação do indivíduo com um grupo, qualquer que seja ele.

Durkheim compara a noção de fato moral e a de sagrado em *Sociologia e Filosofia*, tendo em vista que ambas apresentam relações de parentesco e filiação e podem ser tiradas da moral contemporânea. Formula uma análise dos sentimentos coletivos, considerando as consequências produzidas quando uma regra é violada, por acreditar que ela explicita o caráter sagrado que se atribui às coisas morais. Exemplifica com as sanções aplicadas ao homicídio, refletindo que, mesmo nessa situação específica, elas mudam de acordo com a gravidade atribuída aos preceitos, ao lugar que esses ocupam na consciência pública e ao papel que desempenham na sociedade. Menciona, então, que se o homicídio é habitualmente vergonhoso, não o é em tempo de guerra, pois não há preceito que o interdite. Ao certo, a classificação durkheimiana das regras jurídicas, baseada nas diferentes sanções a que estão ligadas⁸, é norteadada pela concepção de que o direito é um símbolo visível de ocorrência da solidariedade social (DURKHEIM, 2000).

Na abordagem positivista⁹, proposta para examinar a função da divisão do trabalho, o autor salienta que o efeito mais notável da divisão do trabalho é tornar solidárias as funções divididas. Destaca que o papel da divisão do trabalho não é simplesmente ornamentar ou melhorar as sociedades existentes, mas tornar possível as sociedades que, sem ela, não existiriam. Entende ainda a divisão sexual do trabalho como fonte da solidariedade conjugal, frisando que o retrocesso dessa divisão faria desaparecer a família conjugal¹⁰, substituída, conseqüentemente, por relações sexuais efêmeras (DURKHEIM, 2000).

⁸ Reconhece a existência de sanções repressivas, correspondentes a um castigo e/ou à redução infligida ao agente e que representa a solidariedade orgânica, e de sanções repressivas, cujo objetivo é o de atingir o agente em sua fortuna, sua vida e sua liberdade, privando-o de alguma coisa de que ele usufrua. O direito repressivo representa materialmente a solidariedade mecânica.

⁹ Tal enfoque consiste em tratar os acontecimentos da vida social de maneira similar aos fenômenos físicos e químicos, recorrendo à objetividade. Ao estudar a solidariedade social, Durkheim (1973) propõe conhecer suas causas através dos efeitos que a produzem.

¹⁰ Durkheim (2002) considera que o núcleo da composição da família conjugal moderna é constituído pelo marido, pela mulher e pelos filhos pequenos. Secundariamente, encontram-se os ascendentes e os descendentes. A Demografia e a Antropologia, contudo, questionam essa concepção, pois apontam que a família nuclear não é uma forma original das sociedades ocidentais modernas – existiu em outras sociedades e em outras épocas. No entender de Singly (2007), essa formulação durkheimiana de família conjugal moderna expressa adesão do autor à tendência evolucionista, predominante no final do século XIX, e converge para uma visão reducionista do

Assinala, desse modo, que a solidariedade não é apenas um fenômeno econômico, mas também moral. Propõe-se, assim, a verificar se, nas sociedades industrializadas, a solidariedade social deriva da divisão do trabalho. Considera que o cerne de sua análise não é constatar a existência de tipos de sociedade em que a solidariedade social decorra da divisão do trabalho: se essa é muito desenvolvida, tende a produzir solidariedade (DURKHEIM, 2000). Para ele, a divisão do trabalho social é, sobretudo, uma fonte de solidariedade. Parte do entendimento de que a solidariedade social é um fenômeno moral e sublinha que não se presta à observação exata e, principalmente, à medição. Por conseguinte, elabora classificação e comparação de tipos sociais de solidariedade social, substituindo o fato interno, que escapa a todos pelo fato exterior que o simboliza, tal como fez com as sanções do direito, e estudando o primeiro (fato interno) através do segundo (fato externo).

O autor afirma que as características específicas da solidariedade social são dadas por meio da natureza do grupo, cuja unidade é por essa assegurada e, por tal motivo, varia conforme os tipos sociais. Também compreende que a solidariedade social apresenta causas sociais diferentes, que só podem ser apreendidas através dos seus variados efeitos sociais.

Acerca do tema solidariedade social, Durkheim (2000) o associa ao conceito de consciência coletiva ou comum, visto que, através dele, se desenrola sua explanação sobre as tipologias sociais, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Para o autor, consciência coletiva ou comum consiste no conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, formando um sistema determinado que tem sua vida própria. Afirma ainda que a consciência coletiva ou comum independe das condições particulares em que se encontram os indivíduos, ultrapassando-os e permanecendo sobre essas condições. Da maneira como Durkheim desenvolve seus argumentos acerca do tema, a consciência coletiva parece que paira sobre os indivíduos. Tal inferência pode ser constatada

tamanho da própria família nuclear, haja vista o controle da fecundidade, sobretudo àquele destinado às famílias estrangeiras acolhidas na França.

quando afirma que a consciência coletiva é a mesma no Norte e no Sul ou nas grandes e nas pequenas cidades ou nas mais diferentes profissões. Ainda destaca não ser ela mutável a cada geração, mas elemento que enlaça as gerações sucessivas umas às outras. Considera, enfim, que, embora inteiramente diferente das consciências particulares, a consciência coletiva apenas se realiza nos indivíduos.

As considerações formuladas pelo autor, concernentes à consciência coletiva, deixam implícita a coesão social suscitada pela solidariedade. Durkheim (2000) identifica a existência de duas consciências: aquela que contém os estados que são pessoais a cada um e que os caracteriza (representa a personalidade individual) e aquela referente aos estados que ultrapassam a consciência individual, sendo comuns a toda a sociedade (expressa o tipo coletivo). Quando a solidariedade que representa o tipo coletivo determina uma conduta coletiva, todos agem perseguindo fins coletivos e não interesse pessoal. Ainda no entender do autor, a consciência comum se afirma com vigor no momento em que é contrariada. Assinala que o único meio de afirmar a consciência coletiva é exprimir a aversão unânime que o crime continua a inspirar por um ato autêntico, que só pode ser um castigo infligido ao agente. Estabelece relação entre pena e consciência coletiva, afirmando que o castigo se destina sobretudo às pessoas honestas, pois “serve para curar as feridas causadas nos sentimentos coletivos, só pode preencher o seu papel onde esses sentimentos existam e na medida em que estejam vivos”. (DURKHEIM, 2000, p.78)

Quanto às definições de solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica, Durkheim (2000) assinala, na primeira, a existência de relações diversas em que a consciência comum faz sentir sua ação, criando laços que ligam o indivíduo ao grupo. Consequentemente, a coesão social deriva completamente dessa causa e a expressa. No tocante à solidariedade orgânica, o autor a entende como caracterizadora da divisão do trabalho social, propiciadora de relações que regulam o direito cooperativo com sanções restitutivas. Ao diferenciar os

referidos conceitos, o autor destaca que a solidariedade mecânica implica semelhança entre os indivíduos, havendo pouco desenvolvimento da divisão do trabalho social, e a solidariedade orgânica supõe que eles diferem uns dos outros, sendo a divisão do trabalho social muito desenvolvida. Na solidariedade orgânica, entretanto, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a de suas partes e a sociedade, em seu conjunto, torna-se mais ágil, na medida em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios (DURKHEIM, 2000).

Ao apresentar características relativas às estruturas sociais correspondentes à solidariedade mecânica e à solidariedade orgânica, Durkheim (2000) afirma, inicialmente, que a horda é o germe de onde teriam saído todos os tipos sociais. Descreve o tipo ideal de uma sociedade em que a coesão resulta exclusivamente das semelhanças, referindo-se a uma massa absolutamente homogênea, cujas partes não se distinguiram umas das outras. Embora reconheça que não se tenha observado sociedades que apresentassem tal característica em toda a sua completude, postula a existência desse tipo social, uma vez que as sociedades em estado primitivo dele se aproximam. Menciona, como modelo quase perfeitamente puro dessa organização social, aquele existente entre os índios da América do Norte, em que adultos dos dois sexos são iguais uns aos outros e em que não há superioridade no exercício da liderança de caciques e chefes quando administram os negócios comuns da tribo. Comenta: “O próprio parentesco não está organizado, porque não se pode dar esse nome à distribuição do povo por ondas de gerações”. (DURKHEIM, 2000, p. 86)

Ainda em sua análise, o autor usa o termo clã para designar a horda que deixou de ser independente para se tornar membro de um grupo mais extenso. Os povos pertencentes às sociedades segmentares à base de clãs constituem uma associação de clãs para indicar que são formados pela repetição de agregados semelhantes entre si. No entender de Durkheim (2000), a palavra clã exprime bem a natureza mista, ao mesmo tempo familiar e política. O caráter

familiar do clã se deve ao fato de que todos os membros que compõem a família se consideram parentes uns dos outros, fazendo com que sejam, na maioria, consanguíneos. Considera que nos clãs, a unidade política fundamental é constituída por seus chefes, que são as únicas autoridades sociais. Salienta que, nas sociedades em que predomina a solidariedade mecânica, a religião penetra toda a vida social, uma vez que a vida social é composta quase exclusivamente de crenças e práticas comuns, as quais adquirem uma intensidade muito particular da adesão unânime. Reporta-se, então, a Fustel de Coulanges (apud DURKHEIM, 2000), para quem a organização primitiva da sociedade era de natureza familiar e que, por outro lado, a constituição da família primitiva tinha base religiosa. Segundo Durkheim, os arranjos familiares explicam a influência e a natureza da noção da religião.

Ademais, o autor caracteriza, de maneira detalhada, o tipo social predominante na solidariedade orgânica, ressaltando que os princípios nos quais ela se assenta são diversos daqueles que marcam a solidariedade mecânica, só podendo se desenvolver na medida que essa última desapareça. Reflete que, na solidariedade orgânica, os indivíduos estão agrupados de acordo com a natureza particular da atividade social a que se consagraram e não mais segundo suas relações de descendência. Desse modo, o contexto profissional exerce primazia em relação ao natal (DURKHEIM, 2000). Assinala que a passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica se faz através de uma lenta evolução, podendo ser hermética nos distritos mais gerais, estreita nos países centrais da Europa em que viveu e frouxa nas confederações simples, “mas o princípio da estrutura é o mesmo e por isso a solidariedade mecânica persiste até nas sociedades mais avançadas.” (DURKHEIM, 2000, p. 92-3)

No texto, contradições podem ser encontradas quando o autor apresenta seus argumentos acerca dos tipos sociais que cria. Ora considera que o desenvolvimento da solidariedade orgânica só é possível com o desaparecimento da solidariedade mecânica, ora

afirma ser possível se verificar o tipo social da solidariedade mecânica naquele em que predomina a solidariedade orgânica, pois ambas as solidariedades podem ser constatadas em uma mesma sociedade.

De acordo com Durkheim (2000), o estado de anomia social decorre da falta de produção de solidariedade pela divisão do trabalho, devido ao fato de as relações sociais não estarem ainda regulamentadas.

Ao observar as condições de ocorrência da vida industrial, regulamentação das atividades do operário, afastamento de sua família o dia inteiro e separação daquele que o emprega, Durkheim (2000) salienta que demandam nova organização da vida social. No seu entender, os interesses em conflito mencionados se devem não somente à rapidez das transformações, mas à desigualdade muito grande entre as condições exteriores da luta.

O autor acredita na possibilidade de a divisão do trabalho social suscitar, no operário, a consciência de que sua atividade tem um sentido e que ele não é uma engrenagem que repete, de maneira mecânica, os movimentos¹¹ (DURKHEIM, 2000). Em referência ao trabalhador industrial, afirma que ele deve sentir sua utilidade, uma vez que compreende a finalidade de suas ações fora delas mesmas, sem necessariamente abranger vastas regiões do horizonte social.

A despeito do caráter conservador das ideias de Durkheim (2000) sobre a relação entre capital e trabalho, influenciado, ao certo, pelas concepções positivistas de Comte¹², importa lembrar algumas das suas repercussões no contexto histórico brasileiro da Primeira República (1889-1930).

¹¹ Contrariamente, Friedrich Engels e Karl Marx (1988) entendem a rotina do trabalho como elemento de alienação dos operários e, em seus escritos, especificamente *Manifesto do Partido Comunista*, os conclamam para se organizarem com o intuito de transformar essa condição.

¹² No entender de Comte, a incorporação do proletariado à sociedade por meio de medidas de proteção ao trabalhador e à sua família era o principal objetivo da política moderna. O positivismo se opõe às correntes socialistas, haja vista a ênfase na cooperação entre trabalhadores e patrões e a busca de solução pacífica dos conflitos (CARVALHO, 2004). “Ambos deveriam agir de acordo com o interesse da sociedade, que era superar aos seus. Os operários deveriam respeitar os patrões, os patrões deviam tratar bem os operários. Os positivistas ortodoxos brasileiros seguiram ao pé da letra essa orientação” (CARVALHO, 2004, p.111).

Os positivistas ortodoxos brasileiros sugeriram ao governo provisório, no início da República, especificamente em 1889, uma legislação social que incluísse jornada de trabalho de sete horas, descanso semanal, férias anuais, licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria, pensão para as viúvas e estabilidade após sete anos de trabalho. Tais propostas não foram adotadas, mas políticos¹³ ligados ao positivismo, nas primeiras décadas do século XX, continuaram a apresentar projetos de lei sobre a questão social (CARVALHO, 2004).

Durante as duas primeiras décadas do século XX no Brasil, a questão social, referente à regulamentação das atividades operárias, caracterizou-se por estratégias diferenciadas de organização do movimento operário brasileiro e de reações diferentes por parte do patronato. Os anos de 1917, 1918 e 1919, por exemplo, foram marcados por agitações operárias¹⁴, tendo sido tais manifestações reprimidas severamente pelo patronato. Já no final dos anos 1920, existia entre a classe trabalhadora no Brasil, uma prática de luta e de acordos com o patronato, e toda uma experiência de organização em partidos políticos e sindicatos. Embora as conquistas materiais da classe trabalhadora durante os anos 20 fossem pequenas e efêmeras, seu ganho central traduziu-se na construção de uma identidade social (GOMES, 1994).

A legislação trabalhista no Brasil, sobretudo aquela em vigor de 1930 e 1935, pode ser compreendida como resposta de Getúlio Vargas à luta social dos trabalhadores, pautada, primeiro, na necessidade de conquistarem os direitos fundamentais do trabalho¹⁵ e, depois, de fazê-los cumprir (ANTUNES, 1988).

¹³ Como exemplo Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931 (CARVALHO, 2004).

¹⁴ Ao longo dos anos 10, anarquistas e socialistas conviveram, tendo suas áreas de influência e desenvolvendo relações de competição e confronto, mas também de tolerância e combinação (GOMES, 1994).

¹⁵ Nas lutas grevistas, estiveram presentes reivindicações como regulamentação da jornada de trabalho, férias, estabilidade, indenização, aviso prévio, aposentadoria e regulamentação do trabalho de mulheres e menores. Gradativamente, essas reivindicações se constituíram em leis de trabalho.

1.2 MODELOS PREVIDENCIÁRIOS NA CONTEMPORANEIDADE

A primeira concessão do direito à aposentadoria no Brasil data do final do século XIX, precisamente em 1890, quando o Ministério da Função Pública o garantiu aos trabalhadores das estradas de ferro federais. Gradualmente, outros funcionários públicos o adquiriram: trabalhadores do Ministério das Finanças (1891), da Marinha (1892), da Casa da Moeda (1911) e dos Portos do Rio de Janeiro (1912). Com a promulgação da Lei Eloy Chaves, em 1923, foram criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs)¹⁶, objetivando desenvolver um sistema de proteção social no interior das empresas, por meio do qual os trabalhadores passaram a ter direito a assistência médica, aposentadoria por doença, e seus familiares, o direito a pensão em caso de morte (PEIXOTO, 2000). Ademais, o Instituto de Previdência foi criado, em 1926, para os funcionários da União, significando ampliação do sistema das Caixas para outras empresas, de maneira modesta, constituindo o germe da legislação social da década seguinte (CARVALHO, 2004)¹⁷.

Ao longo dos anos 1920, o processo político que reporta aos antecedentes históricos do elaborar e implementar da legislação social no Brasil, referente à regulamentação da mão-de-obra assalariada, envolve o Projeto de Lei das Caixas de Aposentadorias e Pensões de 1923¹⁸, indicando, por sua vez, uma concepção de Previdência Social não estabelecida como direito do cidadão, mas como um direito contratualmente obtido através de contribuição ao

¹⁶ Inicialmente, a Lei nº 4.682, de 24 de novembro de 1923, conhecida como Eloy Chaves, ficou restrita à categoria profissional dos ferroviários, que representavam um dos setores mais bem organizados do movimento operário (GOMES, 1979). As CAPs apresentavam esquema de financiamento tripartido, isto é, o fundo era formado com a contribuição dos empregados, do empregador e do Estado, sinalizando para a futura formulação do sistema de previdência brasileiro (GOMES, 1979; HADDAD, 2001). Os membros das CAPs recebiam benefícios proporcionais às suas contribuições, havendo, portanto, uma diferenciação de atendimento em seu interior (GOMES, 1979).

¹⁷ “Ao final da Primeira República, havia, pelo menos 47 Caixas, uns 8 mil operários contribuintes e cerca de 7 mil pensionistas.” (CARVALHO, 2004, p. 64).

¹⁸ Resultou na segunda Lei de Direito Social no Brasil, que originou a Lei de Férias de 1925 e o Código de Menores de 1927. A primeira Lei de Direito Social, criada em 1919, consiste na Lei de Acidente de Trabalho, que só foi posta em prática nos anos 1930, após ser avaliada e reformulada ao longo de cinco anos. No que se refere à Lei de Férias, consistiu em um dos problemas mais difíceis de solução consensual devido à posição firme do patronato em não ceder ao operariado industrial. Em fins de 1932, na gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a lei que obrigava o pagamento das férias relativas a 1930 é aplicada (GOMES, 1979).

longo do tempo¹⁹ (MALLOY apud GOMES, 1979). Os argumentos utilizados pelo deputado Eloy Chaves na defesa de seu projeto de legislação social na Câmara são mencionados e analisados: de um lado, ocorreu a implantação de reformas cautelosas e graduais, patrocinadas pela própria elite política do país, procurando evitar choques violentos entre os interesses do capital e do trabalho; por outro, havia a intenção de proteger o proletariado não só das difíceis condições de vida que enfrentavam como dos aproveitadores dessa situação. Nesse discurso, a dimensão paternalista demonstra seu caráter elitista e também estabelece uma das fontes fornecedoras de subsídio para a ideologia da outorga²⁰, análise que consagra a visão de um Estado brasileiro que se antecipa aos conflitos, apagando o caráter controlador do tipo de legislação social criada no Brasil e suas vinculações com as pressões do movimento operário (GOMES, 1979)²¹.

A atuação política do movimento operário caracterizou-se, nas duas primeiras décadas do século XX, no Brasil, pelas tendências revolucionária e reformista. A primeira, que teve como principal representante os anarquistas, se negava a participar da luta pelo controle do Estado e se fundamentava no princípio doutrinário da necessidade da destruição prévia do Estado, privilegiando a luta puramente econômica²². Quanto aos reformistas, aceitaram a

¹⁹ Em seu período de surgimento no Brasil, a Previdência tornou-se um instrumento de incorporação controlada, definindo que direitos sociais integravam o pacote da cidadania e quem a ele tinha acesso, ou seja, determinados segmentos do mercado de trabalho formal urbano. Ademais, consagrou a excludente vinculação entre acumulação e equidade. Para Vianna (1998), mais grave do que a diferenciação imposta pelo caráter atuarial da Previdência, foi a ação discriminatória exercida pelo Estado na identificação dos cidadãos.

²⁰ Trata-se de um entendimento, proposto por Oliveira Viana, que percebe a criação da legislação trabalhista como resultado da “outorga generosa dos dirigentes políticos e não de uma conquista realizada pelas classes trabalhadoras” (VIANA apud VIANNA, 1978, p. 31). Para Werneck Vianna (1978), que tece análises sobre a atuação do Estado no Brasil nas quatro primeiras décadas do século XX, a ideologia da outorga será resultante de um pacto. Todavia, não entre o Estado e as classes ‘subalternas’, e sim entre as diferentes facções das classes dominantes. Tais análises serão contrapostas ao longo desse tópico da tese.

²¹ Segundo Gomes (1979), na década de vinte, a ação do próprio movimento operário rearticula-se, denunciando a repressão que sofria e intensificando sua luta política, inclusive por canais oficiais, como ilustrou a formação do Bloco Operário. Comenta, então, que os primeiros anos de 1920 são marcados por esse esforço, sendo uma época em que ocorre uma série de greves, mais ou menos extensas e articuladas, e em que a orientação sindical do governo é denunciada e combatida por amplos setores do movimento operário. Tal concepção indica que o processo antecipatório à criação da legislação social está relacionado à movimentação dos trabalhadores e não o contrário, como sugere o “mito da outorga”.

²² Em *A invenção do trabalhismo*, estudo sobre o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político, Gomes (1994) analisa a atuação dos anarquistas no movimento operário nos anos 1910 e destaca que eles recusaram a definição de política como disputa eleitoral e como prática partidária e parlamentar,

política estabelecida nos limites do capitalismo, estando pautados em reivindicações também exclusivamente economicistas (ANTUNES, 1988).

No desenrolar da década de 1930, o interesse do Estado nas questões sociais (trabalhista e sindical)²³ se deveu ao fato de que a legislação social também se constituía um instrumento de mobilização da massa assalariada urbana como base social de apoio, num momento histórico de luta entre facções políticas pelo controle do governo federal²⁴. No bojo desse processo, ocorreu ampliação do sistema de aposentadorias para as categorias profissionais dos mineiros, em 1932²⁵, e dos comerciários, estivadores e bancários em 1934²⁶. Essas iniciativas se desenvolveram por meio do estabelecimento de uma rede de contatos entre empregadores e empregados, ou seja, entre os representantes dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nessa ocasião, o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social, ouvindo e tentando atender às demandas formuladas pelos interesses de classe, o que lhe facultava o

afastando-se radicalmente do modelo liberal, ao mesmo tempo aceito e criticado pelos operários socialistas. Para a autora, quando os anarquistas defenderam o afastamento dos sindicatos da política oficial pretenderam superar suas dissensões internas, tais como sua composição étnica, de cor e de nacionalidade. Além disso, o projeto anarquista visava a eliminação do Estado, mesmo que outra rede de associações tivesse que ser montada para a administração da nova sociedade. A partir da redefinição da idéia de política, os anarquistas voltaram-se para as questões dos interesses econômicos dos trabalhadores.

²³ Ao analisar a legislação social dos anos 1930/1935, Antunes (1988) elabora a distinção entre legislação trabalhista, entendida como resposta do Estado às reivindicações da classe operária na busca de uma regulamentação minimamente protetora do trabalho, e a legislação sindical, que apresentou um conteúdo controlador e desmobilizador, contrariando os verdadeiros interesses da classe trabalhadora, expressos na necessidade de preservar autonomia e liberdade sindicais herdadas do período anterior a 1930, e subordinando os sindicatos ao Estado.

²⁴ A partir de 1930, eventos foram iniciados no Brasil como o movimento político-militar conhecido como Revolução de 30, indicando transição de uma economia agrária-exportadora para outra capitalista industrial. Para Antunes (1988), esse processo de transformações na sociedade brasileira caracterizou-se pela conciliação entre o velho e o novo, entre os vários segmentos representantes dos interesses agrários e também dos setores urbanos emergentes.

²⁵ Em fevereiro de 1932, período que antecedeu o levante armado em São Paulo, os operários da *São Paulo Railway* entraram em greve durante 15 dias, nas oficinas da Lapa e do Centro, pois se opuseram ao aumento da taxa de contribuição para as Caixas de Aposentadoria e Pensão. Reivindicavam ainda a regulamentação do horário de trabalho (200 horas por mês) e 5% do aumento salarial. Foram atendidos. (ANTUNES, 1988).

²⁶ De acordo com Antunes (1988), no início de julho de 1934, os bancários de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro deflagraram greve para criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões e para conquista de vantagens sociais, tais como seguro, aposentadoria, estabilidade e bonificações. Também os marítimos de Santos e de outros portos do Brasil entraram em greve, reivindicando a reorganização da Caixa de Aposentadorias e Pensões.

poder de acelerar o andamento das questões, decidir sobre os impasses e assegurar, através de fiscalização eficiente, o cumprimento dos dispositivos sancionados (GOMES, 1979).

O caráter centralizador e intervencionista do Estado Vargasista e a rigorosa disciplina por ele imposta aos fatores de produção, especialmente à força de trabalho industrial, conduziram à constituição de um núcleo industrializante, ultrapassando os interesses imediatos das classes dominantes agrárias e mesmo da burguesia industrial²⁷ e formulando um projeto que garantia e preservava a expansão capitalista no Brasil (ANTUNES, 1988).

Ao analisar a constituição do aparato burocrático brasileiro, formado por instituições destinadas ao fomento das diversas atividades econômicas nos anos 1930, Antunes (1988) considera que algumas de suas características se aproximaram do corporativismo, tendo sido a atuação do Estado marcada por um movimento pendular, por meio de seu aparato burocrático-militar, posto que conciliava tanto os interesses agrários quanto os interesses industriais. Assinala que, no referido momento histórico, se o plano da política sindical foi marcado pela dimensão controladora da atuação estatal, a esfera que regulamentou a legislação do trabalho²⁸ foi resultante de uma luta da classe operária, especialmente desde 1920, visando à constituição dos direitos fundamentais do trabalho.

Embora, no início dos anos 1930, tenham sido criados o Departamento Nacional do Trabalho e a Lei de Sindicalização, Antunes (1988) retrata a resistência e a contestação de líderes sindicais, tanto anarco-sindicalistas quanto comunistas²⁹, à lei imposta aos sindicatos, segundo a qual essas entidades teriam, oficialmente, de serem reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, sendo necessário o cumprimento de uma série de exigências, tais como a

²⁷ Nessa análise, Antunes (1988) discorda do entendimento de Werneck Vianna (1978), para quem o Estado pautou sua atuação como mero árbitro e mediador entre as facções dominantes.

²⁸ No entender de Antunes (1988), a legislação trabalhista guarda uma ambiguidade: ao mesmo tempo que reflete conquista da classe operária, contém vasto conteúdo manipulatório expresso na ideologia do Vargasismo ao atender às pressões populares.

²⁹ Entre os anos 1930 / 1935, os anarco-sindicalistas estavam presentes no seio da massa assalariada, mas não conseguiram conduzir politicamente o movimento. Já os comunistas encontraram muitas dificuldades para conseguir impor-se como força hegemônica no seio da classe operária (ANTUNES, 1988).

apresentação de seus participantes, dos estatutos e das atas dos trabalhos de instalação. Nesse sentido, o autor³⁰ elabora uma retrospectiva histórica do movimento grevista no Brasil, nos anos compreendidos entre 1930-1935, procurando demonstrar que suas manifestações, eclodidas na primeira metade da década de 1930, foram relativamente intensas.

O primeiro fundo de aposentadoria por categoria profissional, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), foi criado em 1933. Após essa conquista, variadas categorias profissionais fundaram seus próprios sistemas de assistência social (PEIXOTO, 2000). Os funcionários públicos criaram uma série de institutos, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs)³¹, administrados sob a égide do Estado (HADDAD, 2001). As CAPs conviveram com os IAPs até 1954 (VIANNA, 1998)³².

Os anos compreendidos entre 1930-1934 corresponderam no Brasil a um período em que o Executivo legislou sem entraves, pois as Assembléias Federal, Estadual e Municipal foram suspensas, assim como os canais políticos de representação partidária (GOMES, 1979). Entre 1931-1935, a estrutura sindical brasileira foi caracterizada por um processo em que, de um lado, os setores mais avançados procuraram preservar o movimento sindical independente e, de outro, o Estado usou as mais variadas formas para coibir a luta sindical, propondo um sindicalismo subordinado aos interesses dos setores dominantes e ao Estado. Em meados de 1935, quando a estrutura sindical associou-se à intensificação repressiva do Governo Vargas, ocorreu a desmobilização do movimento sindical, pois os sindicatos foram fechados e as

³⁰ Antunes (1988) realiza pesquisa histórica em jornais de sindicatos da época, especificamente *A Plebe* e *A plateia*. Considera que, embora o Governo Varguista tivesse uma proposta controladora do movimento operário autônomo, a conjuntura política sofreu alterações ao longo desses anos, motivadas pela ausência, por parte das frações das classes dominantes, de um projeto hegemônico que incorporasse efetivamente as classes subalternas.

³¹ De acordo com a autora, seis IAPs foram fundidos em 1948 e 30 CAPs do setor ferroviário cobriam cerca de 3 milhões de segurados ativos, 158.800 aposentados e 171 mil dependentes. Os IAPs eram dirigidos por colegiados dos quais faziam parte representantes dos empregadores, dos empregados e técnicos do governo. A representação dos trabalhadores (e em alguns casos também a dos empregadores) era eleita através dos sindicatos (VIANNA, 1998).

³² Embora houvesse competição entre a forma estatal, representada pelos IAPs, e a forma privada, representada pelas CAPs, essas instituições previdenciárias coexistiram durante todo o período ditatorial de Vargas, contribuindo para que fosse abortada a tentativa de unificação de todo o sistema previdenciário proposta pelo mesmo Vargas, pouco antes de ser deposto, em 1945 (SANTOS, 1987). Durante o Estado Novo (1937-1945), surgem os presidentes dos IAPs, nomeados pela presidência da República, a quem os colegiados passaram a assessorar (situação que permaneceu até 1966) (VIANNA, 1988).

organizações intersindicais dissolvidas, assistindo-se à perda da autonomia sindical (ANTUNES, 1988).

No que se refere à construção do projeto político durante o Estado Novo, Gomes (1994) compreende que Vargas tentou promover a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro. O Estado Novo preconizou o ideal de respeito ao trabalho, como meio de valorizar o homem e de o trabalhador estabelecer relação com o Estado. Esse projeto político estatal foi designado trabalhismo, envolvendo o mito construído em torno da figura de seu criador, o presidente Getúlio Vargas. Tal proposta política foi bem sucedida, uma vez que o processo político constitutivo da classe trabalhadora brasileira articulou lógica material, fundada em benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica³³, que representava tais benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores (GOMES, 1994).

Os 1930 e o Estado Novo, em análise de Santos (1987), sugerem o uso da noção de cidadania regulada para compreender o processo histórico desenvolvido nesses períodos, pois considera que o conceito de cidadania encontra raízes em um sistema de estratificação ocupacional, definido por norma legal, e não em um código de valores políticos. Nesse sentido, o autor preconiza que a cidadania consiste nos direitos do cidadão, considerado de acordo com o lugar que ocupa no processo produtivo e estando reconhecido por lei. Nesse sentido, os parâmetros que definem a cidadania são: regulamentação das profissões, carteira profissional e sindicato público. Consequentemente, a estrutura de desigualdades sociais no país é reforçada, haja vista que os cidadãos estão estratificados em categorias profissionais e seus benefícios previdenciários são desiguais (SANTOS, 1987).

Nos anos 1940, Vargas aumentou o orçamento do Ministério do Trabalho consideravelmente. Embora o ano de 1944 tenha sido designado como o da previdência por

³³ No entender da autora, a dimensão simbólica, contida nas relações políticas, situa a dinâmica entre repressão e mobilização exercitada neste período, permitindo compreender a longevidade da nação construída pelo discurso político estado-novista (GOMES, 1994).

esse ministério e ocorrido tentativa de reorganização da previdência, tal medida não logrou êxito, tendo se realizado apenas nos anos 1960 (GOMES, 1994). A Lei Orgânica da Previdência Social (LOP)³⁴, formulada em 1960, uniformizou a legislação dos diversos institutos de previdência social, aposentadorias e pensões. Embora a previdência passasse a ser questão de ordem pública, três categorias profissionais ficaram excluídas do sistema de seguridade social (agricultores, empregadas domésticas e trabalhadores autônomos), apenas admitidas nos anos 70³⁵ (PEIXOTO, 2000).

O golpe militar de 1964 caracterizou a sociedade brasileira pelo autoritarismo no sistema político, pela expansão do parque industrial e pela diversificação da estrutura ocupacional. A associação dessas características propiciou a superação do modelo de proteção social constituído nos anos 1930. Essas consequências do golpe de 1964 trouxeram expansão da Previdência Social, pois houve o surgimento das mais diversas categorias de assalariados, que foram obrigados à filiação. Embora tenha ocorrido a universalização dos direitos sociais, eles não foram disseminados devido à falta de uma estrutura capaz de assegurar-lhes o exercício, tornando precária a cidadania que se universalizava. O efeito de maior repercussão sobre os rumos da proteção social, desencadeado pelo tipo de modernização econômica ocorrida no contexto autoritário pós-64, foi ter atrelado o sistema a uma lógica privatizante, marcada pela eficiência empresarial na gestão dos organismos públicos criados para implantar programas sociais, para terceirizar e para reciclar o dinheiro público, haja vista que os fundos instituídos para financiar a proteção social como o Fundo Geral do Trabalho Social (FGTS), o Fundo de Assistência Social (FAS) e o Programa de Integração Salarial / Programa de

³⁴ Essa lei foi aprovada em 1960, após 14 anos de tramitação no Congresso. Estabeleceu a uniformização dos planos de benefícios, embora mantivesse intacta a estrutura fragmentada do sistema. A despeito do ampliar efetivo da proteção social, havendo abandono do regime de capitalização, o sistema conservou a estrutura segmentar com que fora concebido (VIANNA, 1998).

³⁵ Nesse período, ocorreu a unificação dos IAPs no INPS, que garantiu filiação à Previdência de toda mão-de-obra urbana com carteira assinada, independentemente de sua categoria ocupacional.

Formação do Servidor Público (PIS / PASEP) acabaram sendo desviados para outros fins (VIANNA, 1998)³⁶.

Em balanço do processo de implantação e desenvolvimento da proteção social no Brasil, Vianna (1998) considera o período Vargas e também o autoritarismo pós-64, assinalando que a política social implementada por Vargas incorporou os trabalhadores de maneira seletiva e hierárquica, diferenciando-os dos demais pobres; já a outra ditadura, ocorrida pós-64, disseminou direitos sociais entre os antes excluídos, nivelando essa cidadania social em patamares tão baixos que a estigmatizou e afastou do sistema público os trabalhadores formais e a imensa gama de novos segmentos médios assalariados, também surgidos no bojo do projeto modernizante. A deterioração do sistema público para os pobres e o crescimento de uma indústria da seguridade para as camadas médias e assalariadas formais compuseram o processo de americanização da proteção social³⁷.

Peixoto (2000) destaca, em sua historicização do sistema de aposentadoria no Brasil, que, em 1973, houve a criação da aposentadoria por velhice pelo Ministério do Trabalho, concedida aos homens de mais de 65 anos e às mulheres de mais de 60 anos, e, em 1974, foi estabelecida, por decreto-lei, uma renda mensal vitalícia (60% do salário mínimo) para as pessoas de mais de 70 anos. Nesse mesmo ano, com a criação do Ministério da Previdência Social, desvinculado do Ministério do Trabalho, as questões da previdência e da aposentadoria afastaram-se dos interesses específicos das empresas e dos sindicatos (SIMÕES, 1998). Em 1988, a Constituição brasileira reconheceu direitos aos idosos no artigo 230 e estabeleceu que o valor da aposentadoria deveria se basear no salário mínimo.

Quanto à universalização da Previdência no Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988, algumas dificuldades indicaram a concretização de avanços previstos

³⁶ Segundo a autora, tal fato junto ao abandono dos serviços públicos, via particularização dos programas (os convênios-empresa, por exemplo), contribuíram para reforçar a dinâmica privatizante (VIANNA, 1998).

³⁷ A autora comenta: “Assim, estabeleceu-se uma relação de complementariedade invertida entre público e privado que reforça a lógica da universalização excludente, transformando os iguais portadores de ‘direitos universais’ em diferentes cidadãos consumidores de benefícios estratificados” (VIANNA, 1998, p. 189).

na Carta: fracos resultados para o custeio do sistema devido à ampliação das fontes de financiamento e à diversificação das bases de incidência das contribuições sociais, ao crescimento de contestação na Justiça do pagamento das contribuições sobre faturamento e lucro e à crise fiscal da União³⁸ (AZEREDO, 1993). Ademais, o ajuste das finanças públicas representou, na década de 1980, o aumento da carga tributária, que afetou proporcionalmente os mais pobres, a contenção relativa do gasto social e as despesas focadas em ações de natureza muito mais assistencial em detrimento da universalização de bens e serviços públicos a toda a população (POCHMANN, 2008).

O modelo brasileiro de previdência vigente até então foi revisto na década de 1990, em decorrência da adoção de medidas neoliberais no país. Compreende-se, aqui, o neoliberalismo como adaptação e atualização do liberalismo clássico³⁹ às novas condições sociais e históricas caracterizadoras do capitalismo em meados dos anos 1970 e início dos 1980 nos países capitalistas centrais, tendo sido postas em desenvolvimento, nos anos 1990, naqueles de terceiro mundo. A estabilização de preços e contas nacionais, a privatização dos meios de produção e das empresas estatais, a liberalização do comércio e dos fluxos de capital e a austeridade fiscal através da restrição de gastos públicos são as principais características do neoliberalismo, cujo principal objetivo é transformar o trabalho em uma mercadoria tão fluida e refratária às regulamentações sociais quanto o próprio capital financeiro (VIANA, 2007; BRAGA, 2007).

³⁸ Nos anos 1980, houve uma semi-estagnação da economia brasileira acompanhada por modificações no papel do Estado e em suas políticas públicas devido à hiperinflação, ao endividamento externo e interno, aos desequilíbrios nos balanços de pagamento e ao desajuste nas contas públicas. Nessa década, o contínuo desajuste nas finanças públicas resultou da reestruturação patrimonial produzida pelos grandes empreendimentos do setor privado diante da ausência de perspectivas de uma ampliação significativa do processo de acumulação do capital de produção (POCHMANN, 2008).

³⁹ O liberalismo econômico clássico, predominante nos séculos XVIII e XIX, que teve o economista Adam Smith como o principal representante, preconizou o mercado como uma espécie de “mão invisível”, dirigido pelo livre jogo da oferta e da procura, tornando o Estado desnecessário (VIANA, 2007).

No contexto político brasileiro relativo à reforma da Previdência⁴⁰, a ideia de solidariedade geracional é utilizada para justificá-la. Na segunda gestão do Governo Luís Inácio Lula da Silva, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, comenta que sua proposta consiste em um modelo universal para trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, incluindo militares:

O presidente tem dito que é preciso haver um pacto de solidariedade entre as gerações. Quer uma Previdência universal para todos os trabalhadores e pretende negociá-la com o Congresso, as centrais sindicais e os empresários (FOLHA DE S. PAULO, 2007 b).

À guisa de curiosidade, Grün (2005) ressalta a centralidade assumida pelos fundos de pensão no cenário econômico, ocorrida no processo de privatização de algumas empresas estatais no Brasil, deflagrado na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre os anos 1994 e 1998. Naquele momento, a ideia de capitalização do sistema previdenciário foi percebida e divulgada como solução financeira, enquanto o modelo de repartição, baseado na solidariedade entre as gerações, passou a ser tratado como problema previdenciário. O governo FHC, entretanto, afastou a proposta de substituir o regime de repartição pelo de capitalização individual e privada devido aos elevados custos da transição e aos efeitos das reformas empreendidas no Chile e na Argentina.

No Chile, a propalada privatização foi questionada, pois o Estado regulava a demanda e a oferta, financiava parte das pensões, administrava e financiava o antigo sistema. No contexto argentino, o sistema de previdência privada apontou sinais de dificuldades para

⁴⁰ Segundo a FOLHA DE S. PAULO (2007 a), “O governo encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que limita a aposentadoria dos funcionários públicos com base no teto do INSS (hoje em R\$ 2.890,00) e cria o plano de previdência complementar para aqueles que quiserem aumentar os rendimentos na aposentadoria. As novas regras só valerão para os funcionários que ingressarem no serviço público após a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), uma entidade jurídica de direito privado que administrará as contribuições feitas pelos funcionários bem como as contrapartidas da União, que será a patrocinadora do fundo”.

cumprir suas promessas de fornecer benefícios mais adequados e para mais pessoas⁴¹ (ALVES DA SILVA, 2004). Em 2008, o Governo Kirchner⁴² passou a rever os fundos privados de pensão que foram adotados em 1994 e considerou a estatização dos fundos de aposentadoria como única alternativa para salvar a pensão dos argentinos, pois aproximadamente 1,5 milhão de pessoas não tinha emprego em 2007. Segundo a Administração Nacional de Seguridade Social desse país, essa decisão governamental se justifica em face da ameaça sofrida pelos recursos dos futuros aposentados com a crise financeira internacional⁴³, destacando que a queda na bolsa de valores repercutiu negativamente nas aposentadorias. Essa entidade Argentina, correspondente ao Ministério da Previdência no Brasil, postula que a existência de um sistema previdenciário deve atender aos trabalhadores e não à Bolsa (A TARDE, 2008a).

A questão relativa aos critérios de alocação de recursos públicos de uma geração para outra se tornou recorrente na França⁴⁴, desde o final dos anos 1980. Nas discussões da época, questionava-se sobre a necessidade de se adotar a aposentadoria por capitalização. Nos anos de 1990, a sociedade francesa se caracterizou pela crescente contradição entre a tendência de retirada precoce do trabalhador da vida profissional e a que a prolongou a fim de assegurar o

⁴¹ Nos referidos países, a privatização dos fundos de pensão apresentou resultados questionáveis. Os fundos de pensão não apenas privilegiaram a rentabilidade e reproduziram a desigualdade social, também se mostraram incapazes de honrar seus postulados e intenções retóricas. “É um mercado ‘livre’ que nada faz sem o Estado e que, mais que isso, quer o Estado cúmplice do *Diktat* mercantil” (ALVES DA SILVA, 2004, p.27).

⁴² A presidente Cristina Kirchner assinou projeto de lei que reforma o sistema previdenciário da Argentina na tentativa de eliminar os fundos de pensão privados e transferir os recursos para o Estado. Caso o projeto seja aprovado pela Câmara e pelo Senado, o sistema de aposentadoria e pensão passará a ser administrado pelo governo argentino (A TARDE, 2008a).

⁴³ Eric Hobsbawm, historiador britânico, salienta o caráter instável operado de forma intensa no capitalismo global nos últimos 30 anos, sobretudo no Brasil, nos anos 80, no México, nos 90, no sudeste asiático e Rússia, nos anos 90, e na Argentina, em 2000. Assinala que a atual crise está sendo mais dramática, consistindo na consequência da adoção da ideologia “teológica” do livre mercado pelos governos do Ocidente. Em seu entender, ocorre o fim de uma era específica, em que predominara o neoliberalismo. Destaca, então, a concordância de que, daqui por diante, o Estado terá um papel maior na economia (A TARDE, 2008b).

⁴⁴ Nessa sociedade, a história das aposentadorias resultou da negociação, iniciada desde os anos 1890, entre movimento operário, patronato e Estado, que propiciou a formulação da Lei de Seguridade Social, em 1910, para aposentados operários e camponeses e fomentou a instauração do regime geral das aposentadorias no quadro de Seguridade Social, em 1945, vantagens como assistência médica, alimentação gratuita nos restaurantes populares, assistência jurídica e outras foram asseguradas. A partir de 1967, ainda segundo Caradec (2001), a ideia de aposentadoria precoce predominou, havendo uma revisão da idade cronológica própria à retirada do trabalho. Aposentadoria precária e desemprego passaram a atingir parcela cada vez mais significativa dos indivíduos na faixa etária anterior àquela da aposentadoria propriamente dita, sobretudo em empresas privadas.

equilíbrio financeiro dos regimes de aposentadoria. Logo, o Estado alongou o tempo de contribuição para os assalariados do mercado privado, concedeu o direito à aposentadoria integral, reduziu o acesso aos dispositivos públicos, incentivou o recurso à aposentadoria precoce e tomou medidas para onerar a dispensa dos trabalhadores idosos (CARADEC, 2001). Ademais, nessa última década, pressões populares sobre autoridades políticas demandaram revisão governamental do projeto a ser efetivado para o sistema previdenciário francês, cuja proposta incluía aumento das contribuições, redução das indenizações e reestruturação das idades para obtenção das aposentadorias (PEIXOTO, 1998).

As concepções de seguridade social que predominaram tanto na França quanto no Brasil, no processo de alterações da previdência social, nas duas últimas décadas, são analisadas por Sabóia (2006) sob a perspectiva de gênero. Assinala que, em ambos os países, o caráter familiar substituiu a característica universal, outrora dominante, submetendo, então, o direito da seguridade social à condição do trabalho remunerado e formal, majoritariamente masculino. De acordo com a autora, as reformas do sistema previdenciário, realizadas nos referidos países, contribuíram para manutenção das diferenças entre as aposentadorias masculinas e femininas e, em certa medida, a reforçaram. Para a autora, as mudanças empreendidas nos regimes de previdência social francês e brasileiro ocasionaram transformação no tratamento concedido à proteção social, em que a ênfase no social se deslocou para a esfera econômica. Dessa maneira, o Estado, que deveria ser providencial, tornou-se Estado gerencial ou emergencial. O impacto disso se refere à supressão das condições para o exercício efetivo da cidadania, cuja invocação, permeada de simulacros, tem feito parte do discurso político em ambos os países.

No decorrer dos últimos anos, as medidas adotadas no Brasil e na França flexibilizaram a contratação de força de trabalho, colaborando para reduzir a arrecadação previdenciária. No Brasil, a esse fato, somam-se as fraudes e sonegações fiscais. Em contexto

francês, aliam-se as isenções de imposto, utilizadas pelo governo com o objetivo de gerar (sub) empregos (SABOIA, 2006).

As reformas adotadas no sistema previdenciário se valeram, na França, do argumento demográfico pautado no crescente processo de envelhecimento da população e, no Brasil, da apologia à obtenção da justiça social. Em uma análise crítica ao cenário brasileiro, tem-se que a oposição entre frações da classe trabalhadora empregada no setor público e no setor privado foi reforçada pela falácia ao combate dos supostos “privilégios” atribuídos aos servidores públicos. Para Sabóia (2006), todavia, a redução da aposentadoria de todos os trabalhadores a um piso mínimo e a um teto rebaixado não expressa a busca e o realizar de justiça social.

No entender da autora, a garantia de solidariedade e a promoção da justiça social devem ser asseguradas em reforma da Previdência. Daí, a necessidade de eliminar eventuais privilégios e de contribuir para a redução das desigualdades de classe e de gênero. Sabóia (2006) assinala que, na pauta de uma reforma previdenciária justa, deve estar inclusa uma lógica igualitária e redistributiva, contrariamente às lógicas individualista e familialista que orientam e reforçam o seu caráter de seguro, reduzindo desigualdades tanto de classe como de gênero.

O deslanchar do processo de reforma previdenciária no Brasil ocorreu com base em críticas endereçadas aos tradicionais sistemas previdenciários públicos. As críticas referidas estiveram pautadas, de modo geral, ora em mudanças demográficas, ora no desemprego estrutural, ou seja, tecnológico. Nesse sentido, vigoraram as ideias de que maior expectativa de vida aumenta o tempo médio de recebimento dos benefícios previdenciários, ao tempo em que menor taxa de fecundidade diminui o número de trabalhadores ativos. Consequentemente, o desequilíbrio entre o número de aposentados e o de contribuintes ocasionaria o risco de déficits previdenciários insustentáveis, a curto ou médio prazo. Além disso, o desemprego

tecnológico reduziria a base de contribuintes, acirrando ainda mais esses déficits (BONALDI, 2007).

O conjunto dessas ideias é utilizado, dessa maneira, para justificar as recomendações fornecidas pelo Banco Mundial, tais como: redução das aposentadorias pagas pelo sistema público, alargamento do período de contribuição necessária para o recebimento de aposentadorias e expansão dos fundos de pensão. No bojo desse pacote de reformas na previdência, infere-se a proposta de que, ao sistema público, cabe a garantia mínima de proteção à velhice dos trabalhadores, que devem, por sua vez, responsabilizar-se pela elevação de suas aposentadorias, recorrendo justamente aos fundos de pensão instituídos por suas empresas ou seus sindicatos (BONALDI, 2007).

Questiona-se, desse modo, se o expandir dos fundos de pensão não representa um aumento dos crescentes níveis de incerteza e insegurança aos quais os trabalhadores encontram-se expostos em tempos de mundialização⁴⁵ financeira (BONALDI, 2007). Conclui, então, o autor, que a incerteza dos mercados mundializados, indicadora de sinais de crises, põe em xeque a confiança depositada nos fundos de pensão, enquanto formas de aposentadoria, uma vez que pode significar o prolongamento da insegurança, forjada pela mundialização e aludida a todos os trabalhadores até a velhice.

Camarano (2007) reflete sobre as perspectivas de renda para os idosos do futuro, pontuando que estão associadas ao financiamento da Previdência Social. Daí, a relevância da participação de todos no mercado formal de trabalho. Em seu entender, a tradicional maneira de financiar a seguridade social será insuficiente para lidar efetivamente com a população idosa no futuro, tendo em vista o contexto de crescente informalização da economia. A esse

⁴⁵ A mundialização contemporânea recobre uma grande diversidade de processos produtivos (BRAGA, 2007). Primeiramente, corresponde à abertura das economias nacionais às transações internacionais e ao desenvolvimento das trocas de bens e serviços. Num segundo nível, verifica-se a mobilidade internacional dos capitais, designada mundialização financeira. Na elucidação desse processo, um dos fatores mais importantes é constituído pelos movimentos internacionais de capitais e, particularmente, pelos investimentos estrangeiros diretos (IEDs), realizados pelas firmas multinacionais (CHESNAIS apud BRAGA, 2007).

respeito, a autora compreende que as reformas recentes não serão capazes de solucionar o financiamento do sistema nem tampouco assegurar proteção social, haja vista que parte expressiva da geração dos idosos do futuro vivencia os efeitos da flexibilização do mercado de trabalho e do “engessamento” da Previdência Social, comprometendo a sua aposentadoria. Portanto, Camarano (2007) salienta, como aspecto crucial para uma política de Previdência Social, o aumento da cobertura da atual força de trabalho, mas considera o contexto de retração do emprego e de informalização generalizada.

1.3 SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO

A criação da aposentadoria nas sociedades industriais reestruturou o ciclo de vida, estabelecendo, então, três grandes etapas: a infância e a adolescência (tempo de formação para o trabalho), a idade adulta (tempo de produção) e a velhice (idade de repouso e de não - trabalho) (KOHLI apud CARADEC, 2001). Nesse modelo, os sistemas de aposentadoria estão no fundamento da economia moral das sociedades modernas, lançando as bases de normas de reciprocidade e constituindo elemento-chave dessa ordem social, visto que organizam uma “justa recompensa do trabalho”, instituem solidariedade pública entre as gerações em nível nacional e transformam os indivíduos modernos em cidadãos sociais. Segundo Caradec (2001), essa explicação só é pertinente quando se consideram exemplos históricos referentes à implantação dos sistemas de aposentadoria nacionais, visto que as mudanças acontecidas a partir dos anos 1970, nas sociedades centrais do capitalismo, contribuíram para o processo de desinstitucionalização do percurso da vida.

A década de 1970 caracterizou-se, nos países de capitalismo central, por um período econômico e sociopolítico de crise, sobretudo com o solapamento do Estado do Bem Estar Social. Na França de então, o patronato flexibilizou as regras de saída do mercado de trabalho, o Estado manteve-se retraído e os sindicatos compactuaram com os interesses

patronais, pois, ao defenderem o emprego, difundiram a ideia de que melhor seria a existência de um pré-aposentado do que de um desempregado (CARADEC, 2001).

A partir de 1973, o sistema capitalista iniciou mudanças no interior do processo de acumulação de capital. Até então, predominara o núcleo essencial do fordismo, baseado na produção em série e marcado pelo aquecimento da economia, pela baixa inflação e pela estabilidade dos lucros monopólicos e dos padrões de vida para a população trabalhadora, especificamente nos países capitalistas centrais. O modelo fordista, por sua vez, começou a ser alterado, pois passou a coexistir com novas formas produtivas, denominadas de processos de acumulação flexível, caracterizados pela desindustrialização e transferência geográfica de fábricas, pelas práticas flexíveis do trabalho e dos mercados de trabalho devido à automação e à inovação de produtos (HARVEY, 1992).

Segundo Harvey (1992), a acumulação flexível expressa uma forma de ocorrência do capitalismo, mantendo seus elementos constitutivos (desenvolvimento das suas dinâmicas próprias, tecnológica e organizacional) e buscando seu crescimento econômico apoiado na exploração do trabalho vivo, no universo produtivo. O aumento expressivo do emprego no setor de serviços e o surgimento de novos conjuntos industriais em regiões subdesenvolvidas são os efeitos imediatos do processo de acumulação flexível. Além disso, apontam-se os crescentes níveis de desemprego estrutural, o retrocesso da ação sindical e a exacerbação do individualismo como consequências da acumulação flexível, implementada de maneira incisiva ao longo dos anos 1980, nos países do capitalismo central (ANTUNES, 1999a).

A mudança do significado do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas é também abordada por Sennet (2005) em *A corrosão do caráter*, ao analisar a ênfase dada à flexibilidade, percebida, sobretudo, nas críticas enfáticas endereçadas à burocracia e aos efeitos negativos da rotina. Sob a forma de ensaio, elabora argumentos que demonstram a dimensão falaciosa da referida mudança. Resume, assim, algumas prerrogativas difundidas

pelo “capitalismo flexível”: “Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças ao curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (SENNET, 2005, p. 9).

Para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, fez-se necessária flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Infere-se, então, que os direitos flexíveis correspondem ao modo de dispor da força de trabalho pelo sistema capitalista em função direta das necessidades do mercado consumidor. Como exemplos tem-se tanto a ampliação das horas extras quanto a recorrência aos trabalhadores temporários ou àqueles subcontratados (ANTUNES, 1999a).

As conseqüências das mudanças em curso ocasionadas nas sociedades contemporâneas pelos processos de acumulação flexível (desemprego tecnológico e exclusão social, por exemplo) são analisadas por Antunes (1999a). O autor opõe-se às compreensões⁴⁶ que questionam a centralidade do trabalho na vida social, elaboradas por Offe (1989) e Gorz (2003), para citar alguns teóricos.

Antunes (1999a) reporta-se à distinção marxiana entre trabalho concreto, criador de valores socialmente úteis, e trabalho abstrato, que expressa a execução cotidiana do trabalho e assume a forma de trabalho alienado. Assinala, então, na contemporaneidade, a ocorrência da crise da sociedade do trabalho abstrato, isto é, redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto. O autor assim se posiciona por entender que os críticos da chamada sociedade do trabalho, antes mencionados, desconsideram o duplo caráter do trabalho (o concreto e o abstrato) e a “dimensão essencial do trabalho concreto enquanto fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver.” (ANTUNES, 1999a, p. 84).

⁴⁶ Estão fundamentadas em diferentes entendimentos: alguns consideram o trabalhador não mais desempenhando papel estruturante na criação de valores de troca e na criação de mercadorias, e outros criticam o trabalho abstrato na sociedade, uma vez que esse assume a forma de trabalho estranhado e fetichizado da atividade humana autêntica (ANTUNES, 1999a).

Enfim, reconhece que o crescimento do desemprego, do incremento do trabalho precário e temporário e do aumento do trabalho subcontratado e da informalidade, tanto nos países de industrialização avançada quanto nos países terceiro-mundistas, conduzem a classe-que-vive-do-trabalho⁴⁷ à fragmentação, heterogeneização e complexidade. Todavia, sustenta a centralidade do trabalho concreto, compreendendo-o como protoforma do ser social e estatuto central da práxis social (ANTUNES, 1999a).

Na tentativa de associar a defesa da centralidade do trabalho, feita por Antunes (1999a), às informações obtidas na pesquisa desenvolvida com aposentados que voltaram a trabalhar, ocorreu a fala da informante Márcia (63), enfermeira e professora universitária, que se expressa quando questionada sobre o aposentado que continua trabalhando:

Eu penso que esse aposentado é mais feliz porque ele pode continuar sua vida profissional, pode ter uma renda. E eu acho que, emocionalmente, psicologicamente, ele se sente muito melhor porque ele se sente um cara ainda produtivo, que ainda está participando da sociedade de uma forma produtiva.

Ademais, Antunes (2005) atenta para as complexas relações que emergem no universo laborativo, em particular seus laços de centralidade e de sociabilidade presentes no mundo do trabalho, mesmo que sejam marcados por formas dominantes de estranhamento e alienação. Essa compreensão pode ser associada ao trecho da fala da pesquisada Ana Luísa (63), contadora e consultora, quando se expressa sobre as vantagens de continuar trabalhando, mesmo aposentada:

⁴⁷ Esse termo é uma reação de Antunes (1999) à denominação não-classe-de-não-trabalhadores, utilizada por André Gorz em *Adeus ao Proletariado*, publicado originalmente em 1980, que preconizou a tendência de término do trabalho industrial e formal e, conseqüentemente, apontou condições históricas e socioculturais desfavoráveis para os processos de resistência ao capital, a exemplo das formas de organização das classes trabalhadoras. Gorz (2003) considera trabalho as atividades socialmente remuneradas e desenvolvidas na esfera pública. Para Antunes, a classe-que-vive-do-trabalho deve incorporar aquelas pessoas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, pertencentes à indústria fabril e ao setor de serviços e aqueles que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário. Inclui também o proletariado rural e os trabalhadores desempregados que constituem o exército industrial de reserva.

Você faz mais amigos, você conversa. Eh...diversifica a comunicação, o papo se diversifica com os colegas, entendeu? Você fica sempre atualizado com as coisas que estão acontecendo. Porque é uma troca – você dá e você recebe, não é? Então, tudo isso favorece para mim!

Como o leitor poderá constatar ao longo desta tese, o retorno e a permanência de aposentados no mercado de trabalho estão associados à necessidade de complementar o benefício recebido, manter uma vida ativa na sociedade e apoiar parentes em dificuldades.

De volta ao debate teórico, a diminuição das ocupações do setor industrial e do emprego assalariado e, em contraponto, o avanço do setor de serviços e a expansão do emprego parcial sinalizam, para Offe (1989), a crise da sociedade do trabalho e a perda da centralidade do trabalho formal e assalariado como fator de integração social, isto é, como um dever. Assinala, então, o declínio da ética do trabalho, em que as pessoas passam a dedicar menos tempo ao trabalho devido ao desenvolvimento tecnológico.

No entender do autor, os dilemas das formas contemporâneas do trabalho assalariado foram ampliados devido à contínua diferenciação interna do conjunto dos trabalhadores assalariados e à erosão das fundações políticas e culturais de uma identidade coletiva centrada no trabalho. Destaca ainda que os critérios da supremacia técnica industrial, escassez e eficiência, predominantes na racionalidade econômica são suplantados por outros na racionalidade específica do trabalho em serviços, que, por sua vez, não está “liberada” do regime de racionalidade formal e econômica. Para o autor, “não se pode mais falar de um tipo basicamente unificado de racionalidade, que organizaria e governaria o conjunto da esfera do trabalho” (OFFE, 1989, p.9).

Ao definir Revolução Microeletrônica como o processo relacionado ao avanço da técnica e da revolução autônoma das forças produtivas, Gorz (2003) salienta que sua principal consequência é a diminuição constante dos postos de trabalho oriundos do industrialismo, bem como daquele trabalho realizado na esfera pública. Essas características, que apontam

para a crise do capitalismo dos países desenvolvidos, levam à segmentação e à desintegração da classe operária. Para o autor, uma elite colabora com o capital em nome da ética do trabalho, ao mesmo tempo em que uma massa é precarizada ou marginalizada, servindo de exército de reserva a uma indústria que deseja ajustar rapidamente o número de empregados às variações da demanda. Ressalta, ainda, a clivagem da referida mão-de-obra periférica: pessoas empregadas a título permanente nos trabalhos de escritório, de vigilância e de manutenção que não possuem grandes qualificações, sujeitas à substituição devido ao recrutamento entre desempregados; trabalhadores periféricos, precariamente empregados, com frequência em tempo parcial, quando a conjuntura exige (GORZ, 2003).

Ademais, Gorz (2003) menciona a existência de uma mão-de-obra externa, constituída tanto por profissionais qualificados (pessoal da informática, especialistas em finanças) quanto pelo pessoal sem nenhuma qualificação especial (serviços de limpeza, de transporte, de alimentação etc.), e acrescenta a mão-de-obra flutuante, ocasional, de inúmeros subcontratados. Enfim, o autor assinala que o trabalho não pode mais servir de fundamento à integração social, ao considerar que a desintegração da sociedade assume a forma do desemprego, da marginalização, da precarização, ou seja, da redução geral do tempo do trabalho.

O caráter contraditório do sistema capitalista, ao mesmo tempo inovador de tecnologia e propiciador da obsolescência do trabalho humano, é tratado por Druck (1999,2007), que desenvolve estudos sobre os processos de exploração do trabalho, qualificados como precarização, cuja principal forma de ocorrência se dá através da subcontratação / terceirização. Em artigo com Thébaud-Mony (2007), salienta o termo “terceirização” como uma criação brasileira que indica transferência de atividade de uma empresa a um “terceiro”. No Brasil, o termo “subcontratação” é utilizado secundariamente.

A terceirização é compreendida como elemento fundamental para a flexibilização dos contratos e do emprego utilizada nas empresas (DRUCK e THÉBAUD-MONY, 2007). As autoras apontam que, nos estudos de Sociologia do Trabalho, os usos do termo flexibilização referem-se às ideias de instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade, adaptabilidade e riscos. Acrescentam ainda que os mecanismos acionados para assegurar a flexibilização (contratos temporários e subcontratação de serviços de terceiros) são parte do crescente fenômeno da “informalização” do trabalho. A liberdade do patrono em demitir ou usar formas de contrato precárias sustenta-se nas leis de mercado, impositivas e criadoras de “estratégias de competitividade”, e, também, nas políticas neoliberais aplicadas pelo Estado, uma vez que reforma a legislação trabalhista para desregular e liberalizar ainda mais o uso da força de trabalho.

No bojo dessas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que re-desenham os mercados de trabalho em todo o mundo, importa considerar a heterogeneidade do mercado de trabalho devido às diferenças regionais. Seguindo essa perspectiva, Borges (2003a) apresenta elementos relevantes e especificidades do processo de desestruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador nos anos de 1990, destacando o caráter periférico dessa região no âmbito brasileiro, que apresenta, por sua vez, essa mesma característica.

A pesquisadora parte da noção de mercado de trabalho amplo, que inclui todas as formas de organização da produção e de relações de trabalho, e não apenas o contingente assalariado, e estabelece a distinção entre dois segmentos: o estruturado e o não-estruturado. Ao primeiro, atribui, por sua vez, a designação “núcleo duro”, constituído pelos postos de trabalho e trabalhadores assalariados submetidos ao Estatuto do Trabalhador. O não-estruturado engloba a famigerada “informalidade” (ocupados em atividades por conta própria, nos pequenos negócios e nos biscates ou submetidos a vínculos empregatícios não

formalizados) e também os profissionais liberais, trabalhadores autônomos e aqueles envolvidos em pequenas transações comerciais, isto é, os que se encontram na fronteira entre o “informal” e o “formal”.

Borges (2003a) elege o núcleo do mercado de trabalho metropolitano como ponto de observação privilegiado e conclui que o perfil das transformações nele ocorridas evidencia sua desestruturação, não apenas resultante de automatismos econômicos, mas de escolhas políticas e do papel ativo do Estado, seja na forma como trata seus empregados, seja no modo como regula (e fiscaliza) a relação capital / trabalho no Setor Privado.

O uso generalizado da noção de informalidade⁴⁸ assegura ao termo a aparência de um significado unívoco e de domínio público. Machado da Silva (2002), entretanto, aponta a confusão empírica e a ambigüidade analítica por ela suscitada. Traça, então, a historicidade de seu emprego referente aos usos sociais do trabalho e esclarece que seu surgimento, ocorrido, em 1972, no Congresso da Organização Internacional de Trabalho no Quênia-África, esteve ligado ao reconhecimento das restrições de capital no processo de mobilização produtiva do trabalho e as suas consequências, à incorporação produtiva de contingentes de trabalhadores, cada vez maiores, que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido, tanto no continente Africano como na América Latina.

As implicações das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos anos 1980, tais como retração econômica, reestruturação produtiva, terceirização (acompanhada pela globalização) e enxugamento do Estado, trouxeram a questão do desemprego para o centro da agenda pública, sobretudo nos países centrais. Com efeito, houve a ampliação do conceito de informalidade devido ao crescimento de formas de trabalho precárias e não regulamentadas

⁴⁸ A referência ao debate teórico sobre informalidade procede, uma vez que, no Capítulo 2, é feita, inicialmente, uma descrição quantitativa sobre ocupação (emprego/desemprego) na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e são tratadas formas de reinserção ou de reposicionamento de aposentados no mercado de trabalho soteropolitano. Ademais, o tema informalidade é aqui tratado, pois constitui uma categoria de análise essencial para se compreender a questão previdenciária no Brasil, abordada no capítulo 4 desta tese.

pela legislação trabalhista, passando a ser sinônimo de “flexibilização”, “desregulação” e até mesmo de “clandestinidade” (MACHADO DA SILVA, 2002; ALVES & TAVARES, 2006).

De acordo com Cacciamali (apud ALVES & TAVARES, 2006), são duas as categorias de trabalhadores participantes da informalidade: assalariados sem registro (aqueles contratados de forma ilegal e que não têm acesso a um conjunto de garantias sociais) e trabalhadores por conta própria, isto é, os que atuam na área de prestação de serviços e contam com a ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados como extensão de seu próprio trabalho, visando à obtenção de uma renda para sua manutenção e de sua família. Nesse sentido, o crescimento da informalização do trabalho resulta do reordenamento do capital, das inovações tecnológicas, da fragmentação produtiva, da redivisão do trabalho e do processo de tercerização, fatores que enfraquecem a luta de classes e negam a centralidade da contradição capital e trabalho (ALVES & TAVARES, 2006).

Em estudo sobre o trabalho urbano no Brasil nos anos 1970, Prandi (1980) salienta que a designação “conta própria” reúne diversidade de trabalhadores que, ao desempenharem tarefas no âmbito da divisão social do trabalho, dependem quase exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria, aliada, muitas vezes, ao uso da força de trabalho de membros da família, o que requer baixa ou quase nula capitalização. O autor cita, como exemplo de trabalhadores por conta própria, os artesãos, os pequenos vendedores (dentre eles os ambulantes), os ocupados em serviços de reparação e pequenos consertos, os prestadores de serviços pessoais e muitos outros conhecidos nas cidades brasileiras, urbanas e rurais. Embora estabeleça distinção entre trabalhador assalariado e trabalhador por conta própria, em que esse último desempenha papel coadjuvante no processo de acumulação direta do capitalismo, mas nem por isso menos importante na divisão do trabalho devido às contradições das forças produtivas capitalistas, Prandi (1980) reconhece que essas categorizações sociais de trabalho recobrem aqueles que se posicionam diferentemente na escala de estratificação e mobilidade

social. Destaca, também, que o uso dessas classificações é maleável, pois as dinâmicas ocorridas no mercado de trabalho podem tornar um trabalhador por conta própria em um assalariado e vice-versa.

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho em Salvador, nos anos 1970, decorrentes da instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari, são enfocadas por Prandi (1980). Primeiramente, o autor trata das chances de um trabalhador ver alterada sua relação de trabalho durante sua vida e, em seguida, tenta verificar se essas probabilidades se alteram tanto nas diferentes idades do indivíduo quanto em gerações distintas de trabalhadores⁴⁹. Nessa investigação, recorre também ao uso de histórias de vida e considera que, embora os tipos de inserção profissional do trabalhador (assalariamento e trabalho por conta própria, por exemplo) sejam variáveis como a idade, essa relação de trabalho não depende apenas do fator etário, mas está subordinada a um processo de mudança social no tempo, em que as próprias relações de produção são alteradas. Formula que “Quanto mais jovem o trabalhador, maior a probabilidade, em qualquer idade, de ele ser um trabalhador assalariado e menor a de ser um trabalhador autônomo” (PRANDI, 1980, p.153).

Ao concluir este debate sociológico, destaco que seu objetivo foi o de refletir sobre as leituras basilares que orientaram esta pesquisa, cujos dados coletados e sua análise encontram-se nos capítulos que se seguem.

⁴⁹ O autor produz tabelas que classificam os entrevistados em intervalos de idade entre 15 e 50 anos. Prandi (1980) atribui ao termo geração o sentido de *coorte* de nascimento.

CAPÍTULO 2

O TRABALHO DE APOSENTADOS EM SALVADOR – BAHIA

Este capítulo trata do retorno ao trabalho após a aposentadoria, considerando alguns dos principais fatores que motivam os informantes desta pesquisa: trabalhar para manter as condições de vida, para preservar a solidariedade familiar e para preencher o vazio social¹. Apresenta, inicialmente, um panorama sintetizado de informações sobre trabalho e aposentadoria, referentes ao Brasil e à Região Metropolitana de Salvador, consultadas na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD)² do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*³ da Superintendência de Estudos Econômicos e Estatísticos do Estado da Bahia (SEI) e em análise de tendências socioeconômicas e demográficas do Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEA)⁴. A recorrência a esses indicadores sociais visa à contextualização das variadas maneiras pelas quais os entrevistados desta investigação social se inserem ou se repositionam no mercado de trabalho. Enfoca também como a pesquisa qualitativa se desenvolveu e traz as trajetórias profissionais narradas pelos informantes.

No mercado de trabalho, de forma mais explícita do que em outros espaços do mundo social, as idades são socialmente construídas, e o mercado é “um dos lugares onde se elaboram as regras de legitimação do valor das idades” (LANGEVIN, 1998, p. 139). Os

¹ O enfoque elaborado sobre esses fatores se inspirou na pesquisa qualitativa desenvolvida por Peixoto (2004) no Rio de Janeiro, cujos resultados estão sintetizados no artigo “Aposentadoria: retorno ao mercado de trabalho e solidariedade familiar”. A mencionada pesquisadora, apoiada na aplicação de 68 entrevistas semidiretas com aposentados, por idade ou por tempo de serviço, que trabalham ou procuram trabalho e cuja pensão da aposentadoria corresponde a, no máximo, sete salários mínimos, identifica situações sociais contrastantes de trabalho, tal como a informalidade e a formalidade. Esses contextos decorrem de condições socioeconômicas e culturais (sexo, nível de escolaridade, trajetória profissional, condições de saúde e valor da aposentadoria) que determinam a situação de cada indivíduo de mais idade e do baixo custo social representado pela força de trabalho em questão, pois algumas empresas tiram vantagem dos benefícios dos aposentados (pensão-aposentadoria, transporte gratuito e assistência médica) (PEIXOTO, 2004).

² Publicada em *Índice de Indicadores Sociais*. Verifiquei as publicações 2004-2008.

³ Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/ped>. Acesso em: 17/07/08. Constatei informações no período 2006-2007.

⁴ WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p.453-479.

conceitos de juventude, maturidade e velhice consistem em fases do ciclo da vida nas quais se expressam conflitos geracionais e interesses do capital. Tais conflitos e interesses designam, de forma conveniente, a “imaturidade” ou a “contemporaneidade” dos mais novos, mesmo que não sejam tão jovens assim, e o “envelhecimento” ou a “experiência virtuosa” dos mais velhos, não importando se as idades desses trabalhadores enquadram-se na categoria velhice, definida segundo parâmetros biomédicos (BORGES, 2003b).

2.1 TRABALHO E APOSENTADORIA: BRASIL E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS)

Ao considerar que a composição de grupos etários em uma população exerce impactos no funcionamento e na dinâmica do mercado de trabalho, importa atentar para a tendência de desaceleração do crescimento da população brasileira, ao tempo em que ocorre o aumento da expectativa de vida⁵. Nesse processo, o crescimento da oferta de trabalhadores idosos no Brasil é verificado por Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), que analisam a participação dos trabalhadores acima de 60 anos no mercado de trabalho, durante os anos compreendidos entre 1977-2002, e realizam projeção demográfica para duas décadas. Estimam que, na População Economicamente Ativa (PEA)⁶, a participação de homens idosos corresponderá, aproximadamente, a 10% (quase o dobro dos 5,9% atuais) e a de mulheres idosas ficará em torno de 6% (atualmente, são 3,4%).

⁵ A composição da pirâmide etária no Brasil, até meados dos anos 1980, autorizava classificá-lo como um país de jovens, apesar do leve declínio verificado nos índices de fecundidade desde os anos 1960. A partir dos anos 1990, o crescimento relativamente mais elevado da população idosa dá-se pelo continuado decréscimo da fecundidade e pela redução da mortalidade. Segundo o IBGE (2000), o Brasil tem, atualmente, 9,1% de sua população com mais de 60 anos. É esperado o aumento desse contingente populacional, que deverá constituir 13% da população brasileira em 2020 (CAMARANO, 2001).

⁶ Taxa que mede a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado de trabalho, isto é, a proporção de pessoas com dez anos de idade ou mais na situação de ocupadas ou desempregadas (SEI, 2008a, 2008b).

Destacam ainda que o rendimento do trabalho do idoso é crucial na composição tanto de sua renda pessoal quanto da familiar. Dessa maneira, indicam a dificuldade de esperar-se por mecanismos compensatórios que permitam a queda de sua participação no mercado de trabalho. Aliando a tendência de crescimento da oferta de trabalhadores idosos às precárias perspectivas de ampliação da cobertura do sistema previdenciário, Wajzman, Oliveira e Oliveira (2004) assinalam a importância de se planejar cuidadosamente políticas específicas para esse segmento de potenciais trabalhadores.

De acordo com pesquisa, realizada pelo Ministério do Trabalho, referente ao número de empregos formais segundo faixa etária, nos anos 2005 e 2006, no Brasil, o maior aumento em termos relativos ocorreu na faixa etária de 50 a 64 anos (9,77%), seguido daquela de 25 a 29 anos (7,63%). O crescimento do emprego formal daqueles que se situam entre 18 a 24 anos foi de 3,08% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2007).

Conforme a *Síntese de Indicadores Sociais* (2007) do IBGE, a manutenção do idoso⁷ em atividades laborativas⁸ é uma das formas de integrá-lo na sociedade. A PNAD indica que, em 2006, no Brasil, havia cerca de 5,9 milhões de ocupados com 60 anos ou mais, correspondendo a 30,9% (com 65 anos ou mais, 23,9%). Essa pesquisa salienta ainda que o segmento de 70 anos ou mais apresentava um percentual significativo de ocupados, 18,4%. Os trabalhadores de 70 anos ou mais chegavam a 25,1% e 21,9% no Sul e no Nordeste, respectivamente. Ressalta também que, dos idosos com 70 anos ou mais de idade, 35% eram do sexo masculino, residiam no Sul e estavam ativos no mercado de trabalho, mesmo recebendo rendimentos de aposentadoria. A mencionada publicação registra ainda que: “É

⁷ A classificação etária utilizada pelo IBGE, nessa publicação, fornece indicadores que englobam pessoas de 60 anos ou mais e de 65 anos ou mais de idade. Tal recurso visa atender à necessidade dos usuários, que, assim, podem trabalhar com ambas as informações (IBGE, 2007).

⁸ Não obstante o termo laborar seja usado como sinônimo do verbo trabalhar na *Síntese de Indicadores Sociais* do IBGE (2007), importa destacar que, na obra *A Condição Humana*, Arendt (2001) estabelece a distinção entre labor e trabalho. Para a filósofa, labor diz respeito às funções do processo vital ou biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. Já a definição de trabalho remete ao artificialismo da existência humana, existência essa não necessariamente contida no ciclo vital da espécie.

importante assinalar que a massa trabalhadora de idosos, que se encontrava já aposentada, é bastante significativa, representando cerca de 62,1% dos 5,9 milhões de idosos ocupados” (IBGE, 2007, p. 157).

Na região Nordeste, a *Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2007)* mostra que, em 2006, a proporção das pessoas de 60 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas, correspondia a 24,5%, das quais 35,1% eram homens e 15,9%, mulheres. Entre os 23,1% de aposentados e ocupados, com 65 anos ou mais, 35,3% eram homens e 13,2 %, mulheres. Do total de 18,9% de aposentados e ocupados, com 70 anos ou mais, 29,6% eram homens e 10,5%, mulheres (IBGE, 2007).

Tabela 1: Proporção de pessoas aposentadas e ocupadas na região Nordeste – 2006, 2007.

ANOS	Grupos de idade	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
2006	60 anos ou mais	24,5	35,1	15,9
	65 anos ou mais	23,1	35,3	13,2
	70 anos ou mais	18,9	29,6	10,5
2007	60 anos ou mais	24,0	34,3	15,7
	65 anos ou mais	22,6	33,7	13,8
	70 anos ou mais	19,3	30,1	11,0

Fonte: IBGE, PNADs 2006 e 2007. Elaboração Própria.

Segundo a *Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2008)*, os idosos brasileiros com 65 anos ou mais de idade que continuavam trabalhando em 2007 eram 22,5%, sendo que desses 74,7% eram aposentados. Como a Tabela 1 apresenta, em 2007, a região Nordeste apresenta 24,0% de pessoas com 60 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas, das quais 34,3% eram homens e 15,7%, mulheres. O grupo de pessoas com 65 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas, perfazia o total de 22,6%, entre as quais 33,7% eram homens e 13,8%, mulheres. Quanto às pessoas com 70 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas, eram 19,3%, 30,1% homens e 11,0% mulheres (IBGE, 2008).

No que diz respeito à caracterização socioeconômica de Salvador e sua Região Metropolitana⁹, durante três décadas (1950-1980), expansão capitalista, industrialização e urbanização aí ocorreram:

Ao final dos anos 1980, a metrópole baiana já se constituía, portanto, em uma sociedade de assalariados, frágil e incompleta, marcada pela precariedade, pela heterogeneidade e pela informalidade, características que nela sempre estiveram presentes (BORGES, 2003b, p.84).

Esses aspectos, que também são peculiares ao mercado de trabalho da RMS, estão aliados ao peso que nele representam o emprego público e o papel desempenhado pelo Estado na sua configuração. O emprego público consistiu em uma política compensatória largamente utilizada pelas elites políticas:

Na Bahia, como em todo o Nordeste, essa tendência, normalmente mais acentuada do que no restante do país, intensificou-se durante a crise dos anos 1980, chegando em alguns casos a tornar um pouco menos dramáticos os índices de desemprego vigentes, extremamente negativos. (BORGES, 2003b, p. 86)

Até os anos 1970, as elevadas taxas de crescimento econômico, que implicaram maior demanda de trabalho nesse período de expansão produtiva, ampliaram as oportunidades de acesso aos denominados “empregos formais” (com a proteção e benefícios aos mesmos associados) e as possibilidades de integração e de mobilidade social. Todavia, tal tendência de inserção no mercado se interrompeu, na década de 1980, com o esgotamento de padrões de

⁹ A Região Metropolitana de Salvador é composta pela capital baiana e mais doze municípios: Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Mata de São João e São Sebastião do Passé passaram a compor a RMS em 2008.

financiamento e de desenvolvimento até então implementados (CARVALHO, CODES, 2006).

Nos 1990, houve agravamento da crise econômica, da crise fiscal do Estado e uma intensa aceleração do processo inflacionário, que levaram o Brasil a adotar um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multilaterais. Nesse contexto, “reformas estruturais” ou reformas orientadas para o mercado foram realizadas como “ajuste estrutural”, envolvendo programa de estabilização, abertura econômica intensa e rápida, amplo programa de privatizações, ênfase nos mecanismos do mercado e uma profunda reformulação do papel do Estado “tanto em termos do seu protagonismo econômico e de suas funções reguladoras como de suas responsabilidades como provedor de políticas econômicas e sociais” (CARVALHO, CODES, 2006, p.111). Conseqüentemente, nesses anos, algumas transformações ocorreram na RMS, tais como: terceirização do emprego e da ocupação; desemprego e flexibilização das relações de trabalho (ampliação dos que trabalham fora da relação de assalariamento, mudanças nas possibilidades de carreira e redução / término de benefícios antes agregados aos salários). (BORGES, 2003a).

No bojo do referido processo, Borges (2003a) assinala que o certificado de 2º grau foi exigido, pelos empregadores, como requisito mínimo de escolaridade. Além disso, constata exclusão dos trabalhadores com escolaridade inferior ao 1º grau (de 40,7% em 1989 para 25,2% em 1999) e, ao mesmo tempo, desvalorização dos trabalhadores mais escolarizados “tanto pelas ocupações que assumem, não guardando correspondência com suas qualificações, quanto pela sub-remuneração em ocupações que as utilizam plenamente” (BORGES, 2003a, p.51). Comenta ainda que, nos 1980, marcados por crise econômica, o mercado de trabalho da RMS conseguiu preservar o estoque de postos de trabalho criados durante o processo de industrialização e de modernização do Estado e da infraestrutura urbana e de serviço (1950-1980). Entretanto, na década de 1990, o desemprego aumentou quando a economia se

recuperou, e os empregos destruídos não voltaram mais¹⁰. A RMS seguiu, então, a tendência inaugurada, no país, nessa década: “(...) o fenômeno do desemprego aberto¹¹ elevado, de longa duração e estrutural, porque resultado de mudanças igualmente estruturais” (BORGES, 2003b, p. 91).

O processo de ajuste e reestruturação produtiva, na década de 1990, no Brasil resultou na constituição de uma economia urbano-industrial, em que o setor industrial restringiu o emprego de mão-de-obra, ao tempo em que os serviços absorveram um maior número de trabalhadores. A característica heterogênea do setor de serviços englobou, desde aqueles mais modernos até o pequeno comércio, a prestação de serviços pessoais e outras atividades precárias e mal remuneradas do chamado mercado informal. A expansão do setor de serviços não conseguiu compensar a destruição de postos que ocorria nos demais setores. Por conseguinte, foi verificada ampliação do excedente da mão-de-obra, associada ao aumento da seletividade patronal e das dificuldades de acesso aos (escassos) postos de trabalho e à diminuição dos rendimentos daqueles que permaneciam ocupados, notadamente nas regiões metropolitanas (CARVALHO , CODES, 2006).

No que se refere às atividades produtivas e ocupacionais no Brasil, nos anos 1990, Pochmann (2008) traça uma historicização relacionada ao emprego no país. Segundo o economista, o primeiro momento do processo de reestruturação produtiva¹², correspondente aos anos 1990-1992, foi marcado pela queda de 3,9% na produção nacional, pelo decréscimo de 8,4% no emprego assalariado formal e pela elevação de 130% na taxa de desemprego. Nos

¹⁰ Nos 1990, Borges (2003b) verifica um elevado percentual de vínculos com mais de 10 anos na Administração Pública, expressando baixo grau de renovação de quadros nessa atividade devido à efetivação de demissões tanto por planos de demissão voluntária quanto por aposentadorias precoces e ausência de abertura de concursos públicos. Segundo essa socióloga, tal processo encontrou justificativa política na desmoralização / desvalorização do emprego público (e dos seus ocupantes), significando uma estratégia de desmonte do Estado brasileiro e de imposição da agenda neoliberal.

¹¹ De acordo com os critérios classificatórios utilizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da SEI em 2006 e 2007, o desemprego aberto abrange “pessoas que procuram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exercem nenhum trabalho nos últimos sete dias”. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicações/ped>. Acesso em: 17 jul. 2008.

¹² Caracterizou-se pela redução da produção interna e pelo aparecimento de mais produtos importados, resultante da abertura comercial que recompôs a oferta interna de bens e serviços (POCHMANN, 2008).

anos compreendidos entre 1993-1997, correspondentes ao segundo momento do processo de reestruturação produtiva¹³, houve recuperação da produção doméstica, estimada em 23,4%, enquanto o emprego assalariado formal apresentou redução de 1,4% e a taxa de desemprego cresceu 18,5%. No terceiro momento, concernente aos anos 1998-1999, ocorreu desaceleração generalizada do conjunto das atividades econômicas, com queda da produção interna em 1,6%, e do emprego formal em 3,1%, trazendo elevação do desemprego em 45%. Entre 2000-2008, o processo de reestruturação produtiva combinou ampliação do saldo comercial com a elevação do nível geral de emprego¹⁴. Salienta, todavia, que, embora a recuperação dos empregos formais tenha se percebido desde 1999, o desemprego aberto no país permaneceu muito elevado.

Conforme a PNAD, em 2003, entre os ocupados, os trabalhadores que não contribuíram para a previdência, estando excluídos, portanto, da proteção e da seguridade social, representavam 61,0% em Belém, 56,1% em Fortaleza, 50,9% em Recife e 47,5% em Salvador. Em 2003-2004, na RMS, 45,2% da força de trabalho estavam na informalidade e, em Salvador, 41,9% estavam assalariadas, sem carteira, ou autônoma e sem previdência social (CARVALHO, CODES, 2006).

Em Salvador, a taxa de trabalhadores na informalidade passou de 37,7%, em 1987-1988, para 44,9% em 2003-2004. Em sua Região Metropolitana, passou de 41,9% para 45,2% nos respectivos períodos (ALMEIDA, DAMASCENO, 2005).

Em 2004, dos aposentadas e pensionistas estavam ocupados na RMS, na faixa etária de 60-64 anos, 17,1% homens e 9,0% mulheres; na faixa de 65-69 anos, 20,6% de homens e

¹³ De acordo com Pochmann (2008), nesse segundo período, ocorreu expansão da economia, promovida pela ampliação das importações e do investimento externo. O endividamento interno e externo resultou no aumento do consumo do país, desacompanhado de maior produção e, conseqüentemente, do surgimento de ocupação em volume suficiente para diminuir a taxa de desemprego.

¹⁴ Esse momento foi acompanhado pelo aumento quantitativo das ocupações, especialmente das assalariadas formais, após quase uma década de decréscimo na geração desse tipo de emprego (POCHMANN, 2008).

7,9% de mulheres; e na faixa de 70 anos ou mais, 12,3% de homens e 3,7% de mulheres (IBGE, 2005).

Tabela 2: Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, aposentadas e ocupadas, por sexo e grupos de idade, na RMS – 2004, 2005

Sexo	Grupos de idade	Ano	
		2004	2005
Homens (%)	60-64 anos	17,1	15,9
	65-69 anos	20,6	24,1
	70 anos ou mais	12,3	13,7
	TOTAL	16,1	17,4
Mulheres (%)	60-64 anos	9	7,3
	65-69 anos	7,9	7,6
	70 anos ou mais	3,7	2
	TOTAL	6,4	5,1

Fonte: IBGE, PNADs de 2004 e 2005. Elaboração própria.

De acordo com a PNAD, na RMS, em 2005, dos aposentados, encontravam-se ocupados, na faixa etária de entre 60-64 anos, 15,9% de homens e 7,3% de mulheres; na faixa de 65-69 anos 24,1% de homens e 7,6% de mulheres e na faixa de 70 anos ou mais, 13,7% de homens e 2,0% de mulheres (IBGE, 2006).

A Tabela 3, que se segue, permite visualizar a proporção das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade ocupadas no total de ocupados na RMS em 2006, correspondendo a 2,4% e 1,0%, e demais Regiões Metropolitanas do país, com as respectivas porcentagens: 1,7% e 0,8% em Belém; 2,5% e 1,1% em Fortaleza; 3,1% e 1,6% em Recife; 3,0% e 1,5% em Belo Horizonte; 4,9% e 2,3% no Rio de Janeiro; 2,9% e 1,3% em São Paulo; 2,7% e 1,4% em Curitiba e 3,5% e 1,6% em Porto Alegre (IBGE, 2007).

Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção das pessoas de 60 e 65 anos ou mais de idade ocupadas no total de ocupados, segundo as Regiões Metropolitanas - 2006

Regiões Metropolitanas	Grupos de idade (%)		
	TOTAL (1000 pessoas)	60 anos ou mais	65 anos ou mais
Salvador	1550	2,4	1,0
Belém	882	1,7	0,8
Fortaleza	1496	2,5	1,1
Recife	1441	3,1	1,6
Belo Horizonte	2494	3,0	1,5
Rio de Janeiro	5118	4,9	2,3
São Paulo	9379	2,9	1,3
Curitiba	1629	2,7	1,4
Porto Alegre	2010	3,5	1,6

Fonte: IBGE, PNAD 2006.

No período 2005-2006, a PED-RMS aponta redução da taxa média anual de desemprego da População Economicamente Ativa (PEA), constatando diminuição de 3,3% (SEI, 2008)¹⁵. Essa mesma pesquisa indica, em 2007, informações referentes à população economicamente ativa, verificando redução da presença de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos (1,2%) na força de trabalho e aumento da taxa de participação dos adultos de 25 a 39 anos (1,0%), dos jovens entre 18 e 24 anos (0,7%), e de pessoas de 40 a 59 anos (0,6%). Também, em 2007, a PED-RMS destaca o aumento da taxa de participação das pessoas com 60 anos e mais (3,0%), que vinha diminuindo desde 2004 (SEI, 2008b). De acordo com as informações captadas pela PED-RMS, que comparam os anos de 2006 e 2007, houve diminuição do contingente de desempregados em 19 mil pessoas. Em 2006, o registro foi de 413 mil desempregados, passando para 394 mil em 2007 (SEI, 2008a).

¹⁵ A PED-RMS, em 2006, registra a criação de 38 mil novos postos de trabalho, absorvendo as 32 mil pessoas que ingressaram na força de trabalho. Não obstante a geração de empregos formais, a taxa de desemprego total da RMS foi estimada em 23,6% da PEA no referido ano. O relatório da PED-RMS, referente a 2006, constata a diminuição da taxa de desemprego oculto (15,7%), paralelamente ao crescimento da taxa de desemprego aberto (5,6%). Ao definir trabalho oculto, a PED o divide em trabalho precário e por desalento. O trabalho precário diz respeito às pessoas que realizam trabalho remunerado de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual; aquelas que desempenham trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes; as que procuram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado nesse período, o fizeram nos 12 meses anteriores. O desemprego por desalento reporta as pessoas que não possuem trabalho e nem procuram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses (SEI, 2008a, 2008b).

2.2 QUADRO GERAL DA PESQUISA

A investigação qualitativa que desenvolvo no espaço soteropolitano tem como objetivo apreender os significados materiais e simbólicos do trabalho de aposentados, funcionários públicos federais ou estaduais, de ambos os sexos.

Durante 2006 e 2007, realizei 34 entrevistas com aposentados, homens e mulheres, de idade entre 52 e 76 anos, que estavam inseridos no esboço da amostra não probabilística. Obtive o acesso aos informantes por sugestão de pessoas do meu convívio familiar, que disponibilizaram nomes e telefones. Além disso, sempre ao término de uma entrevista, solicitava, ao pesquisado, indicação para novas entrevistas.

As entrevistas foram acordadas através de telefonemas, sendo esclarecido, nesse contato, o objetivo geral da investigação e agendado, desse modo, o horário e o local. Grande parte delas ocorreu no ambiente de trabalho dos pesquisados e outras foram realizadas nas residências. As entrevistas realizadas no local de trabalho foram marcadas pela reserva dos informantes devido às interferências de outras pessoas no ambiente. Àquelas ocorridas nas residências foram caracterizadas por menor reserva dos pesquisados, embora interferências acontecessem, tais como chamadas telefônicas ou circulação de outros residentes no domicílio.

Durante a realização das entrevistas, ao explicitar o tema de pesquisa aos informantes (o trabalho de aposentados), alguns deles demonstravam curiosidade e também perguntavam sobre minha atividade ocupacional. De maneira enfática, uma das pesquisadas indagou: “Você trabalha no IBGE?” Disse-lhe que, no momento, dedicava-me à pesquisa do Doutorado que cursava. Duas outras informantes, professoras universitárias, ao saberem sobre a finalidade da investigação social, me alertaram que estivesse atenta aos prazos formais do curso e que não postergasse a escrita da tese.

Dos informantes, apenas duas trabalharam no setor privado e são aposentadas pelo INSS¹⁶. Os demais são aposentados de instituições públicas, estaduais e federais. Somente duas outras pesquisadas, professoras universitárias, trabalham em município situado aproximadamente a 110 Km de Salvador, embora residam em Salvador¹⁷. Do total de pesquisados, 17 mulheres e 17 homens, alguns se dedicam a atividades ocupacionais relacionadas à profissão desenvolvida antes da aposentadoria (professores do ensino médio; professores universitários e profissionais liberais) e outros, a atividades ocupacionais diferentes daquelas tidas anteriormente à aposentadoria.

Embora os funcionários públicos aposentados estivessem inseridos em instituições que lhes propiciaram estabilidade no trabalho, não são tratados, nessa investigação, como um grupo homogêneo, haja vista que as suas trajetórias profissionais são marcadas pelas clivagens da vida social, profissões que oferecem oportunidades escassas ou mais variadas de emprego, bem como às questões relativas ao sexo / gênero, raça/ etnia, classe social e idade / geração (BRITTO DA MOTTA, 2007).

Esta pesquisa elege, como informantes-chaves, funcionários públicos aposentados, por terem tido uma trajetória regular de trabalho, o que nem sempre coincide com a(s) experiência(s) pós-aposentadoria, constatação demonstrada em “As trajetórias profissionais dos informantes”. A percepção de carreira de trabalho no funcionalismo público, denotando segurança, é salientada por uma pesquisada:

Então, eu sempre pensei em entrar no serviço público porque eu queria ter um trabalho, que eu não ficasse preocupada em ficar desempregada no dia

¹⁶ Esse fato não foi intencional. A entrevista com uma dessas pesquisadas ocorreu, pois foi o meio encontrado para entrevistar seu marido. Quanto à outra informante, a entrevista foi agendada e aconteceu por precipitação, uma vez que estava preocupada com o ritmo de andamento da pesquisa.

¹⁷ As entrevistas com as informantes foram motivadas pela curiosidade em registrar trajetórias profissionais interessantes, como relataram as pesquisadas (ver no tópico desse capítulo, “As trajetórias profissionais dos informantes”).

seguinte. Nem que de uma hora para outra, eu falhasse. Não ter mais o recurso, entendeu?! (Vitória, 52, técnica aposentada de universidade).

A essa análise, associa-se o entendimento de Sennet (2005) de que:

A estabilidade no emprego permite que os trabalhadores tenham metas de longo prazo para suas vidas e construam uma narrativa coerente de sua experiência profissional, contribuindo para a formação do caráter (BORGES, 2003b, p.179).

Para Sennet (2005), as mudanças no mundo do trabalho, centradas no lema “não há longo prazo”, deixam os trabalhadores à deriva, comprometendo a construção de projetos pessoais coerentes e a formação do caráter pessoal.

Quando comparados com outros aposentados e outros trabalhadores de Salvador, pertencentes a outras gerações, os entrevistados apresentam rendimentos que atestam lugar privilegiado na escala de estratificação socioeconômica (82,3% percebem mais de sete salários mínimos). Ao certo, tal perfil socioeconômico expressa a segmentação do mercado de trabalho, isto é, um espaço da vida social, assim como outros, marcado por intensas diferenças sociais e, muitas vezes, desigualdades (Quadro Resumo I).

No universo pesquisado, os que se situam na faixa etária de 63-67, 47% dos entrevistados, encontram maior facilidade de engajamento no mercado de trabalho. Os pesquisados com nível superior completo são 52,9% e 44,1% têm também Pós-Graduação (Quadro Resumo I).

Nesta investigação social, quatro pesquisados possuem negócio próprio, dos quais três já se dedicavam à gerência desses empreendimentos antes da aposentadoria (Quadro Resumo 2). Dos pesquisados, a maioria, 24, se encontra na faixa etária de 60 a 69 anos; 5 estão abaixo e 5 acima dessa faixa (Quadro Resumo 1).

Do total de entrevistados, 70,6% solicitaram aposentadoria nos anos 1990; 17,6% a partir de 2000 e nos anos 1980, 11,8%. No grupo etário de 63 a 68 anos, duas informantes, que possuem duas aposentadas (Estado e Governo Federal), aposentaram-se primeiro do Estado nos anos 1980 e, posteriormente, nos anos 1990. Na faixa etária de 68 a 73 anos, um informante, que também detém duas aposentadorias, aposentou-se do Exército em 1985 e nos anos 2000 da docência em Universidade.

O retorno ao trabalho e sua continuidade pelos aposentados perpassam pela instabilidade das relações de trabalho, predominantes no capitalismo contemporâneo. Todavia, nesta pesquisa, verifico que alguns informantes se encontram inseridos em empregos estáveis. É importante também destacar que a fronteira tênue entre trabalho formal e informal, na organização do trabalho no Brasil urbano, faz-se presente no universo estudado. As informantes Cecília (68, professora universitária), Márcia (63, professora universitária) e Sílvia (62, professora do ensino médio), pertencentes ao quadro efetivo de instituições federal e estadual, relataram resumidamente suas trajetórias profissionais, contando como ocorreu a forma de retorno ao trabalho. Foram convidadas para lecionar como professoras visitantes em instituições das quais não faziam parte antes da aposentadoria e, ao final de dois anos de vigência do contrato temporário, foram convidadas para prestar concurso.

Casos variados foram constatados: aqueles que apresentam relações formais de trabalho, isto é, possuem carteira de trabalho assinada e são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), consistindo em 20,6%; os estatutários (professores pertencentes ao quadro de efetivos de instituições federais e estaduais¹⁸), perfazendo 17,6%; os que têm relações informais de trabalho e vivem condições instáveis de trabalho, dos quais 14,7% são empregados sem carteira assinada, 32,4% são trabalhadores por conta própria, 2,9% não têm remuneração e alguns poucos possuem e administram negócio próprio, representando 11,8%.

¹⁸ Borges (2003b) ressalta que as tabulações básicas da PNAD dos 1980 subestimavam a proporção de empregos protegidos, computando, entre os “sem carteira assinada”, os funcionários públicos regidos por estatuto próprio. Somente a partir de 1992, esses funcionários passaram a compor uma categoria à parte.

A maioria dos trabalhadores, informais ou instáveis, identificam-se como consultores (Quadro Resumo 2).

Quadro Resumo 1

Perfil Socioeconômico dos Entrevistados em Salvador por Grupos de Idade (2006-2007)

Dados Socioeconômicos	Grupos de Idade					Total	%
	52 -58	58 -63	63 -68	68 -73	73 -78		
Total	4	4	16	9	1	34	100
Sexo							
Homens	2	2	9	4	—	17	50
Mulheres	2	2	7	5	1	17	50
Cor (informada pelo s entrevistados)							
Branco	2	3	2	5	—	12	35,2
Negro	—	—	2	—	—	2	5,8
Mestiço	—	—	—	2	—	2	5,8
Moreno	1	—	2	—	1	4	11,8
Mulato	—	—	1	—	—	1	2,9
Pardo	—	1	2	1	—	4	11,8
Não sabe	1	—	7	1	—	9	26,4
Estado Civil							
Casado ou união estável	4	4	12	7	—	27	79,4
Viúvo	—	—	—	—	—	—	—
Solteiro	—	—	1	2	1	4	11,8
Divorciado	—	—	3	—	—	3	8,8
Situação de Moradia							
Só	—	—	1	1	1	3	8,8
Cônjuge	4	4	10	7	—	25	73,5
Parente	—	—	5	1	—	6	17,6
Escolaridade							
2º Grau Completo	—	—	—	—	1	1	2,9
3º Grau Completo	3	3	9	3	—	18	52,9
Pós-Graduação	1	1	7	6	—	15	44,1
Renda Mensal (S.M)[*]							
1a 5	—	—	2	—	1	3	8,8
5 a7	1	—	1	1	—	3	8,8
Mais de 7	—	—	3	3	—	6	17,6
Mais de 10	3	4	10	5	—	22	64,7
Ano da Aposentadoria							
Anos 80	—	1	—	2	1	4	11,8
Anos 90	3	3	14	4	—	24	70,6
A partir de 2000	1	—	2	3	—	6	17,6

Fonte: Elaboração Própria

* Considerou-se que a renda recebida em termos de S.M (Salário Mínimo) em 2006 foi mantida em 2007.

Quadro Resumo 2

Categorias Profissionais dos Entrevistados em Salvador por Grupos de Idade (2006-2007)

Dados Socioeconômicos	Grupos de Idade					Total	%
	52 -58	58 -63	63 -68	68 -73	73 -78		
Total	4	4	16	9	1	34	100
Profissões							
Artista Plástico	–	–	1	–	–	1	2,9
Comerciante	–	1	1	2	–	4	11,8
Consultor (Administrador)	2	–	1	–	–	3	8,8
Consultor (Analista de Sistemas)	1	–	–	–	–	1	2,9
Consultor (Contador)	1	–	1	–	–	2	5,9
Consultor (Educativo)	–	–	4	–	–	4	11,8
Consultor (Engenheiro Elétrico)	–	–	1	–	–	1	2,9
Consultor (Engenheiro Químico)	–	1	–	–	–	1	2,9
Consultor (Jornalista)	–	–	1	–	–	1	2,9
Coordenador Pedagógico	1	–	–	–	1	2	5,9
Dentista	–	–	–	1	–	1	2,9
Relações Públicas (Ouvidor)	–	–	–	1	–	1	2,9
Professor (Primário)	–	–	–	–	1	1	2,9
Professor (Ensino Médio)	–	1	3	–	–	4	11,8
Professor (Universitário)	–	1	3	4	–	8	23,5
Secretário	–	–	–	1	–	1	2,9
Formas de Inserção Profissional							
Empregados com carteira assinada	2	–	2	2	1	7	20,6
Estatutários	–	2	2	2	–	6	17,6
Empregados sem carteira assinada	1	–	4	–	–	5	14,7
Trabalhadores por conta própria	1	1	7	2	–	11	32,4
Empregadores	–	1	1	2	–	4	11,8
Trabalhadores sem remuneração	–	–	–	1	–	1	2,9

Fonte:Elaboração Própria

2.3 APOSENTADOS: SUAS MOTIVAÇÕES PARA O TRABALHO

2.3.1 MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

Os pesquisados, em geral, assinalam a recompensa financeira como fator preponderante para a continuidade no trabalho e alguns informam que a satisfação com a atividade ocupacional consiste em fator relevante e complementar à necessidade econômica:

Mas do que eu vejo do aposentado, hoje, é que todo ele precisa – todo o pessoal que eu conheço, hoje, aposentado – retornar ao mercado de trabalho. Não tem jeito. E esse negócio de dizer que volta porque quer trabalhar para não ficar em casa, eu acho que é conversa. Volta porque precisa de grana mesmo. (Vitória)

Entendem, ainda, que o retorno ao trabalho após a aposentadoria expressa as dificuldades financeiras sofridas pelos aposentados, uma vez que não têm aumento salarial, embora cresça a pressão dos custos para manutenção do orçamento familiar.

Eu vou te dizer que eu gosto muito de trabalhar, Carol! Por isso que as coisas para mim não são sofridas. Mas o retorno financeiro está sendo uma ajuda muito grande. É óbvio. Não tem o que discutir. Porque o que você se aposenta no Estado é irrisório. E olhe que eu levei vantagem de suplementar e tudo isso. (Sílvia)

Em outra passagem da entrevista, a mesma informante considera a política governamental destinada aos aposentados como de perda, mencionando que a continuidade dessa política pode levar as pessoas que se aposentaram há quatro ou cinco anos a ganharem um salário mínimo. Declara: “As perdas são muito grandes: ganham muito mal”.

No que diz respeito à satisfação no trabalho, Eduardo registra que seu trabalho é quase seu lazer, pois gosta muito do que faz. Maria destaca que, na atividade laborativa, realizar sem exageros o que traz prazer é um elemento favorável para a manutenção da boa saúde.

Quanto às vantagens de continuar trabalhando após a aposentadoria, alguns pesquisados destacam a possibilidade de manter o padrão de vida, bem como uma tentativa de resistir ao processo de envelhecimento:

Bom, primeiro, a renda adicional: a vantagem concreta. Segundo, para quem exerce um trabalho intelectual, manter a intelectualidade, manter o cérebro funcionando ativamente, eu acho muito importante para o processo de envelhecimento. Porque o homem, quando se aposenta, perde um pouco a sua capacidade de resistir as peripécias da velhice ou do processo do envelhecimento. Então, manter a cabeça ativada é sempre bom. Eu acho que eu vou até o fim nessa parte, não é? Evidentemente, pode chegar uma parte em que o físico não aguenta mais. (Celso)

Ana, Maria e Jorge, por sua vez, destacam, em suas entrevistas que utilidade social e remuneração adicional à aposentadoria são fatores fundamentais para o retorno ao trabalho.

Primeiro, se colocar em dia com tudo aquilo que a gente aprendeu e aprende ao longo da vida. Porque a aprendizagem é constante, é contínua. Segundo, de complementar a renda. Terceiro, exercita a mente da gente que vai envelhecendo e quando para esquece, não é? E se sentir útil à sociedade, fazendo alguma coisa, sobretudo (risos). (Ana)

Wilson, Luís, Lázaro e Jessé expressam suas percepções quanto às variadas condições de aposentados existentes no sistema social brasileiro e demonstram a consciência de aí estarem posicionados de maneira vantajosa. Ao serem indagados sobre a situação do aposentado no Brasil atual, foram unânimes em considerar que as pessoas, em geral, sofrem perda salarial quando se aposentam, o que lhes traz dificuldades, pois a manutenção dos custos de vida (plano de saúde e assistência médica, por exemplo) é dispendiosa, e o Estado não oferece a cobertura devida na área de saúde. Em entrevista, o informante expressa:

Aposentados são pessoas que enfrentam muitas filas. Tudo para o aposentado é muito difícil, não é? Então, eu acho que, hoje, a aposentadoria é um castigo, digamos assim. As pessoas se aposentam porque também não vão trabalhar a vida toda. Há que ter um tempo para a pessoa curtir a vida e descansar. Na verdade, a aposentadoria para muita gente é um transtorno. (Jessé)

2.3.2 PRESERVAÇÃO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR

O retorno e a continuidade de funcionários públicos aposentados de ambos os sexos no mercado de trabalho em Salvador são considerados como elementos do processo socioeconômico que caracteriza o fluxo inverso das transferências entre gerações, isto é, os aposentados, nem sempre idosos¹⁹, estão provendo recursos para seus filhos adultos e netos. A apresentação de argumentos e a análise dos dados, por sua vez, são norteadas pelo entendimento de Goldani (2004), para quem as transferências de recursos dos idosos para os mais jovens devem ser entendidas como indicador, na sociedade brasileira, de múltiplas carências e desigualdades e como uma advertência sobre as crescentes dificuldades das gerações mais jovens para se reproduzirem socialmente. Assinala ainda que o suposto emergente “conflito entre gerações” não deve ser tratado como referente a um privilégio dos idosos, o que poderia acarretar cortes em benefícios.

Grande parte dos informantes associa diretamente os salários, antes e após a aposentadoria, à responsabilidade familiar. Eduardo recorda que continuou a trabalhar depois da aposentadoria por uma questão de necessidade econômica devido ao fato de seu filho caçula ter sido aprovado no Concurso Vestibular para o curso de Medicina na Baiana: um

¹⁹ Ao considerar a definição de idoso imprecisa, Coutrim (2006) menciona que a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) estabelece o limite mínimo de 65 anos para a classificação do indivíduo como idoso, e os modelos classificatórios das Nações Unidas para países em desenvolvimento, do Estatuto do Idoso e da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) adotam a idade mínima de 60 anos. Os termos classificatórios concernentes ao envelhecimento, utilizados no Brasil, são analisados por Peixoto (2000), para quem o termo “idoso” recobre realidades socioeconômicas diversas, guardando ambigüidades caracterizadoras tanto da população envelhecida, em geral, como dos indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas. Ele passa a veicular um outro significado na medida em que transforma os indivíduos velhos em sujeitos respeitados.

curso caríssimo, em seu dizer. Na ocasião da entrevista, quando o filho concluíra o curso, o pesquisado mencionou que as despesas com ele ficaram bem menores, pois ele cursava residência médica.

Quando indagada como sentia a aposentadoria, Vitória diz tê-la considerado, de início, como uma libertação, pensando em voltar a trabalhar fora de sua área profissional. Posteriormente, porém, sentiu necessidade de continuar a trabalhar na mesma área, para complementar a renda, pois seus filhos saíram da adolescência e foram ficando jovens adultos.

Ao lembrar da abordagem historicista alemã de que o problema das gerações consiste em um problema da existência de um tempo interior que não pode ser medido, mas apenas experimentado em termos puramente qualitativos, Mannheim [s.d] se inspira em Dilthey, para quem a contemporaneidade dos indivíduos que constituem uma geração, marcada, por sua vez, pelas influências comuns que recebem, é preponderante em relação ao mero dado cronológico. Nesse sentido, a contemporaneidade geracional remete à esfera de um tempo interior que pode ser analisado por compreensão intuitiva. Centrando-se em um tratamento qualitativo, Mannheim [s.d] considera o tempo de intervalo que separa as gerações como subjetivamente experimentável, sendo a contemporaneidade condição subjetiva de sujeição às mesmas forças determinantes. Esses entendimentos talvez possam ser associados à inferência feita pelo informante ao ser indagado sobre as possibilidades de emprego para as novas gerações:

Então, a geração da gente ficou um pouco espremida, nós tivemos que ajudar a geração anterior e estamos tendo um encargo maior com a geração atual. Agora, não é culpa deles – com certeza. Foi uma questão histórica e sociológica. Mas, com certeza, foi uma coisa que foi geral porque a minha geração foi praticamente toda assim – nós começamos a trabalhar cedo e assumimos cedo. Hoje, eles não estão saindo, porque a gente vê pessoas que

terminam de se formar, com todo potencial de trabalho, preparadas, muito mais bem preparadas do que eu estava quando comecei com empregos irrisórios, empregos vergonhosos; salários pequeníssimos que mal dão para eles se manterem. Não têm condições de começar a casar, de constituir uma família nem de comprar um carro – coisas desse tipo. Não têm porque o nível de salário aviltou muito nesses últimos 30 anos no Brasil. Então, eu acho que a geração atual é dez vezes pior, enfrentando o mercado de trabalho, do que a nossa geração enfrentou. (Eduardo)

Quando comenta sobre as possibilidades de emprego para as novas gerações, Maria as qualifica de precárias e desalentadoras, uma vez que o mercado não responde, apesar de muitos jovens estarem com o diploma na mão. Pondera também que essa situação é desalentadora para as famílias dos jovens, pois ficam sem saber o que fazer. A informante acredita que a saída esteja na criatividade através do empreendedorismo²⁰, por não se dever esperar nem pelo emprego público nem pelo privado.

A partir dos 1990, uma das questões que passou a instigar os sociólogos diz respeito à expansão do individualismo na organização familiar que, por vezes, afeta e enfraquece a solidariedade familiar. Todavia, Peixoto (2007, p.17) questiona: “Se assim fosse, como explicar o recurso ao apoio familiar nas situações de desemprego e nas separações e divórcios?” A antropóloga considera, então, que, na sociedade brasileira, a solidariedade familiar é diversificada e fundamental, efetivando-se em função da situação social dos doadores e receptores. De maneira enfática, afirma que, no Brasil, a família é o único apoio que resta, pois o Estado não intervém para minimizar a má distribuição de renda,

²⁰ Em análise dos elementos constitutivos do microempreendimento informal, Pochmann (2008) salienta que as unidades de microempreendimento informal no Brasil compreendem um amplo, complexo e heterogêneo universo de atividades. Tal variação engloba em geral desempregados sem alternativas no mercado de trabalho, envolvendo desde atividades artesanais até a constituição de iniciativas pré-capitalistas com potencial de expansão. Assinala, ainda, que a atuação em torno da economia informal depende do comportamento da economia nacional: “Sem encontrar saída à crise do desenvolvimento brasileiro, os microempreendimentos informais continuarão a encontrar enormes obstáculos, sobretudo porque a atual quadra de financiamento da riqueza penaliza a população de baixa renda e os micros e pequenos empreendimentos” (POCHMANN, 2008, p. 210). O autor, todavia, apresenta quatro eixos de recomendações para formulação de políticas públicas: democratização do mercado; inclusão bancária; universalização do acesso aos serviços técnicos e compromisso com a formalização.

mencionando como exemplos o orçamento público diminuto destinado às políticas sociais, os ínfimos valores de seguro-desemprego e seguro-doença e os raros programas sociais existentes como o Bolsa Família, implantado em 2003, na primeira gestão do Governo Lula. (PEIXOTO, 2004)

Cecília comenta que sempre ajuda um irmão, 14 anos mais jovem que ela, pois ele tem muito problema de emprego. Célia afirma ajudar sistematicamente na manutenção da família de seu sobrinho (mulher e filho), uma vez que ele e a esposa se encontram desempregados.

Ana Luísa e Joilson refletem sobre o desemprego vivenciado por seus filhos, afirmando que não lhes falta empenho nos cursos, pois investem em especialização e em tentativas de submissão a concursos.

Dessa maneira, a percepção de que escolaridade, até mesmo a de terceiro grau, não é fator de empregabilidade²¹ no mercado de trabalho atual pode ser destacada. Embora os pesquisados pertençam a uma geração para a qual o término do nível superior significava formação profissional (a escolaridade universitária era considerada fator de oportunidade de inserção no mercado de trabalho e constituía um importante elemento de ascensão social e de reposicionamento na escala de estratificação social), compreendem que a dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho de hoje, sobretudo quando se referem aos filhos ou sobrinhos, não depende de formação profissional, e sim dos efeitos da falta de crescimento econômico do país e do desemprego tecnológico²².

²¹ Segundo Ramalho e Santana (2004, p.26), o conceito de empregabilidade pode ser definido enquanto “capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar um novo emprego quando demitida, em suma, de se tornar empregável”. Os autores apontam a fragilidade desse conceito, destacando que as tendências de desemprego não são atenuadas, apesar dos investimentos feitos na qualificação profissional. Assinalam ainda que a ideia de educação não se sustenta como uma saída para o desemprego, haja vista o número crescente de pessoas capacitadas, com terceiro grau de escolaridade, que têm deparado com dificuldades para encontrar emprego.

²² Pochmann (2006) aponta razões estruturais do desemprego no Brasil, tais como: a persistência de baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e a evolução de um novo modelo econômico desde 1990, baseado no uso ampliado do receituário definido no Consenso de Washington, cuja principal consequência foi a de ter desencadeado desregulamentações nas esferas do mundo do trabalho. De acordo com o economista, o aumento da escolaridade se mostrou insuficiente para impedir a evolução do desemprego tanto para aqueles situados em famílias de alto rendimento quanto para os mais pobres. Salienta, portanto, que o desemprego estrutural no Brasil se relaciona a dois problemas distintos que convergem entre si: esfera econômica (macro e

Os entrevistados nesta pesquisa, a maioria detentora de formação superior, têm menos dificuldades para a reinserção no mercado de trabalho em comparação a outros aposentados que não a possuem. O diferencial desses pesquisados, em relação aos jovens que apresentam formação superior, consiste na experiência trazida de suas trajetórias profissionais, fornecendo-lhes referência(s) e, com efeito, constituindo um atributo de mão-de-obra atrativa. Em comentário sobre as oportunidades no mercado de trabalho para aposentados, a informante expressa:

Eu penso da seguinte forma: eu penso que o aposentado não mais deveria assumir lugar de empregabilidade dos jovens. E acredito mesmo que muitos aposentados vêm dificultando o emprego para aqueles que não têm nenhuma função ainda, não têm um emprego. Mas acredito também que haja outra opção que são funções que exigem mais experiência, mais preparo e, então, esses aposentados que assumem essas funções, eu acho que é devido. Ou seja, esclarecendo: quando um aposentado ou uma aposentada assume uma função que subtrai a empregabilidade dos jovens, que ainda não tiveram a oportunidade de emprego, eu acho isso negativo. Mas, vejo como positivo quando assume outras funções que não tiram essa oportunidade ou que requerem um nível de experiência acumulada que só o aposentado tem. (Rose)

2.3.3 PREENCHIMENTO DO VAZIO SOCIAL

Os critérios definidores de fronteiras entre atividade e inatividade no Brasil não são mais determinados pela aposentadoria, como verificam os indicadores sociais do IBGE, a

micro) e esfera educacional. Segundo o autor, a prevalência entre ambas as esferas (econômica e educacional) tende a indicar a continuidade do desemprego estrutural no país. Considera ainda que o desemprego estrutural se caracteriza pela longa duração da ociosidade da mão-de-obra vinculada à modalidade de inserção do país na economia mundial, enquanto o desemprego conjuntural pode ser revertido mais facilmente com a elevação do ritmo de crescimento de atividades produtivas (POCHMANN, 2008).

investigação de Peixoto (2004), realizada no Rio de Janeiro, e esta pesquisa, desenvolvida em Salvador-Bahia.

Vários informantes comentaram sobre suas percepções acerca da aposentadoria. Cláudia entende a aposentadoria como um momento de sua vida correspondente ao término de um ciclo em que contribuiu, da maneira que pode, para a formação de gerações e considera que a principal vantagem de continuar trabalhando é a de estar inteirada na coletividade. Já Emília a percebe como uma fase necessária na vida das pessoas, mas que precisa também ser preenchida, sobretudo porque o não aumento de salário aposentadoria e o acréscimo do custo de vida trazem dificuldades, limitando o poder de compra do aposentado.

Em algumas entrevistas, os informantes destacaram que o retorno ao trabalho representa um fator psicológico favorável. Jessé compreende que a principal vantagem de retornar ao trabalho é ocupar a cabeça. Lembra que, assim, ele e várias pessoas se aposentaram cedo, tendo experiência para passar e uma vida por viver, afirmando:

E eu não comungo essa ideia de que o aposentado deve ir para a Praça da Piedade, sentar ali e vê a vida passar²³. Eu acho que até como prevenção de algumas doenças, não é, como Mal de Alzheimer, a cabeça deve ficar sempre funcionando. Como atividade, ela é sempre importante. Não muitas vezes pelo dinheiro, mas a simples ocupação de manter a mente e o corpo ocupado. E a gente continuar sempre com uma tarefa diária, um compromisso com o trabalho para mim é importante.

A vantagem psicológica decorrente do retorno ao trabalho na aposentadoria também é mencionada nas falas de Wilson, que não admite ficar em casa, pois sempre trabalhou desde os 12 anos. Lázaro, por sua vez, não considera recomendável, para a saúde e o estado

²³ A Praça da Piedade, mencionada pelo informante, situa-se no centro antigo de Salvador. Representa um ponto de encontro de grupos de idosos e de variados tipos humanos: grupos de jovens budistas, desempregados, estudantes, evangélicos, vendedores ambulantes e mendigos. Na pesquisa que desenvolvi no Mestrado, observei um desses grupos de idosos, tendo entrevistado alguns de seus participantes.

psicológico do idoso, que haja uma parada em decorrência de não ter uma atividade, afirmando: “Então, você está sempre com a mente ocupada. Essa é uma das maiores vantagens que tem.”

Nessa investigação social, os significados socioculturais do trabalho de aposentados, em Salvador, são entendidos como expressão de uma entre as variadas identidades sociais²⁴ que podem ser elaboradas no curso da vida, na contemporaneidade, caracterizada pelo advento de uma série de etapas intermediárias entre a idade adulta e a velhice: a meia-idade, a “terceira idade” e a “aposentadoria ativa” (DEBERT, 1997).

Quanto às diferentes formas de vivenciar a aposentadoria, especificamente aquelas que incluem lazer (viagens, dança, grupos de terceira idade etc.), algumas informantes percebem-nas como fator positivo, pois entendem que toda maneira prazerosa de preencher o tempo da aposentadoria é válida. Expressam essa opinião Ana Luísa, Cláudia, Sílvia, Vitória, Leila e Letícia.

Celso e Felipe criticam a associação direta que se faz entre as ideias de aposentadoria e inatividade, pois afirmam, em suas entrevistas, que, após a aposentadoria, procuraram estar sempre ativos no trabalho. Celso declarou que procurou ter mais de um emprego para subsidiar financeiramente a educação universitária das filhas.

²⁴ No entender de Cardoso de Oliveira (1976), as identidades sociais, enquanto elaborações culturais, não têm uma contrapartida em unidades sociais reais, havendo formas de classificação que organizam as inter-relações de indivíduos e grupos. Portanto, elas supõem a noção de grupo social, uma vez que se afirmam por oposição e não isoladamente. Identidades sociais, contudo, não são monolíticas nem tampouco estáticas. A identidade de gênero, de geração, de classe social, a étnica e a ocupacional são algumas das modalidades que um determinado grupo pode desenvolver e adotar em determinadas situações, sendo, todavia, cada qual, apenas uma entre um grande número de possibilidades que se encontram disponíveis (BARBOSA, 1992). Nesse sentido, a velhice não é uma identidade permanente e constante, visto que nunca é um fato social total – ninguém se sente velho em todas as situações (DEBERT, 1999).

QUADRO RESUMO 3

Aposentados: suas motivações para o trabalho

Informantes	Manutenção das condições de vida	Preservação da solidariedade familiar	Preenchimento do vazio social
Ana	X	X	X
Ana Luísa	-	X	X
Antônio	-	-	X
Cássio	-	X	X
Cecília	-	X	-
Célia	-	X	X
Celso	X	X	-
Cláudia	-	-	X
Dalva	-	-	X
Diana	-	X	X
Eduardo	-	X	-
Elias	X	X	-
Emília	X	-	-
Fábio	X	X	-
Fabrcio	X	-	X
Felipe	-	X	-
Gisela	X	-	X
Hélio	X	X	X
Jessé	-	-	X
Joilson	X	-	X
Jorge	X	-	X
José	X	X	-
Júlio	X	-	X
Lázaro	X	-	X
Leila	X	X	-
Letícia	-	-	X
Luís	-	-	X
Márcia	X	X	-
Maria	X	X	-
Mariana	-	-	X
Rose	X	X	-
Sílvia	X	-	-
Vitória	X	X	-
Wilson	-	-	X

Fonte: Elaboração própria.

2.4 AS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS INFORMANTES

Nesta seção do capítulo, o objetivo é apresentar a narrativa de cada um dos pesquisados, indicando suas atividades ocupacionais desenvolvidas antes e após a aposentadoria. Os nomes dos informantes são fictícios:

Ana (66 anos, negra) é desquitada. Reside em casa própria, no bairro do Garcia, com a mãe, os dois irmãos e a família deles (cunhadas, filhas e netas). Sua mãe tem 100 anos. Tem uma filha de 33 anos e uma neta de 16, que não moram com ela. Educada sob os princípios do catolicismo, não deixa de acreditar e cultivar a religião afro devido à ascendência e à questão cultural. Todavia, não é iniciada no candomblé. Começou a docência da língua portuguesa antes de se formar em Letras, lecionando em escolas da rede particular. Prestou concurso para o Estado em 1970. Aprovada, ensinou no Colégio da Vila Militar e, posteriormente, no Colégio Edgard Santos até quando se aposentou, em 1995, com 25 anos de serviços prestados. Desfrutou licença prêmio durante 1994, pois ainda a não havia gozado. Nessa ocasião, ensinou no Serviço de Educação Nacional do Comércio (SENAC) durante um ano. Depois da aposentadoria, continuou a trabalhar nessa Instituição até 1998. Prestou serviço para o Serviço de Educação Nacional da Indústria (SENAI) entre 1999-2001. Desde então, ministra cursos para alunos de escolas particulares, em sua residência ou em casa deles. Realiza algumas revisões de linguagem em seu domicílio. O trabalho pós-aposentadoria é devido à necessidade de atualizar tudo o que aprendeu e aprende ao longo da vida, de complementar a renda, de exercitar a mente e de se sentir útil à sociedade. Sua família não faz restrição ao seu trabalho, pois alguns dos familiares, irmãos e cunhadas, estão aposentados e trabalham. Tem disposição mental melhor que física, pois sofre de artrose, problema que enfrenta quando se desloca até a casa dos alunos. O lazer não lhe é oneroso, como filmes de arte às quartas-feiras no Cine Bahia e amostra gratuita de filme na Biblioteca Central do Estado da Bahia. Ajuda

financeiramente, da maneira que pode, sua filha e sua neta, que moram com seu ex-marido. Compreende que as oportunidades de emprego para as novas gerações são cada vez mais difíceis em decorrência da competitividade, do avanço da tecnologia e das desigualdades sociais que contribuem, no país, para o despreparo das camadas sociais menos privilegiadas. Percebe, como aspecto positivo, a realização dos concursos públicos. É defensora dos órgãos públicos. Opõe-se à terceirização e ao processo de privatização das instituições estatais, inclusive a da Previdência. Foi secretária da Associação de Moradores e Amigos do Garcia (AMAG), mas, hoje, é dissidente desse movimento. Local e data da entrevista: sua residência, em 31/07/07.

Ana Luísa (63 anos, mulata) é divorciada. Há dois anos, reside com o filho desempregado, em apartamento próprio, no bairro da Pituba. O outro filho é casado e não mora mais com ela. Tem um neto. É espírita. Sua trajetória profissional iniciou-se após ter concluído o curso médio em Vila de Manoel Vitorino, interior da Bahia, onde nasceu e morou durante alguns anos. Ensinou em curso primário na referida cidade. Percebeu sua falta de paciência para o ensino. Prestou vestibular na Universidade Federal da Bahia (UFBA) para o curso de Economia, obtendo classificação. Depois de ter cursado um ano, transferiu-se para o curso de Ciências Contábeis, noturno, devido à necessidade de trabalhar durante o dia. Depois de formada, fez concurso para o Tribunal de Contas onde trabalhou durante quatro anos. Submeteu-se a outro concurso para a Secretaria da Fazenda, que oferecia melhores condições salariais. Foi aprovada. Transferiu-se de um órgão estatal para outro. Aposentou-se em 1991, proporcionalmente ao seu tempo de serviço. Pouco depois, iniciou a trabalhar em uma firma que presta consultoria às Prefeituras do interior baiano, na qual se encontra até hoje. Não possui carteira assinada. O seu trabalho atual não é só uma maneira de ajudar financeiramente os filhos, irmãos e sobrinhos, mas também de preencher o vazio social. Não utiliza

microcomputador no seu trabalho nem em outras ocasiões por não se interessar pela máquina. Sente as dificuldades dos jovens para encontrar trabalho devido à situação de desemprego do filho e de uma sobrinha. Compreende que os concursos públicos não conseguem absorver a quantidade de pessoas desempregadas, embora os considere uma forma de inserir algumas no mercado de trabalho. Planeja ter mais lazer e viajar – projeto dificultado devido ao trabalho na empresa de consultoria. Local e data da entrevista: seu trabalho, em: 11/01/07.

Antônio (66 anos, branco) é casado. Tem dois filhos e um neto de três anos. Há 30 anos, reside em apartamento próprio no bairro do Rio Vermelho. Formou-se em jornalismo e em direito em 1967. Iniciou a carreira jornalística em 1968. Trabalhou em jornal, mas acabou deixando esse emprego, pois passou a compor o quadro técnico da UFBA, instituição na qual trabalhou durante 37 anos. Nessa Universidade, foi assessor de imprensa e trabalhou em diversas unidades. Aposentou-se em 2005, dois anos após ter completado tempo exigido para aposentaria. Assim o fez porque se continuasse, não teria vantagem pecuniária e ocuparia o lugar de outra pessoa em início da vida profissional. Atualmente, desenvolve projetos na Associação Baiana de Imprensa (ABI). Trabalha sem carteira assinada. Compreende que o emprego tradicional com carteira assinada é, cada vez mais, crítico devido ao agravamento da falta de oportunidades de trabalho. Considera que, antes, a mão-de-obra qualificada de nível superior tinha mais oportunidades. Os postos de trabalho para jornalistas diminuem em veículos de comunicação como rádio e TV, crescendo, por outro lado, a tendência do trabalho jornalístico em rede, em que o jornalista se especializa em um assunto, prepara a matéria, a vende e recebe sua remuneração sem enfrentar o relacionamento patronal. Entende a necessidade de realização de concursos públicos, pois utilizam critérios igualitários para todos. Ressalta que os desvios e as deformações que podem ocorrer em seleções públicas devem ser corrigidos. Pensa que a Previdência Social não está em falência, pois o dinheiro

previdenciário foi desviado para outras finalidades (Ponte Rio-Niterói, por exemplo) e não foi reposto. Considera vergonhoso o valor da aposentadoria para o trabalhador da rede privada.

Local e data da entrevista: seu trabalho, em 25/07/07.

Cássio (68 anos, branco), há 16 anos, mantém união estável. Mora em apartamento próprio no bairro da Barra, nesses últimos 18 anos. Do primeiro casamento, resultaram dois filhos e uma filha. Tem dois netos. Formado na Escola Superior de Guerra, ingressou na Marinha em 1958, instituição na qual fez carreira de Oficial. Trabalhou em diferentes Estados do Brasil: Paraná, Rio de Janeiro e Bahia. Na Bahia, passou para a reserva, em 1992, ocasião em que tinha 53 anos. A partir de então, fixou residência na cidade de Salvador-Bahia. Ao se aposentar, sentiu disposição para continuar trabalhando. Tentou desenvolver uma atividade diferente daquela que havia exercido na Marinha, optando por trabalhar por conta própria. Em 1994, abriu uma empresa marítima que oferece manutenção para navios da Petrobrás, existente até hoje. Considera que se manter em atividade e não “parar no tempo” são as principais vantagens de continuar trabalhando. O retorno financeiro advindo do trabalho após a aposentadoria proporciona uma vida mais confortável, pois ele e sua esposa realizam viagens quando o trabalho de ambos permite. Sua família entende positivamente sua continuidade no trabalho: um de seus filhos trabalha em sua firma. Tem resistência em operar com computador por achar que bloqueia o seu raciocínio para resolver problemas. Salienta, contudo, que todos os funcionários de sua firma utilizam o computador. Percebe que as oportunidades de emprego para os jovens dependem do crescimento do país, o que não ocorre no momento. Concorda com o fortalecimento do Estado, quer seja através da valorização do funcionalismo público, através da realização de concursos, por exemplo, quer seja no funcionamento da previdência pública. Discorda da privatização da Previdência Social. Local e data da entrevista: sua residência, em 20/06/07.

Cecília (68 anos, morena) é casada com um belga. Mora em apartamento próprio no bairro da Pituba, há dois anos. Não tem filhos. Tem, aproximadamente, 22 sobrinhos e seis sobrinhos netos. Ajudou na educação dos sobrinhos e auxilia na sobrevivência de pessoas da família através de pequenas contribuições; um irmão está desempregado e uma sobrinha neta tem problemas de saúde. É agnóstica. Licenciada em letras neo-latinas, concluiu a graduação em 1961. Iniciou o ensino de francês em colégio secundário da rede pública. Foi para a França em 1962. Lá, passou dois anos, pois estava em licença sem direito aos vencimentos, no Brasil, e por ter conseguido bolsa do governo francês. Retornando para o Brasil, assumiu o seu cargo de professora do ensino médio. Começou a lecionar francês no nível superior na Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Em seguida, fez concurso para a UFBA mas, por não ter sido homologado, prestou outro concurso no ano seguinte, quando finalmente conseguiu nela ingressar. Pediu demissão do Estado e da UCSAL, assumindo regime de dedicação exclusiva na UFBA, onde exerceu cargos de chefia, tendo sido chefe de departamento. cursou Mestrado em Educação e, posteriormente, fez Doutorado e Pós-Doutorado na França. Aposentou-se em 1990, ocasião em que tinha 17 anos de trabalho na Instituição, porque aproveitou o tempo de serviço no então curso secundário. Depois da aposentadoria, passou cinco anos apenas se dedicando a trabalhos não remunerados – tesoureira de uma escola de francês e editora da revista do Instituto de Letras da UFBA. Aceitou a proposta recebida de uma Universidade Estadual, em 1996, para lecionar como professora visitante, cujo contrato de trabalho é temporário. Quando o contrato iria terminar, foi convidada para prestar concurso nessa instituição e fazer parte de seu quadro de efetivos. Assim o fez. O computador e a internet são importantes instrumentos de trabalho. Considera que a principal vantagem de continuar trabalhando é sentir que faz bem à cabeça. Sente-se cansada com o deslocamento até o trabalho, pois a universidade se localiza a 120 km de Salvador. Percebe que alguns colegas,

aposentados, que não mais trabalham, sentem inveja pelo fato de ela continuar trabalhando, e os familiares estranham o desgaste decorrente da viagem ao local de trabalho. Mantém comunicação próxima com alguns sobrinhos; com outros o diálogo é bem superficial. O seu trabalho interfere no lazer, pois frequenta somente cinema com o marido. Precisa dar assistência a seu marido, que tem problemas cardíacos. Na carreira pública, percebe disparidade entre o salário de um professor universitário e o de promotores e juízes. Decidiu aposentar-se da instituição em que trabalha, em 2007. Local e data da entrevista: sua residência, em 27/12/06.

Célia (70 anos, mulata) é solteira. Não tem filhos. Mora com a irmã em apartamento próprio no bairro da Pituba. Tem três sobrinhos e um sobrinho neto de três anos. Divide com a irmã as despesas da casa, embora seus gastos sejam maiores, pois sua renda é maior que a dela. É católica. Professora aposentada da UFBA, iniciou o ensino da matemática, nessa instituição, antes mesmo de ter se diplomado. Lecionou matemática desde os anos iniciais da graduação, quando ministrava aulas particulares. Também fez bacharelado. Concluído o curso superior, passou três anos no Rio de Janeiro, fazendo aperfeiçoamento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por ter conseguido financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Retornando para Salvador, ingressou como professora no Instituto de Matemática da UFBA, em 1963. Ao final dos anos 1960, fez um Curso de Estatística na Escócia, durante dois anos, ingressando na área de matemática aplicada à computação. Gosta muito de ensinar matemática. Voltando para Salvador, assumiu o Magistério e exerceu algumas funções na UFBA, como chefe de departamento, coordenadora de colegiado e diretora da Secretaria Geral de Cursos. Nos anos 1980, não soube precisar o ano, aposentou-se da UFBA. Nessa ocasião, lecionava na UCSAL e também na Universidade Salvador (UNIFACS), ambas particulares. Continuou o trabalho nessas

instituições e o mantém até hoje. Trabalha com carteira assinada. O retorno financeiro contribui para a manutenção familiar, uma vez que sistematicamente ajuda um casal e um sobrinho de maneira esporádica. Sua irmã discorda dos horários em que ministra aulas, cedo pela manhã e à noite. Sente-se realizada em transmitir conhecimento. O microcomputador é uma ferramenta de trabalho essencial, pois nele desenvolve exercícios, aplicativos etc. Utiliza *internet* para receber informação dos locais em que trabalha, mas não gosta de receber e nem de enviar correspondências eletrônicas aos alunos. Atualmente, percebe que alguns alunos desrespeitam os professores em sala de aula com algumas atitudes descorteses. Compreende que a falta de emprego é algo absurdo, afetando tanto as novas gerações quanto às gerações adultas. Preocupa-se com o desemprego no Brasil. Nas férias, costuma realizar viagens, integrando grupos turísticos. Não se sente preparada para deixar de trabalhar. Local e data da entrevista: sua residência, em 26/07/06.

Celso (58 anos, pardo) é casado. Tem três filhas, todas profissionalizadas e apenas uma mora com ele e sua esposa. Há 20 anos, reside em casa própria no bairro de Piatã. Considera-se chefe de família, pois é provedor das necessidades básicas da casa, embora sua esposa e filha trabalhem e tenham rendimento. Eventualmente, ajuda financeiramente as outras duas filhas, que moram nas cidades de Jequié-BA e Brasília-DF. Iniciou sua trajetória profissional aos 16 anos quando ingressou no Curso de Oficial da Polícia Militar, corporação na qual permaneceu durante 13 anos. Conciliou o curso na Academia da Polícia Militar com a graduação em Ciências Econômicas na UFBA e com a docência de matemática no Ensino Médio do Estado, quando ainda estudante universitário. Depois de formado em Economia, continuou oficial da Polícia Militar e professor do Ensino Médio. Fez Mestrado em Economia na UFBA. Nessa Instituição, passou a ser professor temporário, colaborador, e também lecionou na UCSAL. Prestou concurso para o cargo de auditor fiscal da Secretaria da Fazenda, obteve aprovação e

acabou saindo da Polícia Militar. Nos períodos compreendidos entre 1977 a 1981 e 1983 a 1987, fez curso de Mestrado e Doutorado na Universidade de Boston, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, continuou no quadro da Secretaria da Fazenda como auditor fiscal e como professor parcial da UFBA e da UCSAL. Priorizou o trabalho no Estado em detrimento da carreira acadêmica por uma questão econômica. Finalmente, submeteu-se a Concurso na UFBA em 1991, passando a compor o quadro de professor efetivo em 1992. Aposentou-se do Estado em 1995, com 30 anos de serviços prestados, pois aproveitou o tempo na Polícia Militar. Não planejou a aposentadoria, apenas sentiu-se pressionado, temendo perder os direitos previdenciários de funcionário público com as propostas políticas de reforma da previdência, esboçadas por Fernando Henrique Cardoso em sua primeira gestão. Arrependeu-se de ter se aposentado na ocasião, pois seu rendimento diminuiu. Contudo, não sentiu a aposentadoria em termos emocionais, uma vez que continuou a lecionar na UFBA, na UCSAL e passou a prestar assessoria à Secretaria do Planejamento até 2005. Manteve o trabalho nessas instituições até suas filhas se formarem. Atualmente, é professor da UFBA em regime de dedicação exclusiva, ensinando no Mestrado. Pensa que a convivência com a juventude também é uma das vantagens de continuar trabalhando na Universidade. Utiliza pouco o computador em seu trabalho por dedicar grande parte de seu tempo à preparação de aulas criativas. Considera que tem pouco lazer por causa do trabalho. Entende as oportunidades de emprego para as novas gerações como um problema sério, devido ao desemprego tecnológico e, conseqüentemente, ao aumento da população desempregada, que representa um ônus social. Compreende que as propostas da reforma da previdência preconizam a extensão do tempo de trabalho e do tempo de contribuição do trabalhador e a retirada de seus benefícios, questão esta preocupante para quem vai se aposentar. Deseja ver o sucesso profissional de suas filhas, que são analista de sistema, advogada e médica. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 31/07/07.

Cláudia (60 anos, branca) é casada há 41 anos. Tem duas filhas, um filho e seis netos. Reside em apartamento próprio no bairro da Pituba, há 12 anos. É judia. Iniciou o ensino da língua portuguesa aos 14 anos de idade quando precisou ministrar curso particular, em decorrência da separação de seus pais. Formou-se em 1967 no curso de Letras na UFBA. Prestou concurso para professor do Estado, em 1970, ocasião em que tinha acabado de ter sua segunda filha. Aprovada, iniciou a dar aulas em colégio estadual, apesar de seu marido se opor a sua inserção no mercado de trabalho. Aposentou-se do Estado em 1995, no regime de trabalho de 40 horas. Antes da aposentadoria, já trabalhava em uma loja de moda feminina, situada nos Barris, de propriedade de seu sogro. Nesse estabelecimento comercial, assumiu a gerência de estoques, compras, relacionamento com clientes e vendas, e seu marido, o setor administrativo financeiro desde o falecimento de seu sogro, em 1986. Com a aposentadoria, não sentiu falta da sala de aula por considerar ter completado o ciclo de sua contribuição intelectual para gerações, ao longo de 26 anos. Considera que o trabalho após a aposentadoria mantém a pessoa integrada na coletividade. A desvantagem se encontra em não desfrutar muito da convivência dos netos. Utiliza computador em seu trabalho e em alguns momentos de comunicação com os netos, pois uma filha reside nos Estados Unidos e a outra, na França. Lamenta o Brasil não ter desenvolvimento, acarretando falta de emprego para os jovens quanto para os velhos. Qualifica Salvador como uma cidade provinciana, pois não disponibiliza oportunidades de emprego para os jovens. Ressalta, contudo, que os concursos públicos podem assegurar situação de estabilidade para a juventude. Acredita ser uma falácia o déficit da previdência, pois a maneira de governar é que é falha. Infere que as reformas previdenciárias adotadas impossibilitarão as pessoas de se aposentarem: a juventude não terá, portanto, o privilégio da aposentadoria, tendo que trabalhar até seus últimos dias. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 07/07/07.

Dalva (68 anos, mestiça) é casada. Há 30 anos, habita em casa própria no bairro de Patamares. Tem um casal de filhos, profissionalizados e residentes em São Paulo, e um neto. É cristã e simpatizante do espiritismo. Formada em Letras, iniciou a docência na rede pública, ensinando português em séries do nível médio, ocasião em que fez concurso em Salvador. Mudou-se para Recife, acompanhando o marido, onde trabalhou dois anos em colégio particular. Pelo mesmo motivo, seguiu para o Rio de Janeiro. Residiu durante sete anos nessa cidade, quando prestou concurso para a rede oficial de ensino. Retornando para Salvador, passou a lecionar Literatura Brasileira no Instituto de Letras da UFBA, integrando o quadro de efetivos, desde 1977. Nessa Instituição, cursou o Mestrado. O Doutorado cursou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Aposentou-se em 2005, mas não parou sua vida profissional, pois continuou suas atividades de pesquisa e ensino na Universidade, vinculada ao Programa para Aposentados (PROPAP) da Instituição. Atualmente, sua remuneração continua a mesma. Considera vantagem continuar trabalhando, pois faz o que gosta: leciona e desenvolve pesquisa em municípios do interior da Bahia, sobre Cultura Popular e Folclore. Sente disposição física para continuar trabalhando. Receia que a aposentadoria lhe traga ociosidade. Sua família acha que deve diminuir o ritmo de trabalho. Demonstra ter compromisso com a educação pública por ter nela se formado e exercido sua profissão. Daí a importância de continuar retribuindo todo o saber acumulado. Compreende que o contato com os jovens é uma dádiva decorrente do intercâmbio, proporcionando o compartilhar de conhecimentos. Encontra-se motivada a atualizar-se constantemente. Entende que a falta de oportunidades de emprego para os jovens decorre da ausência de crescimento econômico do país. Percebe os concursos públicos como uma maneira de evitar o apadrinhamento, quer seja por razões de amizade, quer seja por parentesco. Deseja melhor dividir o tempo de trabalho

para que possa se dedicar a uma obra assistencial. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 19/10/06. Em decorrência de uma neoplasia no fígado, faleceu em 29/11/07.

Diana (70 anos, branca) é casada. Há 39 anos, reside em casa própria no bairro da Graça. Tem dois filhos, duas filhas e cinco netos, quatro meninos e uma menina. É católica praticante. Diplomada em anglo-germânicas pela UFBA, lecionou inglês em escola estadual, em séries de nível médio. Começou a ensinar na UFBA, mas os encargos da maternidade levaram-na a deixar o magistério na Universidade, que lhe exigia a docência em dois turnos. Continuou no Estado, ensinando em apenas um turno. Coordenou o curso técnico de turismo no Colégio Estadual Severino Vieira. Aposentou-se em 1985. Com a aposentadoria, realizou coisas que gostaria de ter feito no período do ciclo da vida dedicado ao trabalho e à criação dos filhos: curso de francês e de alemão. Aprendeu a usar computador para ajudar o marido em seu escritório de advocacia, onde também trabalham seu filho e seu genro. Tornou-se secretária do escritório, sem receber remuneração, trabalhando apenas no turno vespertino. Assim, amplia a vivência com o marido e ocupa a mente. Compreende que a questão do emprego constitui um problema cada vez mais difícil, devido à redução de postos de trabalho nas empresas. Entende o concurso como uma forma correta de inserção no serviço público. Percebe, contudo, que as entidades aproveitam apenas uma pequena parte da oferta. Pensa que o Governo deveria garantir aos trabalhadores uma aposentadoria que compensasse seus esforços, o que não ocorre devido aos desvios dos recursos públicos. Local e data da entrevista: sua residência, em 07/08/06.

Eduardo (63 anos, branco) é casado há 38 anos. Tem uma filha, dois filhos e três netos, um menino e um casal de gêmeos. Reside em apartamento próprio no bairro da Pituba. Não tem religião, embora pertença a uma família católica. Formou-se em Letras em 1966 e ensinou,

inicialmente, no Colégio de Aplicação. Prestou concurso para o Estado e lecionou Língua Portuguesa no Ensino Médio. Também trabalhou em curso Pré-Vestibular. Posteriormente, fez concurso para a UFBA e, nessa instituição, assumiu regime de trabalho de dedicação exclusiva desde 1972, abandonando o Ensino Médio e as aulas no curso Pré-Vestibular. Na Faculdade de Educação, ministrou a disciplina “Avaliação Educacional e Medidas Educacionais” e cursou Mestrado. Dedicou-se à área de avaliação educacional e ampliou suas atividades na instituição, passando a trabalhar no Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação, dessa Universidade. Aposentou-se em 1994, tendo sido pressionado pela política econômica da época, que incentivou a aposentadoria de funcionários públicos, tendo em vista a adoção de reformas que tiraram suas vantagens. Depois da aposentadoria, foi logo convidado para continuar trabalhando no mesmo Serviço. Usa microcomputador em seu trabalho atual, para editar texto e manter correspondência eletrônica. O provento recebido na atividade pós-aposentadoria fez com que seu salário dobrasse, possibilitando financiar, para o seu filho, o curso de medicina na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Trabalha sem carteira assinada, baseado em acordo verbal. Considera raridade a melhoria do seu nível de vida e a de sua família depois da aposentadoria, comparando-o com a situação de outros aposentados no Brasil recente. Custeia as despesas do filho que faz residência médica em São Paulo e que na ocasião da entrevista, ainda não tinha conseguido a bolsa do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para residentes. Percebe a situação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho atual, caracterizada pela falta de oportunidades e de perspectivas de autonomia financeira, como sendo mais difícil do que a enfrentada na sua juventude. Acredita que a manutenção de atividades depois da aposentadoria, quer seja remunerada, quer seja filantrópica, é essencial para afastar a ociosidade e os vícios, como a bebida e o jogo. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 31/01/07.

Elias (56 anos, moreno) é separado. Tem três filhos, um antes de se casar e dois no casamento, e um neto. Possui casa própria, onde moram seus filhos e a mãe deles. É responsável financeiramente pela manutenção de sua primeira família, pois paga o plano de saúde de sua primeira esposa e mantém seus dois filhos, que ainda estudam. Conseguiu emprego em um estabelecimento comercial de um amigo para o filho que teve antes do primeiro casamento, pois ele apresenta um retardamento. Mantém relação estável, residindo há sete anos no apartamento próprio de sua companheira, situado no bairro da Vitória, onde os filhos dela também residem. As despesas da casa são mantidas por sua companheira. Adotou uma menina com a companheira, que estava com um mês na ocasião da entrevista. Formou-se em Administração de Empresas pela UCSAL, mas antes cursou, até o penúltimo ano, Processamento de Dados na UFBA. Passou a compor o quadro técnico da UFBA em 1970, através de concurso prestado para auxiliar técnico. Nessa Instituição, trabalhou no Instituto de Serviço Público (ISP), participando da reforma administrativa universitária dos Estados do Nordeste, fomentada pelo MEC, assessorou a administração do Centro Nacional Tecnológico (CENTEC), atual Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/ BA). Esteve afastado da Universidade durante dois anos e sete meses – ocasião em que assumiu o cargo de Superintendente Administrativo da Secretaria da Educação no Governo Estadual Waldir Pires. Retornando suas atividades na Universidade, continuou na área de planejamento do ISP, coordenando projetos. Simultaneamente a esse trabalho, prestava consultoria no outro turno, desenvolvendo sistemas informatizados em várias áreas. Aposentou-se em 1998. Não sentiu a aposentadoria, pois continuou dando consultoria em Secretarias Estaduais e Municipais. Também prestou serviços para o MEC. Esteve um ano e meio sem nenhuma consultoria, época em que fez parte da Cooperativa de Profissionais Liberais, quando se sentiu muito ocioso. No período em que foi entrevistado, prestava consultoria para a prefeitura de Lauro de Freitas e iria assumir uma outra consultoria na UFBA. Trabalha sem carteira assinada, através

de contratos temporárias e na condição de terceirizado. Sua família não o percebe como aposentado, pois não experimentou a situação de aposentar e retornar, pois continuou a trabalhar. Utiliza *internet* em seu trabalho para fazer pesquisa. Não gosta de se comunicar por *e-mail* e *MSN messenger*. Entende de maneira positiva a realização de concursos públicos, salientando a seriedade daqueles ocorridos na esfera federal e questionando os que acontecem nas Prefeituras. Compreende que o debate em torno da Previdência para o setor público foi mal conduzido, devendo ter sido preservados aqueles que tinham direito adquirido. Participa, nos finais de semana, da confraria Amigos para Sempre, que se reúne em espaço público no Largo de Santo Antônio, localidade em que nasceu, situado no Centro Histórico de Salvador. Local e data da entrevista: sua residência, em 08/08/07.

Emília (67 anos, não sabe se é morena, parda ou mulata) tem namorado. Tem uma filha e dois netos, um menino e uma menina. Mora em casa própria, há quatro anos, no bairro de Itapuã. Assumiu a chefia da residência desde quando sua filha nasceu e se separou do marido. Embora criada na religião católica, está aberta a outras, como o candomblé. Formada pela Escola de Belas Artes, fez concurso para o Estado e começou a ensinar Educação Artística no Colégio Severino Vieira. Posteriormente, fez concurso para a UFBA, passando a integrar seu quadro técnico, onde atuou como conservadora de museus, técnica em ações culturais e figurinista. No início dos anos 1990, ingressou na primeira turma do Mestrado em Belas Artes dessa Instituição, ocasião em que solicitou licença da Universidade. Concluiu o Mestrado. Aposentou-se da Universidade em 1997, uma vez que juntou ao tempo da Universidade ao do Estado. Atualmente, trabalha em seu ateliê, na sua residência. Sente-se útil ao produzir suas telas. Participa de algumas exposições. O retorno financeiro não contribui no orçamento, pois não é uma artista plástica comercial. Não utiliza computador, pois não teve oportunidade de adquirir um. Sente necessidade de divulgar seu trabalho. Uma tia a ajudou na aquisição de sua

residência. Considera que os concursos públicos oferecem poucas vagas para muitos candidatos, mencionando, ainda, os apadrinhamentos. Entende que o aposentado, no Brasil, não tem o devido respeito. Local e data da entrevista: sua residência, em: 31/08/07.

Fábio (63 anos, moreno) é casado. Tem duas filhas e dois netos, uma menina e um menino. Mora em casa própria no bairro do Garcia, aproximadamente há 25 anos. É católico não praticante. Formado em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia, integrou o quadro técnico dessa instituição em órgão encarregado de realizar as reformas administrativas do estado da Bahia, do Maranhão, Piauí e de Sergipe. Durante cinco anos, trabalhou no MEC, em Brasília, na Secretaria do Ensino Superior, órgão a que a UFBA é vinculado. Retornando à cidade de Salvador, passou quase dois anos como vice-diretor do CENTEC, órgão público, criado nos anos 1970, encarregado de formar tecnólogos. Trabalhou também no Governo Waldir Pires durante um ano, ocasião em que esteve afastado da Universidade. De volta para a UFBA, assumiu suas atividades e se aposentou em 1995, desempenhando o cargo de diretor. O pedido de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço foi requerido devido ao seu desencanto com a administração pública e com a medida do governo de Fernando Henrique Cardoso, ferindo a autonomia da Universidade Pública. Atualmente, trabalha em uma empresa de consultoria, em Salvador, fazendo planos de carreira e estatutos do magistério. Não tem carteira assinada. Exerce cargo de direção, uma vez que auxiliou um amigo na constituição dessa firma durante dois anos, período em que trabalhou sem remuneração. O retorno financeiro contribui para a manutenção familiar. Considera a atualização requerida para o exercício do trabalho uma outra vantagem propiciada pelo trabalho pós-aposentadoria. Não utiliza microcomputador em seu trabalho por não gostar dessa tecnologia. Acredita que a pessoa aposentada deve compartilhar sua experiência de trabalho com a sociedade. Menciona a falta de crescimento do Brasil como a

principal causa da informalidade e da falta de perspectivas para os jovens. Compreende os concursos públicos, tanto na esfera estadual como na federal, como oportunidades de trabalho para a juventude, embora aponte a necessidade do serviço público oferecer uma política de pessoal para a manutenção de pessoas qualificadas nas instituições. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 06/11/06.

Fabício (67 anos, pardo) é casado com Dalva, também informante dessa pesquisa. É ateu. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, iniciou sua trajetória profissional na condição de estagiário na Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEB), que, posteriormente, tornou-se Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). Como engenheiro, vinculado à CEB, trabalhou no Departamento de Energia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife. Nessa ocasião, já estava casado. Deslocou-se para o Rio de Janeiro, pois passou a trabalhar na Empresa de Consultoria Eletro Projetos e, em seguida, na *Light*, companhia que lidava com a distribuição de energia elétrica dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1975, retornou a Salvador, uma vez que aceitou o convite de trabalhar na Central de Treinamento de Afluentes Líquidos (CETREL) do Pólo Petroquímico de Salvador. Contratado pela COELBA em 1981, permaneceu nessa instituição até 1982, tendo sido demitido por razões políticas. Durante aproximadamente quatro anos, prestou serviços como consultor na área de engenharia e planejamento. No período compreendido entre 1986 e 1987, foi Sub-Secretário de Energia da Secretaria de Planejamento na Prefeitura de Salvador. Afastou-se desse cargo em 1988, época em que o Governo Waldir Pires possibilitou seu retorno para a COELBA. Nessa instituição, desenvolveu vários projetos importantes na área de energia do Estado da Bahia, como aquele responsável pela elaboração de um estudo de viabilidade da implantação da empresa Bahia Gás, que, atualmente, fornece gás natural para empresas do Pólo Petroquímico, do Complexo

Industrial de Aratu e para residências e postos de gasolina de Salvador. Aposentou-se da COELBA em 1995. Continuou desenvolvendo atividades como consultor, prestando serviços para empresas e elaborando projetos. Passou também a ser professor de faculdades particulares. Contudo, afastou-se recentemente das atividades acadêmicas, pois decidiu dedicar seu tempo somente às consultorias. Considera a necessidade de se atualizar e de buscar respostas aos desafios da engenharia como as principais vantagens de continuar trabalhando. Utiliza computador e *internet* com frequência, em seu trabalho. O retorno financeiro do trabalho após a aposentadoria possibilita o desenvolvimento de lazer com sua esposa: realização de viagens, por exemplo, e a troca de veículos. Compreende que as reformas da previdência no Brasil atual não beneficiam os aposentados, ao contrário, comprometem os seus direitos sociais. Local e data da entrevista: Hotel Monte Pascoal, em 23/07/07.

Felipe (65 anos, moreno) há 24 anos mantém união estável. É desquitado. Tem uma filha do primeiro casamento, três do segundo, dois rapazes e uma moça, e um neto. Habita em apartamento próprio no bairro do Rio Vermelho. É católico não praticante. Em 1996, aposentou-se da Universidade Federal da Bahia, instituição em que lecionava desde 1971 Metodologia e Prática do Ensino da Língua Portuguesa. Ao longo de 22 anos, ensinou Língua Portuguesa em escola do Ensino Médio do Estado, mas solicitou exoneração. Depois da aposentadoria, começou a prestar serviços educacionais esporádicos em empresa particular de consultoria, cuja carteira de trabalho foi assinada em 1997. Trabalha aptidões educacionais da Língua Portuguesa, a exemplo de revisão de textos. Passou a utilizar microcomputador em seu trabalho devido às facilidades que o programa *Word* proporciona. Recorre à *internet*, quando necessita pesquisar. Há, aproximadamente, dois anos, teve carteira de trabalho assinada. Acredita que daqui a poucos anos, predominará a tendência de emprego sem carteira assinada

e do trabalho domiciliar operado através de *internet*. O retorno financeiro contribui para a manutenção do orçamento familiar, pois seu salário dobrou ao desenvolver trabalho pós-aposentadoria. Na ocasião da entrevista, seus filhos apenas estudavam. Entende que, mesmo com a aposentadoria, as pessoas devem incorporar o trabalho em suas vidas, evitando, assim, o ostracismo e doenças, como a depressão. Alimenta o sonho de elaborar uma Gramática da Língua Portuguesa diferente das Gramáticas convencionais. Não detalha muito sobre esse projeto criativo, temendo que sua ideia seja roubada. Local e data da entrevista: seu trabalho, em data 21/ 03/ 07.

Gisela (76 anos, morena) é solteira. Tem uma irmã e dois sobrinhos. Mora sozinha em apartamento próprio no centro antigo de Salvador, situado no Largo Dois de Julho. É católica. Professora primária, lecionou em escolas infantis da rede particular de ensino. Aposentou-se em 1983 pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) com 25 anos de magistério. Começou a trabalhar em escritório de firma comercial, pois precisava complementar a renda da aposentadoria. Depois de um ano, voltou a trabalhar em escola infantil particular, pois o trabalho de secretária financeira não a agradou. O colégio em que hoje trabalha é o segundo estabelecimento educacional infantil em que assume atividades, depois da aposentadoria. Trabalha com carteira assinada. Considera o trabalho uma terapia e uma distração. Trabalha todos os dias da semana durante um turno, exceto às segundas-feiras, que preenche os dois turnos. Não utiliza computador por achá-lo difícil. Desenvolve relação de afeto com as crianças, que a chamam de tia e de avó. Não sabe como pagaria o plano de saúde se não fosse a renda obtida com o trabalho atual. Sua família aceita o seu trabalho, pois não pode ajudá-la. Nos horários vagos, realiza pagamentos e, quando está em casa, se dedica à leitura. Não mais costura devido aos problemas na coluna cervical. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 27/07/07.

Hélio (63 anos, não sabe a sua cor) é casado. Tem três filhos, uma moça e dois rapazes. Reside em apartamento próprio, no bairro de Ondina, há 25 anos. É católico por princípio e simpatizante de outras religiões. Formado em física, iniciou a docência no Colégio Militar da Bahia, onde havia sido ex-aluno, e no Colégio de Aplicação, vinculado à Faculdade de Educação (FACED) da UFBA. Ensinando Metodologia de Física na Faculdade de Educação, trabalhou na formação e capacitação de professores de física do ensino médio e fundamental. Cursou mestrado nos Estados Unidos. Ao voltar, retomou suas atividades. Passou ao cargo de professor assistente. Foi chefe de departamento durante cinco anos. Voltou aos Estados Unidos para fazer Doutorado. Retornou para o Brasil e desempenhou várias funções: chefe de departamento, membro da Câmara de Pesquisa e ensino de Pós-Graduação. Aposentou-se em 1995. Procurou emprego fora da Universidade. Trabalhou na Petrobahia, na Transbahia e Rede de Postos Gameleira (distribuidora de combustíveis), como coordenador, gerente de recrutamento, treinamento e seleção de recursos humanos. Houve corte de pessoal nessa empresa e, então, voltou para a área de Educação. Foi professor e coordenador de uma faculdade particular. Atualmente leciona em outras duas instituições de nível superior da rede particular, em uma delas tanto em curso de pós-graduação como de graduação. Trabalha com carteira assinada. Passou a prestar consultoria educacional na Fundação CEFET /BA. Seus filhos gostam de que ele continue trabalhando, pois ajuda a manutenção da filha que faz Doutorado em Odontologia na Universidade de Campinas (UNICAMP). Entende que o emprego público estável não deve mais ser perseguido pelas novas gerações. Estimula os jovens a empreender. Deseja parar de trabalhar aos 70 anos. Local e data da entrevista: Fundação CEFET / BA, em 06/03/07.

Jessé (56 anos, branco) é casado. Tem dois filhos profissionalizados, um rapaz e uma moça, que não habitam mais com ele e sua esposa. Reside em apartamento próprio no bairro do

Canela. É católico, mas não praticante. Concluiu o nível superior. Ingressou na Marinha em 1971, tendo morado em diferentes cidades: Rio de Janeiro, Pirapora (Minas Gerais), Brasília e Salvador. Esteve em Uganda, África, durante um ano, como observador militar. Em 1998, passou para a reserva da Marinha e se aposentou. Nessa ocasião, já tinha fixado residência em Salvador. Depois da aposentadoria, passou um período sem trabalhar, organizando a vida (regularizando imóveis, por exemplo). Sentindo necessidade de trabalhar, foi atrás de emprego. Exerceu atividade no setor privado, tendo sido gerente de uma marina em Salvador e trabalhou em uma empresa americana, na área de seguros de embarcações e navios. Na época da entrevista, havia assumido a gerência de vendas da Empresa de Turismo da Bahia (BAHIATURSA), cargo comissionado, há dois meses e meio. Trabalha com carteira assinada. Utiliza computador e *internet* em seu trabalho. Considera que tem muita experiência para passar e continua trabalhando não pelo dinheiro, que proporciona o gasto com supérfluos, mas para manter em ocupação mente e corpo. Ajuda financeiramente sua sogra e seu filho, pois esse não é completamente independente. Compreende que as oportunidades de emprego para as novas gerações são muito difíceis, havendo a submissão de pessoas a determinados empregos por falta de oportunidades na área em que se formaram. Entende que a carreira no setor público é interessante para aqueles que pretendem ter estabilidade. Percebe que a aposentadoria para muitas pessoas, no Brasil, pode ser um tormento, pois muitos aposentados passam necessidade. Tem vontade de abrir um negócio, mas não se sente seguro, pois precisa estudar e ter conhecimento de mercado. Local e data da entrevista: sua residência, em: 23/08/07.

Joilson (66 anos, pardo) é casado. Mora em apartamento próprio no bairro da Pituba. Tem um filho de 24 anos. É católico. Formado em Ciências Biológicas, em 1971, pela UFBA, iniciou o magistério antes de concluir esse curso, realizando estágio na Faculdade de Educação dessa

universidade e ensinando em colégios da rede particular. Aprovado em Concurso, realizado em 1973, na UFBA, passou a lecionar, nessa instituição, no Instituto de Biologia e na Faculdade de Educação. Trabalhou também no Centro Técnico de Educação da Bahia (CETEBA), órgão do estado da Bahia que deu origem a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 1983. Integra o quadro efetivo dessa Universidade. Aposentou-se da UFBA em 1996 e passou a trabalhar em regime de dedicação exclusiva, na UNEB. Recebeu promoção de professor assistente para professor adjunto. Ensina histologia humana. Exerce chefia administrativa do Departamento de Ciências da Vida dessa instituição. Não sentiu a aposentadoria, pois manteve vínculo com o Estado e o ampliou. Considera vantajoso continuar trabalhando, uma vez que transmite experiência acumulada, tem a possibilidade de manter a dinâmica do trabalho e de ter uma renda a mais. Utiliza computador para preparar planos de aula, pesquisar e manter correspondência eletrônica com os alunos. Não consegue se desligar dos problemas administrativos, que precisa resolver, perdendo o sono às vezes. Sua família se opõe a sua segunda aposentadoria, prevista para ocorrer daqui a alguns anos, sua esposa não gosta de imaginá-lo em casa. Percebe que as dificuldades enfrentadas pelos jovens quanto às oportunidades de emprego se devem à falta de desenvolvimento econômico do país, em decorrência da política governamental. Seu filho, por exemplo, está desempregado, embora formado em administração e empenhado em preparar-se para concursos. Compreende que os concursos públicos expressam saídas para os jovens e para os profissionais mais experientes da iniciativa privada quando procuram estabilidade. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 02/07/07.

Jorge (70 anos, pardo) é casado. Tem dois filhos e um neto. Reside no bairro do Itaigara, Caminho das Árvores, em casa própria. Um filho está empregado, mas o outro não. Ajuda financeiramente sua mãe, viúva e pensionista, que não tem condições de se manter. Ingressou

no Exército como soldado. Tendo feito carreira militar, chegou a coronel dentista. Depois de 35 anos, encerrou o trabalho de odontólogo devido a um acidente. Aposentou-se do Ministério da Defesa em 1995, aproximadamente. Ao se aposentar, sentiu um vazio. Voltou, então, a trabalhar, também porque precisava resolver problemas financeiros. Trabalha no setor de Relações Públicas do Hospital do Exército, desempenhando o cargo de Ouvidor, sem carteira assinada. Considera que as remunerações recebidas pelos aposentados não fazem jus às necessidades que têm. Enumera a remuneração extra e o fato de continuar se sentindo útil como as principais vantagens de continuar trabalhando. Sente-se disposto para trabalhar. Entende que o aposentado deve trabalhar caso tenha condições físicas e psicológicas para tanto. É favorável a adesão de idosos em atividades de lazer (viagens, clubes e dança, por exemplo). Compreende que as oportunidades de emprego para as novas gerações estão se tornando cada vez mais difíceis e às vezes oferecidas nos Concursos Públicos, cada vez mais restritas. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 30/11/07.

José (64 anos, negro) é casado. Tem três filhas e três netos. Reside em casa própria, no bairro do Garcia. É irmão de Ana, também informante desta pesquisa. Sente-se chefe de família na plenitude do termo, pois ajuda financeiramente filhas e netos, uma sogra de 87 anos, que mora com ele, e uma tia de 102 anos. Ingressou na Marinha aos 17 anos, mas acabou tendo que sair devido ao seu envolvimento com a Revolução de 1964. Formou-se em Ciências Contábeis e conseguiu grandes oportunidades de emprego, tanto no setor privado como no serviço público. Trabalhou na construção civil como chefe de escritório, na indústria de tecelagem, em Usina de Açúcar e Alcool, em empresa de transporte coletivo e na Secretaria de Administração da Prefeitura de Salvador, onde atuou durante 15 anos. Ao longo de sua trajetória profissional na vida civil, moveu processos judiciais para se reinserir na Marinha. Aposentou-se pelo INSS em 1994, mas continuou trabalhando. Apenas em 1999, deixou de

trabalhar no Serviço Público e se ocupou exclusivamente da gerência do restaurante, um pequeno empreendimento familiar que funciona das quintas-feiras aos domingos. Finalmente, em 2002, obteve aposentadoria da Marinha, pois na primeira gestão do Governo Luís Inácio Lula da Silva, houve aprovação da lei de anistia, antes medida provisória assinada em 2001 por Fernando Henrique Cardoso. Não percebe desvantagem em continuar trabalhando. É favorável à melhoria da política para o trabalhador que se aposenta. Entretanto, compreende que a tendência dominante é a de que a Previdência pagará o mínimo para o sustento dos aposentados, que precisarão buscar no período de trabalho, outras formas de conseguir algo a mais para quando se aposentarem. Local e data da entrevista: sua residência, em 31/07/07.

Júlio (68 anos, branco) é casado com Cláudia, também informante desta pesquisa. Atualmente, é ateu. Engenheiro de formação, trabalhou no Departamento de Estradas e Rodagens do Estado da Bahia (DERBA), elaborando projetos de Estradas. Fez Pós-Graduação em Engenharia de Tráfego, tendo também trabalhado com sinalização. Paralelamente, ajudava seu pai, proprietário de loja de moda feminina, que faleceu. Assumiu com a esposa a gerência do estabelecimento. Aposentou-se em 1997, aproximadamente. Continuou encarregado da loja. Trabalha para manter o padrão de vida, pois a aposentadoria que recebe não é suficiente. Pensa que a ociosidade propicia o envelhecimento precoce. A informatização da loja é algo recente. Acostumou-se com a rotina do trabalho e a atenção por ela requerida, lembrando da condição de dono do negócio. Considera que o surgimento de novas profissões cria necessidades de capacitação antes não existentes. Participa da entidade que fornece apoio aos lojistas, a Confederação de Dirigentes Lojistas (CDL). Local e data da entrevista: seu trabalho, em 07/08/07.

Lázaro (66 anos, não sabe a sua cor) é casado. Reside em casa própria, no bairro de Itaigara, com a esposa e um filho, que ainda é estudante de Engenharia Mecatrônica. As duas filhas são

casadas e residem no Rio de Janeiro. Tem quatro netos. É adepto da doutrina espírita. Estudou na Academia Militar do Rio de Janeiro, tendo sido oficial da área técnica de comunicação. Posteriormente, cursou o Instituto Militar de Engenharia. Trabalhou no Exército como engenheiro até se aposentar, em 1995. Passou dois anos atuando como engenheiro autônomo no mercado de trabalho em Salvador, mas não se adaptou. Aceitou convite para lecionar matemática e física no Colégio Militar, trabalho ao qual se dedica até hoje, em regime de 40 horas. Considera o aumento salarial e o efeito psicológico de se dedicar a uma atividade como as principais vantagens de continuar trabalhando. Aponta a falta de tempo para viajar como desvantagem da continuidade no trabalho. Utiliza microcomputador em seu trabalho e também para o seu lazer, quando estabelece contatos pessoais. Compreende que as oportunidades de emprego para as novas gerações estão complicadas, pois os concursos oferecidos funcionam como meio de arrecadar dinheiro dos candidatos. Por outro lado, percebe que os jovens não têm idealismo em fazer carreira pública, uma vez que prestam concurso visando estabilidade econômica. Pensa que as pessoas devem sempre buscar novos ideais e oportunidades. Local e data da entrevista: Hospital do Exército, em 30/11/07.

Leila (69 anos, branca) é solteira. Reside em apartamento próprio, no bairro da Barra, desde 1979. Tem uma irmã e um irmão, cinco sobrinhos e oito sobrinhos-netos. É católica não praticante. Iniciou a docência da língua inglesa no Colégio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, pertencente à rede particular, quando ainda era estudante do Instituto de Letras da UFBA. Diplomada, fez concurso para o Estado e continuou a ensinar no Colégio Estadual Severino Vieira, onde substituíra uma professora em gozo de licença maternidade, quando ainda não havia concluído o Curso de Letras. Recebeu uma bolsa da *Fulbright* para professores de inglês e fez curso em Universidade no Texas, ocasião em que ficou afastada do Estado. Ao retornar, assumiu suas atividades na referida escola pública. Ampliou sua atuação

profissional, pois passou a lecionar na Associação Cultural Brasil Estados Unidos (ACBEU) e em cursos de preparação, curto prazo, de professores, convênio entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a UFBA. Entre 1978 e 1979, fez um curso de Pós-Graduação com ênfase em Metodologia do Ensino da Língua Estrangeira em Universidade nos Estados Unidos. De volta a Salvador, continuou o trabalho no Estado, agora não mais em sala de aula, mas com atividades na Secretaria de Educação. Aposentou-se em 1993. Antes da aposentadoria, nos anos 1980, iniciou trabalho na Universidade Salvador, instituição particular de ensino superior, lecionando no curso de Processamento de Dados e também em outros, Letras e Administração de Empresas. Nessa instituição, exerce docência até hoje, por entender que o trabalho em sala de aula é muito gratificante, pois possibilita atualização constante devido à pesquisa e ao relacionamento afetivo e de aprendizagem mantido com os alunos. Utiliza microcomputador em seu trabalho, mas não com muito entusiasmo. Trabalha com carteira assinada, como professora horista. O salário extra, obtido com o trabalho pós-aposentadoria, oferece-lhe condição de vida melhor, incluindo ajuda aos sobrinhos quando necessário e pagamento de cursos, por exemplo. Entende que a realização de concursos públicos no Brasil é uma forma de garantir a estabilidade no emprego, pois quem trabalha em empresa privada vive em constante desgaste emocional devido à ameaça de desemprego. Começou a sentir-se cansada, pois acorda muito cedo para dar aula. Tem necessidade de descansar após o almoço e também de ter mais lazer, requerendo vida em grupos, pois é solteira e sua família não é grande. Opõe-se a grupos de terceira idade por achar que as conversas aí predominantes são fúteis, ressaltando, contudo, que pode mudar de ideia quanto ao assunto, vindo a integrar um desses grupos. É também aposentada do INSS. Local e data da entrevista: sua residência, em 26 / 01 / 06.

Letícia (55 anos, branca) é casada com Jessé, também informante desta pesquisa. É católica praticante. Formada em Filosofia e em Letras, começou a ministrar aulas de história, no ensino médio, em 1961. Iniciou a docência na rede estadual, mas deixou o ensino público, pois se casou e precisou acompanhar o marido, Oficial da Marinha. Lecionou em escolas particulares durante 17 anos. Fez pós-graduação em Administração Escolar, passando a atuar como supervisora, coordenadora e diretora em diferentes estados do Brasil em que sua família residiu: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e Bahia. Em 2003, aposentou-se pelo INSS. Não sentiu a aposentadoria por ter continuado como supervisora acadêmica das classes de alfabetização e das cinco primeiras séries em colégio tradicional da rede particular de ensino, em Salvador, cidade em que reside desde 1995. Trabalha com carteira assinada. Utiliza computador e internet no trabalho e em casa. O trabalho não interfere em seu lazer nem tampouco em sua vida conjugal. Compreende o contexto de oportunidades de emprego, para as novas gerações, como complicado devido à falta de empregos estáveis. Faz algumas restrições aos concursos públicos por achar que a forma como alguns são realizados não lhes confere seriedade. Reconhece entretanto a seriedade de outros. Entende que, em nome do rombo da previdência, estão sendo adotadas medidas políticas que cortam os benefícios dos trabalhadores. Local e data da entrevista: sua residência, em 23/08/07.

Luís (60 anos, branco) é casado. Reside, em apartamento próprio, no bairro de Brotas. Tem um filho, uma filha e uma neta, que moram com ele. Seus filhos trabalham como bancários e sua esposa é coordenadora pedagógica em Colégio Estadual. Todos contribuem financeiramente para a manutenção familiar da maneira que podem. É espírita. Formado em Química Industrial, ingressou no quadro da Marinha, como tenente, após ter concluído a Faculdade. Serviu nas cidades do Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Ilhéus e Salvador. No Estado da Bahia, na condição de capitão de corveta, fixou residência desde 1986, tendo

servido durante dois anos na cidade de Ilhéus. Aposentou-se da Marinha em 1986, mas continuou trabalhando nessa instituição por mais dois anos. Saiu da Marinha, pois foi gerenciar uma empresa de *Call Center*, prestadora de serviço de Telecomunicações da Bahia (TELEBAHIA), permanecendo aí durante dois ou três anos aproximadamente. Nessa ocasião, trabalhava com carteira assinada. Ficou desempregado devido à privatização da TELEBAHIA. Passou a fazer vistorias em navios. Há três anos, passou a prestar serviços como inspetor ou analista de riscos para uma empresa de riscos de engenharia. Atualmente trabalha sem carteira assinada. Qualifica as oportunidades de emprego para as novas gerações como esquisitas devido às exigências do mercado. Percebe as chances de trabalho oferecidas pelo Estado quando realiza concursos públicos. Local e data da entrevista: sua residência, em 31/10/07.

Márcia (63 anos, afrodescendente) é viúva. Tem dois filhos, duas filhas e três netos. Há dois anos reside, em apartamento próprio, no bairro do Horto Florestal. Uma filha e seu genro com ela co-habitam. Sua mãe tem 90 anos. Formada em Enfermagem, passou a lecionar na UFBA. cursou Mestrado e Doutorado. Administrou bem a criação dos filhos e a vida profissional, pois cuidou dos filhos e sempre trabalhou o dia todo sem deixar de viajar a estudo e para congressos. Trabalhou nessa instituição durante 25 anos. Aposentou-se em 1991, pois temeu que as medidas do presidente Collor exigissem mais tempo para que os trabalhadores se aposentassem. Após a aposentadoria, esteve inserida em projeto de pesquisa, na UFBA, durante três anos. Deixou a UFBA, pois recebeu convite da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) para implantar o Mestrado de Saúde Coletiva. Nessa instituição, passou um ano e meio na condição de professora visitante. Foi convidada para fazer concurso, passando a integrar o seu quadro técnico. Compreende que o seu trabalho após a aposentadoria é vantajoso, uma vez que possibilita a formação de outras pessoas e o recebimento de um

salário adicional que a ajuda financeiramente, quer seja proporcionando lazer à família, quer seja ajudando um neto. Os colegas de trabalho valorizam sua experiência. Não tem paciência em utilizar o computador; suas alunas, bolsistas do CNPq, é que fazem o trabalho de informática, incluindo o uso da *internet*, quando precisa. Entende que os concursos públicos proporcionam estabilidade no emprego, incentivando todos os seus filhos a eles se submeter. Local e data da entrevista: sua residência, em 13/06/07.

Maria (66 anos, branca) é solteira. Reside, em apartamento próprio, no bairro da Graça, com sua irmã e a família de sua sobrinha (marido e filha). Acredita na doutrina espírita. Há muitos anos, sustenta a família. Iniciou o trabalho, como professora primária, em 1962. Durante oito anos, trabalhou no setor público e no privado. Posteriormente, concluindo o curso universitário de Pedagogia, prestou concurso para o Ensino Médio da rede estadual. Trabalhou em coordenação pedagógica e também na Secretaria Estadual de Educação. Paralelamente à atividade desenvolvida no Estado, trabalhou também como professora da UFBA, instituição em que ingressou, através de concurso, em 1974. Aposentou-se do Estado em 1988 e da Universidade em 1992. Antes de aposentar-se como professora universitária, realizava assessoria pedagógica e consultoria educacional em instituições públicas (secretarias estaduais, por exemplo) e particulares, escolas de nível superior. Após sua segunda aposentadoria, continuou desenvolvendo esses trabalhos sem carteira assinada. O retorno financeiro é fundamental para a manutenção familiar, pois complementa a renda e proporciona certa tranquilidade. Não utiliza computador e *internet*, recorrendo aos serviços de uma digitadora. Vive uma roda-viva no trabalho, que não dá espaço para o lazer. Precisa rever esse procedimento. Entende que as oportunidades de emprego para as novas gerações são desalentadoras. Aponta, contudo, a criatividade e o empreendedorismo como possíveis saídas. Percebe que as instituições públicas estão evitando os concursos, utilizando contrato

temporário também conhecido como Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Compreende que a política governamental dirigida aos aposentados não contempla a qualidade de vida dessas pessoas, tratando-as como descartáveis. Local e data da entrevista: sua residência, em 28/06/07.

Mariana (65 anos, não sabe a sua cor) é casada. Tem duas filhas e um neto. Há dois anos, reside com a filha primogênita, médica veterinária, em apartamento próprio, no bairro da Federação. Antes, morava de aluguel no bairro da Barra. Seu marido é francês, atualmente, mora e trabalha na França. É católica por princípio e espiritualista por opção. Professora de francês, iniciou sua trajetória de ensino lecionando português em Colégio Estadual na cidade de Ilhéus-Ba, onde nasceu e residiu até se casar, quando foi para a França. Nesse país, morou durante 10 anos e teve suas filhas. De volta ao Brasil, fixou residência em Itabuna, município em que seu marido tinha um restaurante. Nessa cidade, retomou o magistério e trabalhou como vendedora de Enciclopédias Barsa em escolas particulares. Mudou-se para Salvador com a família na ocasião em que suas filhas se preparavam para prestar Vestibular. cursou Letras na Universidade Católica do Salvador e, ao se formar, fez concurso para o Estado, passando a ensinar no ICEIA (INSTITUTO CENTRAL DE EDUCAÇÃO ISAÍAS ALVES). Lecionou na UEFS, como professora substituta, durante quatro anos. É aposentada do Estado desde 2003. Atualmente, ministra aulas particulares de francês em sua residência. Não utiliza microcomputador em seu trabalho por contar com o auxílio das filhas. Seu marido e suas filhas a ajudam nas despesas domiciliares. Trabalha voluntariamente como secretária da Associação de Professores de Francês do Estado da Bahia (APFEBA). Pertence a um grupo de teatro amador e gosta muito dessa atividade. Integra o grupo de teatro de aposentados do Estado da Bahia há dez anos, atualmente participando de suas atividades com mais

assiduidade e determinação por dispor de mais tempo. Local e data da entrevista: Aliança Francesa, em 30/10/06.

Rose (66 anos, não sabe a sua cor) é casada. Tem um filho e não tem netos. Há 26 anos, mora, no bairro de Piatã, em casa própria. Tem formação católica. Formada em letras pela UFBA, exerceu a profissão de professora durante toda a sua vida, lecionando disciplinas afins (português, francês e latim) desde a graduação. Fez concurso depois de dois anos de diplomada, passando a ensinar francês e português em Colégio Estadual. Fez bolsa de estudos na França e, ao voltar, retomou o ensino. Prestou concurso para a Universidade Federal da Bahia e foi aprovada. Ao se aposentar do Estado, em 1989, assumiu regime de dedicação exclusiva na UFBA, instituição em que se aposentou em 1995, pois o Governo da época ameaçava cortar vantagens do magistério. Continuou a trabalhar em cursos de formação de professores na Secretaria de Educação do Estado e também na Prefeitura, maneira que encontrou de não impedir a entrada de jovens que ainda não tinham conseguido entrar no mercado de trabalho. Trabalha sem carteira assinada, através de contrato temporário. Seu filho é estudante universitário e ainda não ingressou no mercado de trabalho. Percebe as dificuldades dos jovens para encontrar emprego, salientando que os mais preparados têm mais chances. Compreende os concursos públicos como uma indústria, cujo interesse central é lucrar com a taxa de inscrição. A remuneração obtida com o trabalho pós-aposentadoria ajuda muito na manutenção do orçamento familiar, permitindo tranquilidade. Utiliza micro-computador na preparação de material e também recebendo correspondências eletrônicas. Local e data da entrevista: sua residência, em 19/03/07.

Sílvia (62 anos, morena) é casada há 40 anos aproximadamente. Reside em apartamento próprio, no bairro da Pituba, apenas com o marido. Tem três filhas e quatro netos, três

meninas e um menino. É católica praticante. Professora de Biologia, iniciou carreira ministrando aulas no Colégio de Aplicação e na Universidade Federal da Bahia, onde ensinou Zoologia. Os encargos da maternidade levaram-na a pedir demissão da Universidade, que lhe solicitava dedicação exclusiva, passando a lecionar no ensino médio, Escola Estadual, somente em um turno. Antes de findar seu tempo de trabalho no Estado, ministrou aulas no Colégio Mercês, da rede particular de ensino, onde trabalhou no curso fundamental. Considera ter sido essa experiência uma das mais gratificantes de sua vida, pois percebeu seu enriquecimento profissional ao aprender a lidar, em sala de aula, com os “pequenos”. Aposentou-se do Estado em 1994. Logo em seguida, fez concurso para a Escola Técnica Federal (CEFET / SALVADOR-BA), passando a integrar seu quadro de professores efetivos. Nessa instituição, trabalha em regime de dedicação exclusiva, deixando o ensino na escola particular. Sente muita satisfação e prazer na docência, não só por compreendê-la como uma vocação como também por gostar de trabalhar com jovens. Busca alertar seus alunos sobre a competitividade predominante no mercado de trabalho, ao tempo em que segue as orientações, fornecidas pelo Governo, de formar empreendedores. Emprega o microcomputador o tempo todo em seu trabalho, utilizando a *internet*, realizando pesquisa e elaborando prova. Embora tenha se beneficiado com as aulas suplementares no Estado, o rendimento obtido no trabalho pós-aposentadoria é essencial para a complementação da renda, tendo em vista a defasagem de seu salário. Suas filhas constituíram família e são independentes financeiramente. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 05/02/07.

Vitória (52 anos, não sabe a sua cor) é casada e tem três filhos, uma moça e dois rapazes gêmeos. Reside em casa própria, no bairro do Imbuí, há 15 anos. É espírita praticante. Formada em Contabilidade pela UFBA, fez concurso para o quadro técnico dessa instituição, exercendo, inicialmente, a função de datilógrafa. Depois, passou a atuar na área de

contabilidade, nessa instituição. Lecionou matemática durante quatro anos, à noite, no ensino médio. Aposentou-se em 1998, temendo a perda de direitos adquiridos pelos funcionários públicos, pois, na ocasião, o governo ameaçava adotar medidas que os prejudicassem. Planejou começar um trabalho novo e que fosse fora de sua área profissional, mas continuou a trabalhar em contabilidade. Conseguiu inserção em empresa que presta consultoria para empresas municipais. Fez cursos de Gestão e Administração Pública para aperfeiçoar o exercício da profissão. Trabalha sem carteira assinada. O retorno financeiro é essencial no orçamento familiar, uma vez que seus filhos são universitários e apenas estudam. Trabalha atualmente por necessidade de manter os estudos de seus filhos. Acrescenta também que os aposentados ocupam a vaga das pessoas que saem da Universidade e não conseguem trabalho. Frequentemente utiliza o microcomputador em seu trabalho, mas o uso da *internet* não é intenso. Considera os concursos públicos como uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Entende a necessidade do aposentado desenvolver qualquer atividade, mesmo que não trabalhe em sua área, por uma questão de sobrevivência psíquica. Não se sente tão disposta quanto antes. Sonha em abrir uma lojinha e comercializar artesanato, cerâmicas e outras peças manufaturadas, como tecido e tela. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 11/01/07.

Wilson (72 anos, branco) é casado. Reside em casa própria, no bairro de Brotas, com sua esposa. Tem dois filhos e três netos, dois meninos e uma menina. Seus filhos trabalham, são independentes e constituíram família. Sua esposa é dentista e exerce a profissão. Considera-se chefe de família, pois é o provedor econômico. Segundo o informante, a renda de sua esposa é para ela própria. Acredita em Deus. Começou a trabalhar quando ainda criança, aos 12 anos, como funcionário do Estado de Minas Gerais. Posteriormente, fez concurso para o Banco de Crédito Real e lá trabalhou durante três anos. Em seguida, prestou concurso para a

Aeronáutica, tendo trabalhado nessa instituição por 15 anos, como sargento controlador de vôos. Kursou Odontologia na UFBA e também licenciatura. Kursou Medicina na Fundação Baiana de Ciência e Tecnologia. Pertenceu ao quadro do Exército na condição de médico e também foi professor de Odontologia da UFBA. Na primeira instituição, aposentou-se em 1985 e, na segunda, em 2006. Após a segunda aposentadoria, iniciou curso na Faculdade de Música da UFBA por não ter o perfil de ficar em casa. Também continuou trabalhando em Consultório Odontológico particular, localizado na Avenida Sete de Setembro. Deposita esperança no Programa de Emprego direcionado aos jovens pelo atual governo. Percebe a seriedade de alguns concursos públicos como aqueles realizados pelas Forças Armadas, embora questione o caráter sério de outros tantos que inscrevem muitos candidatos para preenchimento de pouquíssimas vagas. Local e data da entrevista: seu trabalho, em 09/11/07.

Na tentativa de reconhecer tanto os elementos similares quanto os aspectos divergentes das narrativas, agrupei os pesquisados em relação às atividades ocupacionais que desenvolveram tanto antes a aposentadoria quanto após. Esse exercício possibilitou agregar os profissionais da educação, identificando aqueles que lecionaram no ensino médio; os docentes de nível superior e a informante professora do ensino primário. Interessante observar que no ensino médio e primário encontram-se apenas mulheres: Ana, Cláudia, Diana, Emília, Gisela, Letícia, Mariana e Sílvia. As informantes Letícia e Gisela trabalharam em instituições educacionais particulares de nível primário, ambas dedicaram-se às séries primárias e à alfabetização e, depois da aposentadoria, passaram a desempenhar atividades em secretaria e coordenação de escolas da rede privada. Quanto aos docentes de nível superior são Cecília, Célia, Celso, Eduardo, Felipe, Hélio, Joilson, Leila, Márcia, Rose e Wilson.

Os pesquisados que trabalharam na docência antes da aposentadoria e continuaram ensinando ao se aposentar são Cecília, Célia, Celso, Dalva, Hélio, Joilson, Leila, Márcia,

Mariana e Sílvia. Maria e Rose também continuam a atuar na área educacional após a aposentadoria, sendo que Maria não mais leciona, apenas coordena projetos pedagógicos. Já Rose coordena projetos pedagógicos e também ensina. Curioso notar o caso de Lázaro, que trabalhou no Exército como engenheiro. Ao se aposentar, continuou a profissão, em Salvador, durante dois anos, mas como autônomo. Por não ter se adaptado, passou a lecionar Matemática e Física no Colégio Militar.

Em referência às professoras de ensino médio, algumas delas como Cláudia, Diana, Letícia e Sílvia relataram sobre a necessidade de conciliação entre a carreira profissional, o casamento e a maternidade. Cláudia disse que embora seu marido tivesse criado dificuldades para a sua inserção profissional quando ela passou no concurso do Estado, alegando que suas responsabilidades de mãe seriam afetadas, ela enfrentou os embargos e conciliou a maternidade e o trabalho. Já Letícia não conseguiu seguir na carreira docente no Estado devido ao fato de o trabalho de seu marido, oficial da Marinha, solicitar residência em várias cidades do Brasil. Letícia escolheu trabalhar na rede particular de ensino. Tanto Diana quanto Sílvia não conseguiram conciliar a maternidade e o ensino universitário, que requeria trabalho em dois turnos. Optaram, então, pelo ensino médio no Estado com regime de trabalho de um turno.

No tocante aos professores de nível superior, Cecília, Célia, Celso, Dalva, Eduardo, Felipe, Helio, Joilson, Maria e Rose iniciaram a docência no ensino médio. Ao longo da docência na Universidade, alguns deles como Maria e Rose disseram dividir o tempo de trabalho na Universidade e no Estado. Ambas aposentaram-se antes pelo Estado e depois pela Universidade. Já Celso conciliava as aulas na Universidade e as atividades de auditor fiscal do Estado.

Quanto aos técnicos, todos pertencentes às instituições estaduais e federais, dois, Fabrício e Júlio, são engenheiros de formação e trabalharam em empresas estatais. As

contadoras, Ana Luísa e Vitória, atuaram na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e na UFBA, respectivamente. Elias e Fábio, administradores de formação, trabalharam na UFBA; foram colegas nessa instituição e estiveram envolvidos na reforma administrativa universitária, ocorrida nos estados do Nordeste em 1970. Após a aposentadoria, Ana Luísa, Fábio e Vitória passaram a integrar o quadro de consultores de uma mesma firma em Salvador.

Os pesquisados Cássio, Jessé e Luís integraram o quadro da Marinha e Wilson, Jorge e Lázaro são aposentados do Exército. Apenas Jorge e Lázaro continuam trabalhando em instituições militares. Jessé, Lázaro e Luís mencionaram que devido à carreira militar moraram em várias cidades do Brasil. Esse fato não deixou de trazer ônus para a família como a mudança de escolas dos filhos com frequência e a dificuldade de formar laços de amizade com a vizinhança.

Certamente, “As trajetórias profissionais dos informantes” estão entremeadas por aspectos da vida privada como o estado civil e os encargos assumidos para a manutenção familiar, uma vez que muitos pesquisados prestam ajudas financeiras para os parentes. O leitor poderá conferir o desenvolvimento cuidadoso dessa consideração no capítulo seguinte, “As relações entre família e trabalho”.

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO

3.1 REVISITANDO IDENTIDADES SOCIAIS

Este capítulo apresenta, inicialmente, um breve debate suscitado pelas Ciências Sociais sobre família e trabalho, identidades sociais correlacionadas. Enfoca também abordagens que tentam definir família na contemporaneidade. Em seu desenrolar mostra que o conflito e a solidariedade geracional perpassam o processo de reprodução social, identificando tal dialética nas narrativas dos pesquisados que compuseram minha amostra, sobretudo quando se referem ao desemprego juvenil.

O caráter arbitrário assumido pelas divisões por idade em realidades sociais específicas demarca disputa e redefinição de poderes entre grupos sociais distintos (BOURDIEU, 1983). Dessa maneira, os grupos de idade, constitutivos das mais variadas formas de organização social através da elaboração de categorias etárias, impõem visões e condutas sociais, operam recortes no todo social, estabelecem direitos e deveres, definem relações entre gerações e distribuem poder e privilégios, contribuindo para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos (BOURDIEU, 1983; DEBERT, 1998).

A divisão sexual do trabalho, tema de muitos debates feministas nos anos 1970 e 1980¹, é tratada por Hirata (2002), que tenta responder ao questionamento: Identifica-se, hoje,

¹ No início dos anos 1970 na França, um grupo de pesquisadores, vinculados ao *Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail*, Grupo de estudos sobre divisão social e sexual do trabalho (GEDISST), abordou a problemática da divisão sexual do trabalho, contribuindo para a passagem das categorias neutras para as categorias sexuadas e o questionamento que essa passagem suscita em relação aos conceitos e às teorias existentes nas ciências sociais. Entre os anos 1985-1987, os profissionais da referida equipe “concentraram-se, por um lado, nas transformações dos assalariados e dos significados do trabalho doméstico e, por outro, na evolução tecnológica (especialmente as novas tecnologias e a divisão sexual do trabalho), no emprego, na qualificação, nas modalidades diferenciadas de gestão da mão-de-obra, na divisão sexual dos postos, das ocupações e das profissões, nos movimentos sociais, nas reivindicações e conflitos” (HIRATA, 2002, p. 278). Segundo Hirata, o GEDISST é denominado hoje *Genre et rapports sociaux*, Gênero e relações sociais (GERS).

a emergência de uma nova divisão sexual do trabalho? Essa autora considera permanência e variabilidade como aspectos indissociáveis e imprescindíveis na análise das evoluções recentes sobre o tema, afirmando que sua hipótese é a de que o tempo das mudanças na divisão sexual do trabalho não é o mesmo tempo das mudanças nas relações sociais de sexo / gênero. Em seu entender, as relações sociais de sexo / gênero perduram e são mais refratárias às mudanças que acabam ocorrendo devido aos movimentos sociais, sobretudo àqueles autônomos de mulheres.

Hirata (2002) reconhece ter havido mudança na divisão do trabalho doméstico, nos grandes centros urbanos brasileiros, em decorrência da inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho, isto é, da sua grande participação em atividades profissionais fora do domicílio. Todavia, a autora assinala seu caráter tópico e considera não atingir o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas, pela sociedade, exclusivamente às mulheres. De acordo com Hirata, a integração do trabalho doméstico e a divisão sexual do poder e do saber são questões constitutivas da divisão sexual do trabalho. Também considera que as dimensões constitutivas do tempo das relações sociais de sexo (evolução, rupturas e continuidades) não são as mesmas que as esferas formadoras do tempo das relações capital / trabalho². Propõe, então, o uso de abordagens históricas e antropológicas em perspectiva comparativa, para analisar as continuidades e persistências concernentes à divisão sexual do trabalho.

A pesquisa que realizo no espaço soteropolitano tem como eixo norteador que a esfera pública e a privada estão correlacionadas quando se consideram as trajetórias profissionais dos informantes. José, por exemplo, na sua entrevista, comenta que sempre diz às suas filhas

² Em seu entender as mudanças na divisão sexual do trabalho remetem imediatamente às conjunturas econômicas e às relações de classe. Salienta: “O que não quer dizer que as relações de força entre homens e mulheres não desempenhem um papel nessas mudanças e que as continuidades remetam sobretudo às relações sociais de sexo, ou a uma das dimensões temporais dessas relações” (HIRATA, 2002, p.286).

sobre os dois segmentos importantes em sua vida (trabalho e família), destacando a necessidade do trabalho para se obter harmonia familiar.

Esta investigação social, contudo, não perde de vista o entendimento de Sennet (1988), para quem o mundo moderno enfatiza a vida pessoal de maneira desmedida e esvazia de sentido a esfera pública, características resultantes das construções históricas forjadas pelas transformações ocorridas na cultura ocidental urbana, secular e capitalista³. Além disso, o eixo condutor desta pesquisa remete a um enfoque relativizador do modelo parsoniano de família moderna⁴, que preconiza a separação entre o espaço público associado ao mundo do trabalho, representado pela rua e expressão do masculino, e o privado, marcado pela intimidade e pelo afeto, em que predomina a mulher como elemento ativo da privacidade e da casa.

A compreensão da família como uma unidade organizacional mutável, que transforma e é transformada pela sociedade, refuta, portanto, a abordagem que a trata como esfera fixa, isto é, determinada e autônoma em relação à sociedade. Nesse sentido, Bilac (1995) considera impossível se diferenciar claramente o público e o privado⁵, embora os referidos âmbitos sejam regidos por éticas distintas: o público baseia-se na ética do trabalho, que forja a

³ Na obra *'O declínio do homem público: as tiranias da intimidade'*, Sennett (1988) argumenta que as noções de privacidade e de domínio natural do eu foram construídas no Ocidente a partir do século XIX e fundamentaram noções como a de direitos humanos. Assinala, por sua vez, que a noção moderna de direitos humanos surge da oposição entre natureza e cultura e se pauta em definições do século XVIII, tais como: 1) vida, liberdade e a busca de felicidade; 2) liberdade, igualdade e fraternidade. O autor formula: "Nossos antepassados lutaram para encontrar imagens e experiências que pudessem de algum modo exprimir essa oposição, de maneira a atribuir uma forma social concreta à busca da felicidade. Um dos caminhos que utilizaram para exprimi-lo foi por meio da distinção entre o público e o privado" (SENNETT, 1988, p. 118).

⁴ Bilac (1995) faz críticas ao modelo de família operária (pai trabalhador, mãe em casa e criança na escola), que corresponde ao contexto do capitalismo europeu e norte-americano nos anos 1950. Para a autora, seu emprego generalizado pelo senso comum para se referir à sociedade brasileira conduz a equívocos, uma vez que a sua realização integral acaba se restringindo a alguns poucos segmentos das classes médias, pois tem como pressuposto um nível mínimo de participação social, isto é, de acesso ao trabalho regular, à moradia e à escola. Bilac reporta-se ainda a Roussel, para quem, quando Parsons sistematizou o modelo de família moderna, este já estava se alterando.

⁵ A autora entende que a reprodução pela família se configura como um jogo contraditório em que o público constantemente invade a família seja por meio da transformação do espaço familiar em espaço de trabalho (como no caso do trabalho feminino em domicílio, ou do trabalho autônomo); seja através de meios de comunicação de massa, que dirigem discursos genéricos para todos, fazendo-nos sentir participantes e, ao mesmo tempo, construtores da imagem do "outro" diferente de nós; seja ainda através da imposição de horários e de sujeições externas (o horário da escola, a dependência do sistema de saúde, da previdência...) (BILAC, 1995, p. 54-5).

construção da identidade social de trabalhador, e o privado assenta-se na ética da reprodução e da família, que fomenta a elaboração de identidades como as de mãe, pai e filhos.

Ademais, a família, enquanto grupo social concreto, empiricamente delimitado, é perpassada por discursos sociais e construções ideológicas vigentes no meio cultural e no âmbito histórico mais amplo em que se insere (ROCHA-COUTINHO, 2006).

Na tentativa de verificar como o pensamento social, relativo ao processo de construção das nações, incorpora as relações entre mulheres e homens no seu quadro interpretativo, Scott (2004) sugere interpretá-las à luz das esferas simbólicas, normativas, transitivas e contextualizadas que as perpassam. Quanto à dimensão simbólica, o autor examina o controle da sexualidade e a formação da domesticidade na formação populacional brasileira, procurando os significados das relações sociais associadas à formação de alianças coletivas e às trocas⁶ feitas no processo constitutivo da população nacional. As características transitivas e contextuais desses significados devem-se à complexidade das mudanças ocorridas com o passar do tempo.

Os temas família e gênero no Brasil foram estudados por autores nacionais e estrangeiros como uma sucessão histórica específica com enfoques no estudo da população brasileira durante o século XX (SCOTT, 2004). Em análise dos contextos históricos em que as principais ideias sobre os referidos assuntos foram produzidas, o autor destaca que tais ideias estiveram associadas à discriminação racial e à miscigenação. Nessas análises, identifica também lugar especial para famílias patriarcais, famílias nucleares urbanas, famílias empobrecidas matrifocais e famílias alternativas diversas, assinalando que cada um desses

⁶ Na parte introdutória do texto “Família, gênero e poder no Brasil do século XX”, Scott (2004) afirma inspirar-se em parte, na observação de Lévi-Strauss de que a troca de mulheres é a base para toda organização social, iniciando e completando circuitos sociais caracterizados por reciprocidade e alianças. “Agora, ainda mais do que no início, é óbvio que não podemos tomar a ideia de circulação de mulheres literalmente, já que não é possível tratar nações adequadamente como agrupamentos de linhagens exógamas. Mesmo quando essa ideia é traduzida para assuntos um pouco mais palpáveis de formação da família, de controle da sexualidade e da construção de noções de domesticidade, ela ainda fica aquém da possibilidade de dar conta dos muitos fatores que compõem a construção da nação.” (SCOTT, 2004, p. 50)

períodos expressa as transformações de posição do Brasil na rede complexa de relações internacionais, em constante mutação. Revela, também, que esse fator se relaciona diretamente às diferenças de gênero na sociedade brasileira.

A concepção de família conjugal moderna, surgida no processo político de fortalecimento do Estado⁷, por sua vez, suscita diferentes significados, elaborados por cientistas sociais para tentar compreender, sobretudo a partir do segundo decênio do século XX, mudanças processadas nas relações entre os sexos e as gerações no Ocidente, tais como: controle mais intenso da fecundidade, autonomia relativa da sexualidade desenvolvida na vida conjugal (o exercício da atividade sexual não mais circunscrito à esfera do matrimônio passa a ser socialmente aceito), inserção da mulher no mercado de trabalho, questionamento da autoridade paterna, atenção e desenvolvimento às necessidades infantis etc.. As mencionadas transformações demarcaram, no funcionamento interno das famílias, um espaço maior à expressão pessoal e à autonomia de cada um de seus membros (ROCHA-COUTINHO, 2006). A partir da segunda metade do século XX, a família conjugal moderna passou a se fundar no casamento por amor e na livre escolha do cônjuge, ocorrendo substituição de rígidas posições hierárquicas tradicionais e havendo predomínio de maior valorização da vida subjetiva daqueles que a compõem (ROCHA-COUTINHO, 2006; SINGLY, 2000).

A mudança de estatuto da família é destacada por Singly, pois a considera mais como espaço relacional do que como instituição. Assinala ainda suas características de individualização e de autonomização de seus membros, (2007)⁸, considerando que o elemento

⁷ Em comentário ao texto de Durkheim “La famille conjugale”, publicado na *Revue Philosophique*, em 1921, Singly (2007) afirma que na visão durkheimiana, o Estado tende a substituir a dependência existente entre as gerações no âmbito familiar, propiciando-lhes dependência direta devido à solidariedade estatal estabelecida. Talvez, a atualização desse entendimento autorize compreender que as sociedades caracterizadas por contextos políticos em que o Estado reduz sua intervenção social, sobretudo quando deixa de criar empregos, tendem a intensificar a solidariedade privada, ou seja, aquela estabelecida entre os membros familiares.

⁸ Orientado pelo ensejo de melhor exemplificar as transformações processadas na família ocidental, especialmente a européia, durante o século XX, Singly (2000) cria as tipologias família moderna 1 e família moderna 2. A primeira, predominante até os anos 1960, está centrada nos adultos, que estão a serviço do grupo, principalmente das crianças, tendo o homem o dever de se dedicar ao trabalho e é esperado da mulher que se ocupe das crianças e do marido em casa, assegurando a felicidade de cada um deles. O segundo modelo, família

central não é mais o grupo reunido, e sim os membros que a constituem⁹. Esse enfoque legítima, nas pesquisas, o uso de análises de comportamento dos indivíduos na família, que são tratados como fundamentais para entender a valorização da autonomia individual. Por conseguinte, crescem as opções pelas abordagens metodológicas pautadas nas trajetórias e histórias de vida, nos percursos e cursos de vida (PEIXOTO in SINGLY, 2007, p.16).

A tendência à individualização da família moderna, indicada por Singly (2007), quando relacionada aos casos encontrados em minha pesquisa, é passível de relativização, haja vista que alguns dos aposentados voltaram a trabalhar com o objetivo de ajudar financeiramente os parentes. Como foi mostrada no capítulo anterior, especificamente na subseção “Preservação da solidariedade familiar” e no Quadro Resumo 3, tal situação é vivenciada por Ana, Ana Luísa, Cássio, Cecília, Célia, Celso, Diana, Eduardo, Elias, Fábio, Felipe, Hélio, José, Leila, Márcia, Maria, Rose e Vitória.

3.2 CONFLITO E SOLIDARIEDADE GERACIONAL: DINÂMICA NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

No universo que pesquisei em Salvador-Bahia, as mulheres reconhecem-se de maneira carinhosa como avós e tias-avós, mas, pelo fato de trabalharem, não assumem os encargos da reprodução social para que filhas e noras trabalhem. Algumas delas, em horários livres, negociam com filhas e noras para buscar neto em escola, brincar e cuidar deles. Procedimento diferenciado foi verificado na pesquisa de Lins de Barros (1987), quando enfoca o ponto de

moderna 2, também designada individualista e relacional, passou a prevalecer a partir dos anos 1960, vigorando até os nossos dias, assentando-se no compromisso entre as reivindicações dos indivíduos em se tornarem autônomos e em seus desejos de continuar a viver, no âmbito privado, com uma ou mais pessoas. De acordo com o autor, o segundo não está em ruptura completa com o primeiro.

⁹ Singly (2007) aborda os comportamentos interpessoais no âmbito conjugal, procurando demonstrar que, nas sociedades contemporâneas ocidentais, os indivíduos não se parecem com aqueles das gerações precedentes, devido ao surgimento do indivíduo original e autônomo, resultante da imposição dessas sociedades, as quais fazem vigorar razões tanto ideológicas quanto objetivas. Salienta que a procura de si não traduz, primordialmente, narcisismo; solicita, contrariamente, destaque do olhar dos outros.

vista de avós pertencentes às camadas médias¹⁰ do Rio de Janeiro, no início dos anos 1980, quanto à separação de casais, ao trabalho feminino e à liberação feminina. No universo de mulheres entrevistadas pela mencionada pesquisadora, algumas haviam trabalhado e outras não. Todas elas, contudo, apoiavam as filhas que trabalhavam, ocupando-se dos cuidados com os netos. As informantes de Barros identificavam-se como avós-babás, percepção de identidade social familiar que não ocorre no universo que pesquiso. No contexto da investigação que desenvolvo em Salvador-Bahia, ao ser indagada sobre as desvantagens de continuar trabalhando, a pesquisada avó menciona que poderia estar mais disponível para os filhos. Pondera, entretanto, que cada uma das suas três filhas construiu sua vida, sem nela apoiar-se muito. Não tinha nada de:

‘Não, eu vou trabalhar porque a minha mãe vai tomar conta de filho’. Não tinha nada disso. Todo mundo tem quem tome conta de seus filhos e eu curto meus netos. Precisa viajar; precisa que eu vá para a casa de uma ou que vá lá para casa... Eu adoro meus netos, adoro brincar com criança, eu amo criança, brincar de tudo o que for: eu tenho uma identificação plena com isso. Mas, eu não sou responsável por nada disso. Acho que quem tem que cuidar de tudo isso é mãe mesmo. Não é? (Sílvia)

Opinião semelhante expressa Wilson ao afirmar já ter criado os filhos e que os netos são criados pelos pais, seus filhos. Informa também que ajuda na criação dos netos porque gosta e não por obrigação. Cláudia, por sua vez, reconhece ser uma avó de fim de semana,

¹⁰ Alguns pesquisadores cariocas que desenvolvem investigação sociocultural, notadamente no Museu Nacional e sob orientação de Gilberto Velho, se defrontam em seus trabalhos com o valor heurístico da noção de “camadas médias”. Consideram insuficientes os conceitos de estratificação social e de classes sociais para tratar das discontinuidades observáveis em termos de *ethos* e de visão de mundo, nos grupos que investigam. Tendo o objetivo de expressar a autorepresentação dos segmentos estudados, os pesquisadores usam noções como grupo de *status*, *ethos* e *eidos*, bem como outros que privilegiam os aspectos simbólicos (SALEM, 1986). Os trabalhos desenvolvidos por Barros e Heilborn, por sua vez, enfocam que a compreensão da lógica simbólica e dos padrões éticos não pode apenas ser deduzida ou apreendida a partir de critérios socioeconômicos, mas também através de outras distinções de cunho mais simbólicos para a demarcação de fronteiras entre diferentes segmentos de camadas médias, pois os grupos investigados são afeitos à linguagem e ao *ethos* psicanalítico. Em suma, afirmam a impossibilidade de uma demarcação universal das identidades sociais. Com efeito, a identificação desses segmentos como “médios” não indica identidade substantivada, mas a identidade em situação ou em relação a outras identidades sociais (HEILBORN apud SALEM, 1986).

pois ao longo da semana telefona e passa e-mail para os netos. Afirma: “Procuro, na minha hora dedicada a eles, estar igual a eles: jogando com eles, conversando com eles, saindo com eles, almoçando com eles. Sempre gosto de estar participando da vida deles”. Já Márcia diz ter disponibilidade, durante dois dias na semana, para ficar com sua família e com os netos, destacando que seu trabalho não atrapalha de jeito nenhum. A informante esclarece que sua família considera positivo a sua continuidade no trabalho, pois ela está sempre bem humorada devido ao convívio com colegas, além de ter uma renda mais alta, podendo assim proporcionar ajuda aos netos e lazer aos filhos. Quando questionada sobre sua posição na família, outra pesquisada diz:

Eu tenho uma posição mais assim de avó, vamos dizer assim, de avó. Avó assim, aquela que não reclama muito, quer dizer, não dá muito limite, entendeu? É coisa de avó mesmo, entendeu? De fazer bolo pro neto, não é, sem querer responsabilidade, não é? Só que os carinhos, os beijos... O resto fica com o filho, o filho tem que cuidar porque eu já cuidei, não é? (risos). Agora é a hora dela (Emília).

No contexto investigado, portanto, a solidariedade familiar¹¹, que tanto se expressa por meio de contribuição material quanto se manifesta através de algumas ajudas prestadas nos cuidados com os netos, não significa o abandono de projetos pessoais, tal como o trabalho na aposentadoria. Os comentários dos informantes, ao se referirem às relações familiares, podem ser associados à inferência apreendida por Barros (2004) quando conclui que o modelo de família estudado apresenta-se como espaço onde se confrontam e se mesclam valores que privilegiam o indivíduo e que acentuam a importância do grupo social¹². Assinala também

¹¹ Essa abordagem foi motivada pela leitura de Attias-Donfutt (1995,1996), autora mencionada no capítulo 1.

¹² No texto “Família em Camadas Médias: uma Perspectiva Antropológica”, Salem (1986) examina a literatura que recorre ao marco teórico do individualismo / hierarquia tanto para qualificar a visão de mundo ou moralidade prevalente entre os “segmentos” médios quanto para caracterizar o modo preferencial através do qual se verifica a construção social da pessoa ou das identidades, quer individuais, quer familiares. Em seu entender, o fenômeno do individualismo, enquanto categoria teórica, pode ser focado sob dois planos, não necessariamente excludentes entre si: “De um lado, como um de seus desdobramentos, o indivíduo, agente

que, embora a família contemporânea ocidental tenha conhecido algumas transformações a partir dos anos 1960 (trabalho feminino, separação de casais etc.), pode-se perceber, na sociedade brasileira, a família como instituição fundamental para a construção da identidade pessoal, em que os outros significativos são, em geral e prioritariamente, o cônjuge e / ou o parceiro para um homem ou uma mulher, os pais para os filhos (e reciprocamente), tal como ressalta Singly (2000) ao considerar as sociedades da Europa Ocidental.

Nesta minha pesquisa, as informantes Diana e Sílvia (ambas professoras do ensino médio, de Inglês e de Biologia, respectivamente) relatam que, no início da docência, tentaram a vida acadêmica. Contudo, a instituição de ensino superior solicitava regime de dedicação exclusiva. Elas deixaram então a docência superior devido à maternidade. Dedicaram-se ao ensino médio porque demandava regime parcial de trabalho.

As trajetórias profissionais de Gisela e Letícia constituem exceções entre as informantes, ambas aposentadas pelo INSS. Gisela, apesar de mais de 70 anos, tem necessidade de trabalhar em escola particular do ensino primário durante as manhãs, pois é solteira, não tem filhos e apenas com a aposentadoria não poderia pagar o plano de saúde. Para ela, seus familiares aceitam sua continuidade no trabalho, pois não podem ajudá-la. Letícia, coordenadora pedagógica das séries iniciais em colégio da rede particular, em apenas um turno, trabalha por prazer e recebe a proteção da família: é casada, sendo o marido o provedor, e tem filhos profissionalizados. Quando questionada sobre o entendimento da família acerca do fato de continuar trabalhando, Letícia destaca a centralidade do trabalho em sua vida. Todavia, quando o gravador já estava desligado, essa informante mencionou que há uns três anos, aproximadamente, solicitou diminuição de carga horária na escola particular em

empírico, é erigido à categoria de sujeito moral e psicológico, isto é, ele passa a ser pensado e a se pensar como um ser liberto de redes sociais mais encompassadoras e também a se auto-representar como um ente singular, único e dotado de um *inner-self*. De outro, o fenômeno do individualismo diz respeito também à individualização de grupos que se destacam de instâncias sociais mais abarcantes: neste sentido, a família nuclear (ou o valor a ela imputado), enquanto um conceito que denota uma unidade desprendida de redes de parentesco mais extensas, constituiria também uma manifestação do individualismo” (SALEM, 1986, p.32-3).

que trabalha para ocupar-se dos preparativos do casamento de sua filha. Passou, então, a trabalhar um turno e como gostou da experiência, pois sobrou tempo para cuidar de si, continuou nesse regime de trabalho.

Entre os entrevistados, encontram-se três pares de casados (Cláudia e Júlio, Dalva e Fabrício, Jessé e Letícia) e dois pares de irmãos (Ana e José, Dalva e Ana Luísa). Isso porque, ao término das entrevistas, pedia, aos informantes, sugestão de outras pessoas que pudessem colaborar na pesquisa, e eles assim o fizeram. Ao final de 2007, ocorreu o falecimento de Dalva em decorrência de neoplasia no fígado.

Ao tratar também sobre as percepções dos pesquisados acerca das oportunidades de trabalho para as novas gerações, vale considerar o entendimento de Godard (1993). Em seu texto “Le conflit de Générations”, esse autor assinala que os conflitos entre gerações excedem aqueles entre pais e filhos, sendo norteados pela concepção de que, ao longo do tempo, as ligações geracionais se transformam e os lugares significativos de conflitos se deslocam. Assim, o autor reflete sobre alguns indicadores sociais relativos ao desemprego e aos sistemas escolar e de aposentadoria, constatando que esses, quando associados às questões etárias e de geração, apontam para conflitos geracionais que permeiam a existência dos indivíduos. Ainda ressalta que os conflitos e as concorrências entre gerações podem ser engendrados em decorrência de momentos específicos, como as mudanças empreendidas no sistema escolar francês e a crise econômica do capitalismo entre 1973 a 1975, que trouxeram sérias repercussões para o mundo do trabalho, a exemplo do desemprego juvenil, desdobrado, sobretudo, nos 1980.

A respeito das possibilidades de emprego para as novas gerações, Márcia expressa que, devido à grande oferta de mão-de-obra juvenil, na ocasião em que o jovem consegue um emprego, ocorre exploração (compactuada por ele mesmo), haja vista seu receio de perdê-lo, por haver dificuldade em encontrar um outro. Considera ainda que, às vezes, é melhor para o

jovem fazer um curso técnico do que um superior, caso este último não enseje oportunidade de trabalho. Já Vitória recorda que, em 78, ano de conclusão do curso superior, havia muitas possibilidades de absorção em instituições públicas: Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco Nacional de Habitação e Pólo Petroquímico eram algumas delas. Afirma que, ao deixar a Faculdade, ninguém de seu grupo ficou desempregado. O processo vivido por muitos jovens na atualidade é mencionado por ela: saída da Universidade e início de outras etapas de estudo como Especialização, Mestrado e Doutorado devido à falta de empregos. Desse modo, a inserção no mercado de trabalho é mais demorada. De maneira enfática, declara:

E eu penso o seguinte: nós aposentados, eu acho que a gente ocupa a vaga dessas pessoas que estão saindo do mercado. Mas a gente ocupa porque não tem outro jeito, entendeu? Eu poderia estar aposentada e vivendo com o dinheiro que eu ganho. Só que meus filhos não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Então, eu tenho que continuar sustentando. Então, é uma roda viva. Eu não sei como é que soluciono esta questão. Porque se os meus filhos estivessem trabalhando, ganhando seu próprio dinheiro, eu não precisaria estar no mercado de trabalho, ocupando a vaga de outro jovem. E aí, eu não sei como a sociedade, sei lá, vê isso e como vai ser resolvido¹³.
(Vitória)

Em outra passagem da entrevista, essa mesma informante declara a vontade de um de seus três filhos, estudante de Odontologia, de prestar vestibular para Medicina e, caso obtenha aprovação, deixar o curso de Odontologia. Comenta seu entendimento sobre as expectativas de seus filhos, que querem aliar satisfação profissional, inserção no mercado de trabalho e necessidade de ganhar dinheiro. Percebe que agonia é a resultante desse processo.

Jessé, por sua vez, informa sobre as conversas que estabelece com seus filhos acerca da questão profissional, a exemplo de escolhas, acertos, desacertos e metas a serem

¹³ A fala da informante encontra-se grifada, pois expressa, de maneira veemente, que o mercado de trabalho também se constitui em lugar de disputa e concorrência entre gerações.

cumpridas. Quanto aos conselhos, afirma que transmite experiência: “Pelo conhecimento que a gente tem na vida, vendo ou vivendo determinadas situações para que até dê a eles subsídio bastante para eles tomarem uma decisão segura sobre essas coisas.”

Não perdendo de vista o fortalecimento da individualização¹⁴ do trabalho e o aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores como consequências do regime de acumulação financeira, fundamentado no desenvolvimento das tecnologias informacionais, na mundialização financeira e na transformação do meio ambiente empresarial em rede, menciono o comentário de Rose quando se refere ao entendimento de como os colegas de trabalho entendem o fato de estar trabalhando mesmo aposentada e destaca que a competição no trabalho não apenas marca conflitos entre trabalhadores jovens e aposentados, mas está presente entre aqueles trabalhadores de idade avançada e aproximada que estão divididos em gerações diferentes devido à aposentadoria:

Ah... eu noto que alguns pensam assim: que eu já deveria estar aposentada naquele sentido de que eu não devo mais assumir atividades além daquelas que eu assumia antes – não iguais àquelas (...) E, então, eu penso que alguns colegas, eles são muito corporativistas e não querem dar chance ao aposentado. De um modo geral, pensam assim: o aposentado já tem uma regalia, um privilégio. E, então, quem está na ativa, o professor, de modo geral, ele faz o jogo entre aqueles que estão ali com eles. Eles raramente chamam o aposentado. Só chamam para aquilo que eles não querem fazer e acham que não é para professor da ativa. E tem sempre uma conotação que o professor aposentado pode estar desatualizado, que o tempo dele já passou. Existem, também, alguns colegas que, às vezes, me olham com algum respeito. (Rose)

Indagado também como os colegas de trabalho entendem o fato do informante continuar trabalhando, mesmo aposentado, comenta: “Aqui, eles aceitam normalmente.

¹⁴ Braga (2007) ressalta que a valorização do trabalhador se baseia cada vez mais naquilo que o diferencia dos outros trabalhadores e não naquilo que o torna comum aos demais.

Apesar de que alguém já disse que eu ocupo o lugar de um jovem, embora o cargo solicite experiência de idade e de cargo.” (Jorge) No que se refere ao ambiente de trabalho, interessante registrar a informação dada por Ana Luísa de que seu filho, desempregado na ocasião da entrevista, havia tentado há um tempo atrás trabalhar na firma de consultoria em que ela trabalha. Todavia, ele não gostou do emprego. Percebi que a informante evitou alongar comentários sobre esse fato, haja vista sua supervisora de trabalho encontrar-se próxima à sala em que a entrevista ocorria, sendo possível escutar aquela conversa.

Letícia diz sentir-se muito ativa e uma peça importante em seu trabalho¹⁵. Sabe que, nele, as pessoas dela dependem, daí as cobranças que lhe são feitas. Percebe que, na instituição em que trabalha, pode fazer muito ainda. Márcia, por sua vez, sente-se valorizada no seu trabalho atual e, sobre suas colegas, informa: “Embora, eu ache que tenham um preparo melhor, valorizam muito a experiência. Querem sempre me ouvir e eu acho isso muito positivo para mim. Entendeu?!”

A condição de provedor da família é ressaltada pelos homens entrevistados. Joilson comenta sobre a não aceitação de sua família da ideia de sua segunda aposentadoria, que não demorará a ocorrer. Já Antônio destaca que ora sua família entende a aposentadoria como momento de disponibilidade e lhe atribui tarefas, ora compreende a continuidade do trabalho após aposentadoria como algo sério que não o deixa disponível. Quando perguntado sobre como a família entende o fato de continuar trabalhando, Jessé diz perceber que seus filhos e sua mulher acham-no um cara vitorioso, tendo em vista que, depois de sua aposentadoria, várias oportunidades apareceram para ele, o que não é muito comum para outras pessoas. Outro informante afirma:

¹⁵ A ação, o labor e o trabalho são atividades humanas fundamentais, reunidas para designar a expressão *vita activa* pela filósofa Hannah Arendt (2001). Em seu entender, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.

Olha; eles até gostam (risos). Não é nem por causa do salário. É porque você tem alguma coisa para fazer. Alguma coisa para movimentar, para fazer com que sua cabeça continue trabalhando, funcionando. Porque a gente sabe que depois de uma certa idade, se a gente parar, começa a perder memória...essas coisas, não é? Então, é bom ter a cabeça sempre em movimento. (Luís)

Em alguns casos, a mencionada condição de provedor da família é reforçada, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos filhos no que se refere à conquista da independência econômica. Celso relata em entrevista que, embora sua esposa e sua filha tenham renda própria, é ele quem provê o sustento da casa, fornecendo o recurso para as despesas com os gastos básicos. Também José afirma sua condição de provedor da família, pois suas duas filhas, que residem em sua casa, trabalham, mas não conseguiram ainda emprego que lhes permitisse salário para autossustentação. Hélio, por sua vez, menciona que seus filhos adoram o fato de ele ser o fornecedor, também por ele não ficar em casa e não aborrecer ninguém. Esse informante se refere à troca de ideias entre ele e seus filhos, expressando o prazer de com eles estar, quer seja para conversar e rir, quer seja para criticar. Afirma: Às vezes eles tripudiam comigo. Às vezes juntam os três pelo fato de eu ser mais velho. Mas isso faz parte do convívio, a gente curte isso.

O diálogo e a troca de ideias na relação filial são elementos também mencionados por Jessé, que destaca, em sua entrevista, o apoio financeiro dado aos filhos quando resolveram não mais residir com os pais e montar o seu próprio espaço.

Esses comentários parecem coadunar-se com um modelo de família burguesa, predominante em camadas médias no Brasil, em que não mais vigora a imposição autoritária, e sim o diálogo entre pais e filhos (ROCHA-COUTINHO, 2006). A imagem de pai negociador foi àquela que, ao menos, esses informantes apresentaram durante a entrevista. Fábio, por exemplo, comenta sobre a boa comunicação que estabelece com sua família – esposa, filhas, netos e genro: “Eu acho que eu dei sorte porque a família é uma coisa muito

importante. É o grupo que sustenta tudo. Se você vai mal aí, eu acho que degradingo tudo. Não tenho problema, não. Por enquanto, eu acho que está tudo bem.” Nesse sentido, Da Matta (1987) considera que a família no Brasil não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, constitui também um valor através do qual tudo deve tender no sistema social.

Ainda no que se refere às relações filiais, o informante Felipe pondera sobre as conversas que ele e a esposa estabelecem com os filhos:

É engraçado! Essa parte ela (a esposa) tem feito melhor do que eu porque é... Como se diz, a mulher tem mais um instinto para perceber mais do que o homem. Às vezes, ela passa para mim: “Olha, o menino está com problema, tem que vê qual é?!” Oh, não percebi não e ela percebeu! (...) Uma vez ela sentiu que ele estava com um problema de síndrome do medo, de pânico. Então, ela percebeu bem antes de mim, começou a mostrar alguns comportamentos e era verdade. Aí, conversei com o menino, conversei, conversei mas não achei jeito de resolver. Levei para um psicólogo e ele frequentou algumas seções – realmente, começou a mudar. Em particular, eu acho que a mulher percebe muito mais rapidamente as coisas. Não sei se porque eu passo mais tempo fora de casa e quando eu chego em casa é para conversar rapidamente. Então, essas coisas tão sérias também, eu converso mais com ela porque ela passa para mim. Mas, sempre achamos um jeito de conversar, sem deixar que a coisa fique em vã, solta, sem percepção da gente.

Quanto ao espaço domiciliar, alguns informantes afirmaram não só coabitar com filhos, mas também com netos. Essa situação é vivida por José e Luís. Ambos contribuem na educação das netas, pois efetuam o pagamento da escola – suas filhas trabalham, mas o salário é pequeno. Durante as entrevistas realizadas com José e Luís, suas filhas não estavam no domicílio, o que talvez tenha facilitado tal comentário. Contrariamente, o mesmo não aconteceu com Maria, que, na ocasião da entrevista, estava na residência com a família de sua

sobrinha (marido e filha). Percebi que como o apartamento era pequeno, possuindo dois cômodos, e pelo fato dos outros membros familiares lá estarem, a informante foi lacônica quando lhe perguntei sobre a chefia da família e acerca do responsável pelas despesas da casa – há muitos anos, Maria é a provedora da residência¹⁶. Passados poucos meses após a entrevista, encontrei a pesquisada no *Shopping* e, no momento em que a cumprimentei, observei que retribuiu minha saudação com frieza.

A centralidade do trabalho aparece nas falas de alguns informantes quando indagados a respeito da continuidade do trabalho. No afã de ilustrar como o capitalismo flexível torna a força de trabalho das pessoas de mais idade obsoleta, Sennet (2005) analisa, no quinto capítulo, intitulado “Risco” de *A corrosão do caráter*, duas histórias de trabalho nos Estados Unidos: a de uma mulher de meia-idade pertencente à baixa classe média em New York e a de um engenheiro de 40 anos, consultor de empresas, residente em Boston na ocasião em que Sennet o entrevistou. Ao enunciar o preconceito etário remetido à força de trabalho, sintetiza a sentença “flexibilidade equivale a juventude; rigidez, a idade” (SENNET, 2005, p. 110). Sublinha que o objetivo desse preconceito é alcançar a fácil demissão de trabalhadores mais velhos durante a reengenharia nas empresas. Além disso, pondera: “A associação de idade com rigidez também explica grande parte da pressão que as empresas hoje exercem sobre os executivos para que se aposentem ao beirar os sessenta, mesmo que, mentalmente, estejam no apogeu” (SENNET, 2005, p. 110).

Sennet (2005) destaca, por sua vez, a percepção dos trabalhadores mais velhos quanto aos preconceitos de idade que lhes são direcionados: com o passar dos anos, a experiência da pessoa vai perdendo valor. Dessa maneira, comenta que o saber adquirido por um trabalhador mais velho sobre uma determinada empresa ou profissão pode atrapalhar mudanças novas

¹⁶ Ao longo da pesquisa, durante a realização das entrevistas, observei que alguns informantes, tal como Maria, foram reservados ao tratar dos laços de dependência financeira existentes na família. Essa situação foi também percebida nas entrevistas de Celso, Luís, Márcia e Rose. Portanto, indagações sobre aspectos financeiros (valor do salário e contribuições monetárias destinadas aos parentes) e questões de relacionamento interpessoal com familiares foram de difícil obtenção com alguns pesquisados.

ditadas pelos superiores. Por outro lado, a flexibilidade dos jovens torna-os mais maleáveis tanto em termos de assumir riscos quanto de submissão imediata à instituição.

Assinala ainda que a prática empresarial flexível se fundamenta na suposição de que a rápida mudança de qualificação é a norma, mencionando a política de redução de mão-de-obra acionada pelos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos nos anos 1980. Sobre o procedimento flexível, Sennet (2005) o compreende como uma maneira de solapar os direitos do trabalhador, sobretudo aqueles concernentes à recompensa financeira que lhe é reservada com a passagem do tempo. Para o autor, o preconceito etário gerado pelo trabalho flexível não torna aqueles que dele são vítimas apenas reféns do culto institucional da juventude. Também difunde a ideia de que experiência e acúmulo de aptidões são variáveis esvaziadas de sentido¹⁷, provocando, assim, um sentimento vergonhoso com o passar dos anos.

Hélio, por sua vez, considera que uma pessoa que se aposenta com, aproximadamente, 51 e 52 anos está com todo o pique e qualificada para o trabalho, considerando a aposentadoria de um indivíduo com 52 anos um desperdício social. Em seu entender, se tiver energia, o homem tem que trabalhar até os 70 anos. Lembra, contudo, das pessoas que não têm alternativas. Cássio, por exemplo, considera ótimo que o aposentado continue trabalhando, haja vista a ocorrência do convívio com as pessoas de várias idades, havendo, assim, atualização em seu trabalho, “desde que seja um trabalho que ele faça com prazer ou que tenha um retorno bom para melhorar a vida dele. Então, eu acho que eles se sentem bem e porque o aposentado que não trabalha, para no tempo”.

Ainda sobre a centralidade do trabalho, Jessé comenta sobre o prazo de seis meses que estipulara para si próprio, sem trabalhar, logo depois de entrar para a reserva da Marinha, mencionando que, ao término dele, quando resolvidas situações atrasadas que não conseguia pôr em dia enquanto trabalhava, começou a sentir monotonia e necessidade de trabalho: “Eu

¹⁷ O vazio de sentido, tanto moral quanto cognitivo, caracterizador do processo de individualização dos trabalhadores, é acompanhado pela insegurança e pela vulnerabilidade associadas a um mercado de trabalho cada vez menos regulado e padronizado (SENNET, 2005).

disse: Bom, agora, eu vou atrás de emprego. Foi quando o dono dessa marina me convidou para exercer...implantar com ele a Marina e exercer a gerência operacional. Fui trabalhar com ele e aí não parei mais”.

Nas entrevistas realizadas com os homens que seguiram carreira militar, alguns comentaram sobre a conciliação das transferências com a vida familiar. Jessé expressa que o trabalho o obrigou a se afastar da família, pois viajava muito, na Marinha. Lázaro diz que as transferências interferiram na educação dos filhos. Já Fabrício, que não seguiu carreira militar, mas residiu em diferentes cidades brasileiras, como Recife e Rio de Janeiro, devido às funções de trabalho ocupadas como engenheiro em firmas públicas, considera que sua esposa teve a vida profissional prejudicada no início do casamento, mas quando fixaram residência em Salvador, ela conseguiu exercer atividade docente na Universidade, o que sempre desejou.

As atividades profissionais desenvolvidas depois da aposentadoria são experimentadas diferentemente pelas mulheres e pelos homens. Nesta pesquisa, as mulheres entrevistadas revelam dividir o tempo para o cuidado parcial dos netos e dos sobrinhos-netos, sem se responsabilizarem integralmente pelos encargos da reprodução social. Essa atitude, ao certo, sugere sutileza de mudança na tradicional divisão interna do trabalho na relação conjugal em que o marido é o provedor e a mulher responsável pela casa e pelos filhos. Em suas entrevistas, os homens enfatizam a condição de provedores da família.

Em geral, os depoimentos dos entrevistados convergem para a ideia de que o retorno ao trabalho após a aposentadoria indica uma das imagens do envelhecer, caracterizada pela integração dos aposentados na sociedade. Nas relações que estabelecem com a família, revelam que a conquista do respeito delas advinda é mediada pela negociação e pelo diálogo. O modelo familiar marcado pelas relações impositivas e autoritárias indica sinais de revisão.

Ao longo desse capítulo, o leitor pôde verificar a ocorrência das relações geracionais no âmbito familiar. O capítulo seguinte, por sua vez, enfoca a dimensão macrossocial

assumida pelas relações entre gerações por tratar da questão previdenciária no Brasil, marcada por reformas políticas recentes que incidem nas aposentadorias dos trabalhadores assegurados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

CAPÍTULO 4

APOSENTADOS E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Este capítulo aborda a Reforma da Previdência Social no Brasil, tema subjacente ao principal da tese. As informações aqui apresentadas são relevantes, pois envolvem conteúdos relacionados ao trabalho e à aposentadoria. Afinal, como focar esses assuntos sem tratar da Previdência Social e de suas Reformas recentemente realizadas? Certamente, questões sociais, como trabalho, aposentadoria e reforma da previdência, constituem elementos centrais para se compreender as mudanças processadas no capitalismo contemporâneo (desemprego estrutural e adoção do neoliberalismo, por exemplo) e seus efeitos na sociedade brasileira.

A Reforma do Sistema Previdenciário no Brasil¹, realizada através de Emendas Constitucionais referidas ao Art. 40 da Constituição de 1988², representa tema de análise de alguns intérpretes da conjuntura socioeconômica e do contexto político brasileiro, como economistas, cientistas políticos, advogados e juristas, os quais expressam compreensões divergentes, de concordância ou rejeição, no que se refere ao emprego de políticas neoliberais nos anos 90. Esse capítulo apresenta, resumidamente, o polêmico debate³ suscitado pela mencionada reforma, não perdendo de vista suas implicações para as gerações atual e futura de trabalhadores, especialmente aqueles pertencentes ao funcionalismo público, ao focar as repercussões das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) no sistema securitário público. Dessa maneira, questionam-se: Quais as novas normas e procedimentos para se obter

¹ As alterações nos regimes de previdência inserem-se em um processo. Nesse sentido, não é pertinente denominarmos a EC nº 41/2003 de Emenda da Reforma da Previdência, uma vez que ela é apenas uma das reformas produzidas historicamente no sistema securitário público. (TAVARES, 2005)

² “Art.40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o dispositivo neste artigo.” (TAVARES, 2005)

³ Os interesses de favorecimento da “competitividade” do capital assumem primazia ante as políticas sociais. Nesse sentido, Silva (2007) assinala os principais pontos suscitados pela reforma: desproporção entre contribuintes e beneficiários, oposição entre trabalhadores do setor privado e trabalhadores do setor público e aumento de contribuições e redução dos benefícios.

o direito à aposentadoria no setor público? A aposentadoria dos trabalhadores na velhice passa a ser responsabilidade somente deles ou o Estado⁴ também contribuirá?

Algumas razões para se combater a reforma previdenciária no Brasil são indicadas por Antunes (2005), que assinala o seu conteúdo fiscalista: transfere recursos dos funcionários públicos e os dirige para o sistema privado de previdência através dos fundos de pensão, que, em seu entender, lucrarão com essa proposta⁵. Nesse sentido, qualifica-a de (contra) reforma da (im) previdência. Salienta também que a tendência reivindicada pelos trabalhadores e pelos sindicatos, em todo o mundo, na tentativa de reduzir o desemprego⁶, como a redução da jornada e do tempo de trabalho, passa despercebida nessa (contra) reforma da (im) previdência, uma vez que esta preconiza a ampliação do tempo de trabalho.

Em balanço sobre a reforma previdenciária no Brasil, Melo e Anastásia (2005), por sua vez, a compreendem como um jogo que envolve múltiplas arenas e, ao mesmo tempo, inovação institucional, pois sua aprovação fez-se através da desconstitucionalização das regras e dos direitos previdenciários, assegurados pela Constituição de 1988.

O processo político referente à proposta de extinção da aposentadoria integral do servidor público, objeto central da reforma, demonstra que a noção de direito encontra-se inteiramente dependente da circunstância histórica, que contrapõe interesses e coliga posições na arena jurídico-política, remetendo aos fundamentos da ordem econômica e social. Nesse sentido:

⁴ No entender de Silva (2007), a polêmica em torno da reforma do sistema previdenciário remete aos fundamentos do papel do próprio Estado em sua relação com a sociedade, pondo em questão a economia de mercado contemporânea.

⁵ Conforme o autor, trata-se de uma reforma privatista e que incentivará o sistema financeiro do país e sua associação aos sindicatos e aos fundos de pensão. Antunes (2005) recorda de experiências de fundos de pensão nos Estados Unidos e na Argentina, que, quando entraram em falência, prejudicaram os pensionistas.

⁶ Ao comentar sobre maneiras de combate ao desemprego, Antunes (2005) lembra que uma bandeira central é a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário. “A redução da jornada de trabalho certamente não eliminará, num só golpe, o flagelo do desemprego, mas poderá minimizar seus efeitos devastadores sobre a classe trabalhadora.” (ANTUNES, 2005, p.157-58).

A insegurança no plano das relações econômicas expressa-se, então, no plano jurídico-político, na forma de instabilidade de regras, violação ou revogação de princípios constitucionais, esgarçamento da expectativa de direito como marca do Estado democrático. Trata-se, a rigor, da fragilidade de um contrato social à mercê das exigências da política econômica ou fiscal em vigor. (SILVA, 2007, p. 213)

4.1 MEDIDAS ACIONADAS NOS GOVERNOS FHC E LULA

No Brasil, a Reforma da Previdência iniciou-se com o envio, em abril de 1995, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 33, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, ao Congresso (MELO; ANASTÁSIA, 2005). Esse projeto do Executivo teve passagem pela Câmara, foi parcialmente reconstituído no Senado e, em dezembro de 1998, sob a forma de Emenda Constitucional nº 20, propôs alteração do sistema de seguridade social: a aposentadoria, antes assegurada com base no tempo de serviço, passa a vigorar conforme o tempo de contribuição. A PEC nº 20⁷ sugeriu aumento de idade e de tempo de contribuição: para homens, idade mínima de 53 anos com 35 anos de contribuição e para mulheres, idade mínima de 48 anos com 30 anos de contribuição (SABÓIA, 2006).

A criação do fator previdenciário⁸, ocorrida em novembro de 1999, expressou a tentativa do Governo em controlar os seus gastos com a Previdência, ao diminuir o valor dos benefícios de maneira inversamente proporcional à idade do segurado, induzindo-o a trabalhar

⁷ Esta proposta, transformada na EC nº 20/98, trouxe a regra em que os professores universitários perderam o direito de se aposentar cinco anos mais cedo, tal como os professores que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio (TAVARES, 2005).

⁸ Consiste em sistema de cálculo da aposentadoria para os segurados do INSS. Expressa um mecanismo usado para calcular as aposentadorias por tempo de contribuição. A fórmula do fator previdenciário é aplicada sobre a média das 80% maiores contribuições do trabalhador desde 1994. Segundo a Previdência, a maior parte dos trabalhadores se aposenta com fator 0,75%, ou seja, perdem 25% em relação ao salário de contribuição (FOLHA DE S. PAULO, 2008a). O fator previdenciário, associado à tendência de aumento da expectativa de vida, propicia a diminuição do valor da aposentadoria. No entender de Silva (2007), o fator previdenciário é perverso, pois impõe confisco e posterga o problema do equilíbrio atuarial, sem resolvê-lo. Em abril de 2008, o plenário do Senado aprovou projeto de lei que prevê o fim do fator previdenciário. O relator do projeto que propõe a extinção do fator previdenciário, deputado Pepe Vargas (PT-RS), sugere adoção da fórmula “95 para homens e 85 para mulheres”, que considera para a definição do valor do benefício o tempo de contribuição e a idade do trabalhador. Tal medida diminuiria em média 10 anos a idade na qual o beneficiário poderia requisitar a aposentadoria sem ser prejudicado (IPEA, 2009).

por mais tempo. Importa salientar que o débito do sistema previdenciário⁹ foi agravado pelo próprio Estado, uma vez que, embora a Lei nº 9717/98 tenha determinado contribuição estatal, isso não ocorreu, haja vista a não apresentação da receita que deveria provir de entidades públicas na planilha apresentada no Fluxo de Caixa da Previdência (TAVARES, 2005). O desequilíbrio das contas públicas constituiu um argumento favorável à redução das despesas previdenciárias, uma das formas de liberar recursos para o pagamento de juros e encargos da dívida pública. Todavia, é inaceitável que seja imputada à previdência social, isoladamente, a responsabilidade pela deterioração das contas públicas (SILVA, 2007)¹⁰. Em análise da estrutura tributária do Brasil:

O aumento da participação do Estado no total do excedente econômico resultou no esvaziamento da renda das classes trabalhadoras, sem que fosse, em contrapartida, ampliado de modo significativo o gasto social, devido ao atendimento dos serviços ligados à dívida pública (POCHMANN, 2008, p. 111).

As discrepâncias relacionadas às diferentes concepções de déficit da previdência são analisadas por Silva (2007), que reflete sobre variadas bases de dados como a da imprensa de grande circulação, Revistas *Veja* e *Exame*¹¹, e de algumas organizações representativas dos

⁹ No que diz respeito à relação entre Estados e Previdência Social, levantamento do Ministério da Previdência nas 27 unidades da Federação, constata, em 2008, que o rombo nas contas dos sistemas de aposentadoria dos servidores estaduais alcança R\$ 20,5 bilhões, isto é, 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas no país. Verifica ainda que 21 governos estaduais amargavam déficits em seus regimes próprios, como tecnicamente é chamado o sistema de aposentadorias dos servidores públicos (FOLHA DE S. PAULO, 2008b).

¹⁰ Silva (2007) salienta que a previdência depende do crescimento econômico e do mercado de trabalho. Daí, as dificuldades da previdência serem desencadeadas pela crise econômica. Considera, portanto, inadmissível que o ônus da crise, agravada sob as políticas neoliberais, recaia sobre os funcionários públicos. Pochmann (2008) considera, por sua vez, que a estrutura tributária do país é regressiva, haja vista que os pobres contribuem mais que os ricos na arrecadação dos impostos. Considera, assim, que a elevação da carga tributária afetou de forma mais negativa os pobres.

¹¹ Preconizam a inviabilidade do sistema público de repartição, sendo favoráveis ao regime de capitalização (SILVA, 2007).

trabalhadores: a Federação Nacional de Servidores do Judiciário Federal (FENAFUJE)¹², da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (ANFIP)¹³ e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (UNAFISCO Sindical)¹⁴. Considera que, nesse debate, se encontra em questão o equilíbrio e a coesão da própria sociedade com base em formas mais justas de apropriação e fruição da riqueza social, e não apenas o equilíbrio atuarial das contas da previdência. Conclui, portanto, que a reforma tributária deve preceder a da previdência¹⁵.

No processo de aprovação da reforma da previdência, Melo e Anastásia (2005) verificam mudança de comportamento dos congressistas quando são comparados os governos Fernando Henrique e Lula. Recorrem ao argumento de que a troca de lugares entre situação e oposição acarretou mudança na distribuição de preferências e recursos entre os atores, interferindo no comportamento do plenário. Na passagem de um governo para outro, partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL)¹⁶ expressam que suas antigas preferências, referentes à política previdenciária, se tornaram contraditórias com suas posições nas arenas parlamentar e governamental, facilitando, dessa maneira, a aprovação da reforma.

¹² Postula os princípios da irredutibilidade salarial, da paridade entre ativos e inativos, do custeio parcial por empregadores privados ou estatais e da responsabilidade integral e absoluta do Estado pela manutenção do sistema e pela garantia de um direito social coletivo (SILVA, 2007).

¹³ Compreende que os maiores problemas para a geração de receitas são: renúncias fiscais, perdas de arrecadação, sonegação fiscal pelo subfaturamento, estoque da dívida previdenciária (cerca de 125 bilhões da dívida ativa em dezembro de 2001), precarização das relações de trabalho, queda da massa salarial ou reduzida base de contribuintes regulares, fim da proteção pelo limite da renda e pela imagem negativa da Previdência. Diante de tal contexto, enuncia condições para manutenção do sistema: aumento do número de contribuintes, maior estabilidade das relações de trabalho com o crescimento do assalariamento e regularização de contratos de trabalho, retomada do crescimento do PIB, revisão dos métodos gerenciais, fiscalização da arrecadação, revisão do regulamento de benefícios, garantia do caráter redistributivo, garantia de direitos sociais, sob pena de elevação da desigualdade já existente no Brasil (SILVA, 2007).

¹⁴ Defende que a realização da reforma tributária deve ser anterior à da reforma previdenciária. Salienta que “o sistema tributário é concentrador de renda, onera a classe média e privilegia o capital com a ‘pouca tributação sobre o patrimônio e isenção do juro sobre o capital próprio” (SILVA, 2007, p. 215).

¹⁵ De fato, ocorreu o inverso no Brasil: a reforma da previdência precedeu a tributária, que, por sua vez, sempre é postergada pelo Congresso.

¹⁶ Hoje, Democratas (DEM).

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 40 de 2003, por sua vez, transformada em Emenda Constitucional (EC) n° 41 de 2003, fez vigorar, para a aposentadoria, a idade de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens, considerando aqueles que vieram a ingressar no Serviço Público a partir de primeiro de janeiro de 2004. Houve também aumento do tempo de cotização para homens, 35 anos de serviços prestados, e para mulheres, 30 anos de serviços prestados. Além disso, ocorreu a criação de um teto para a pensão, tendo sido instituída uma cobrança de 11% sobre a parcela que exceder o valor de R\$ 2.668,15, sendo anualmente atualizado no mesmo mês do salário mínimo, conforme Lei n° 10.699/03 (IMBRAHIM in TAVARES, 2005). Esse teto vale para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que cobre os trabalhadores que exercem suas funções de maneira formal no setor privado (SABOIA, 2006).

4.2 MUDANÇA E PERMANÊNCIA NO SISTEMA SECURITÁRIO PÚBLICO

A partir da aprovação da EC n° 41/2003 pelo Congresso, a Previdência Social se organizou por meio de três regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e o Regime de Previdência Complementar. A administração do RGPS compete ao Ministério da Previdência Social (MPS), sendo auxiliado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), autarquia vinculada ao Ministério. O RGPS cobre os trabalhadores da iniciativa privada, os empregados domésticos e quem exerce atividade por conta própria, como os trabalhadores autônomos, estes atualmente denominados contribuintes individuais¹⁷. Os RPPS destinam-se à cobertura dos servidores públicos, especificamente dos ocupantes de cargos efetivos na estrutura da União, dos Estados, do

¹⁷ O RGPS foi muito pouco alterado pela EC n° 41/2003 (TAVARES, 2005). Todavia, em 2008, o senador Paulo Paim (PT-RS) propôs ampliação do Fator 95, aplicado aos servidores públicos federais, para trabalhadores do setor privado. O fator 95 combina idade e tempo de contribuição ao INSS, em que a soma final dos elementos precisa ser 95 anos para homens e 85 anos para mulheres. Como exemplo: um trabalhador que se aposenta aos 65 anos e contribui por 30 anos tem Fator 95. O mesmo ocorre com o segurado que tenha 59 anos no momento da aposentadoria e tenha contribuído por 36 anos (FOLHA DE S.PAULO, 2008a).

Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as pessoas jurídicas de Direito Público da Administração Indireta, bem como os militares¹⁸ (VIEIRA in TAVARES, 2005). O Regime de Previdência Complementar pode ser Regime de Previdência Oficial Complementar e Regime de Previdência Privada Complementar. No primeiro, o sistema é aberto e administrado por uma instituição financeira e disponível a todos que queiram dela participar como as previdências dos grandes bancos brasileiros. A Previdência Complementar Privada consiste em um sistema fechado e instituído por uma empresa ou associação em benefício dos seus empregados ou associados como, por exemplo, a PETROS da Petrobrás e a PREVI do Banco do Brasil¹⁹. Ao contrário do RGPS e dos regimes próprios, a previdência privada é facultativa (KERTZMAN; MARTINEZ, 2008).

No que diz respeito à reforma da previdência, o funcionalismo público pode se encontrar em três situações distintas: 1) o direito adquirido às regras anteriores, pelo preenchimento dos requisitos para aposentadoria e pensão com base na legislação antiga; 2) expectativa de direito para aqueles que se encontravam no Serviço Público quando da entrada em vigor da Emenda (31/12/2003); 3) também expectativa de direito daqueles que foram investidos em cargo público após sua publicação, isto é, a partir de primeiro de janeiro de 2004 (TAVARES, 2005). Ademais, importa salientar a proposta de emenda paralela, referente à norma transitória, que somente é aplicável aos servidores que ingressarem em cargo público até 16/12/1998, data da publicação da EC nº 20/98. Tal norma, designada regra 95, prevê que os servidores têm de totalizar, se homens, 95 anos, ou 85 anos se mulheres, somando-se

¹⁸ A Reforma, de maneira clara, pretende uniformizar a proteção previdenciária dos servidores, reduzindo o espaço de autonomia dos Estados, Distrito Federal e Municípios sobre a matéria (TAVARES, 2005). Ademais, consiste na unificação de regimes de aposentadoria do setor público e do privado (SILVA, 2007).

¹⁹ O argumento central e favorável aos fundos de pensão é de que tais fundos se constituirão em importante fonte de poupança interna de longo prazo capaz de impulsionar o crescimento econômico do país. Todavia, pelo fato da Previdência arrecadar muito menos devido à institucionalização do teto nas contribuições, tal medida poderá fazer com que o Estado tenha novas despesas, tendo que arcar, sozinho, com esses benefícios. Ademais, o Estado, enquanto ente empregador, será obrigado a destinar aos fundos de pensão valores que sejam, pelo menos, iguais às contribuições dos servidores, constituindo-se, portanto, numa enorme transferência de recursos do setor público em direção ao setor privado, assim como Antunes (2005) também assinala. Nesse sentido, os gastos com a Previdência poderão aumentar no futuro ao invés de diminuir (LOBO, 2003).

tempo de contribuição e idade. O tempo de contribuição mínimo é o previsto neste artigo, isto é, 35 anos de contribuição para homens e 30 anos de contribuição para mulheres, pois, do contrário, poderia uma pessoa idosa alcançar o total de 95 anos (ou 85, se mulher), com baixo tempo de contribuição (TAVARES, 2005).

Na investigação social em Salvador-Bahia, alguns pesquisados, cuja aposentadoria foi assegurada na legislação previdenciária anterior à reforma, afirmam que a solicitação da aposentadoria se deveu ao temor de perdas de direitos adquiridos com as propostas de reforma previdenciária nos 1990. Entre esses estão Márcia, Elias e Celso.

Em geral, os informantes desta pesquisa expressam opinião, nem falsa e nem verdadeira²⁰, sobre a reforma da previdência²¹. Interessante salientar, assim, que a apreensão dos significados da reforma mencionada, enquanto processo que durou quase oito anos entre o Governo de Fernando Henrique Cardoso e o de Luís Inácio Lula da Silva para aprovação, suscita entendimentos diferenciados, marcados, ao certo, pela posição que os pesquisados dessa investigação ocupam na escala de estratificação socioeconômica da sociedade. Cecília destacou, em sua entrevista, que procurou entender a reforma da previdência, sobretudo quando teve interesse em solicitar sua segunda aposentadoria, correspondente ao período histórico entre os governos mencionados. Disse, então, ter encontrado informações muito divergentes e pouco esclarecedoras sobre o assunto, na *internet*, desistindo, assim, de fazer o pedido à instituição, uma universidade estadual. Já no entender de Cássio, a reforma da

²⁰ No entender de Rodrigues (1989), ideologia não se refere à falsidade, pois não existem linguagens verdadeiras e a pertinência da própria questão “verdade/falsidade” se deve a discursos formulados a partir de certas posições sociais, sendo, portanto, ideológica. No uso do conceito de ideologia, feito pelo autor, a preocupação central é a de articular mensagens com as posições (verticais ou horizontais) ocupadas por seus codificadores e decodificadores. Como exemplo, Rodrigues se refere a uma pesquisa que realizou, no Rio de Janeiro, com donas de casa de camadas médias e também com empresários dessa cidade, sobre os aspectos que deveriam ser privilegiados pela ação política. Menciona que, entre as donas de casa, as respostas foram quase unânimes: “ruas e cidades limpas”, “alimentação para todos”, “assistência social ao menor”, “melhores condições de saúde” e “habitação para o povo”. Já os médios empresários assinalaram: “investimento em capital social básico”, “juros tabelados”, “competência profissional”, “incentivo à produção” e “garantias à livre iniciativa”.

²¹ O roteiro da entrevista trouxe o questionamento “Você tem conhecimento sobre a reforma da previdência?”. Embora alguns pesquisados tenham respondido negativamente, ao longo da entrevista expressaram opiniões indiretas sobre o assunto.

previdência consiste na tentativa do Governo em se eximir de responsabilidade, transferindo-a para a iniciativa privada:

O Governo quer se livrar da despesa, mas é uma despesa que não podia – é uma despesa de qualquer Estado para o povo. O Governo tem que acabar com a previdência privada. Eu faria o contrário: eu aguentaria a previdência pública, entendeu?! E bancaria, mesmo com prejuízo de arrecadação, o salário dos aposentados. (Cássio)

Celso compreende que a reforma previdenciária significa retirada de rendimentos dos aposentados. O comentário do informante reporta à novidade trazida no texto constitucional pela EC nº 41/2003, que passa a requerer a contribuição dos inativos e pensionistas, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Na tentativa de justificar tal cobrança, o Governo utilizou o argumento político da solidariedade, presente no princípio de repartição simples. Nesse sentido, Vieira (in TAVARES, 2005), auditor fiscal da Previdência Social, comenta que, se no regime de repartição simples, os ativos financiam inativos e pensionistas, com a EC nº 41/03, a solidariedade ainda é mais flagrante²², uma vez que aposentados e pensionistas contribuirão para manter o sistema previdenciário. Por outro lado, Celso, auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, pondera, em sua entrevista, discordar da decisão de jovens colegas seus que coadunaram com a reforma da previdência do Estado da Bahia, não percebendo que seriam eles os prejudicados:

Muitos funcionários jovens, como é o caso da Secretaria da Fazenda onde eu trabalhei, contribuirão com a sua miopia de que eles estariam muito longe de se aposentar e retiraram direitos de pessoas aposentadas.

²² A remissão à solidariedade geracional parece-me falaciosa enquanto justificativa utilizada para realizar a reforma da previdência social no Brasil, haja vista que acoberta os descontos que são feitos em aposentadorias e pensões.

Outro informante, Fabrício, considera que:

A reforma da previdência, que o Governo se propõe a fazer, é uma reforma da previdência que, na prática, significa, por exemplo, ainda fazer com que o aposentado contribua para a Previdência. Quer dizer, quando o lógico é: quem, na verdade, trabalhou durante toda a vida, que contribuiu para a Previdência, ele depois de aposentado não deveria mais contribuir para a Previdência. Então, isso é um absurdo. Quer dizer, então, o Governo atual procura atuar no sentido de reduzir a renda do aposentado e, além disso, penalizá-lo no sentido que ele continue a pagar um tempo a mais. Outra: aumentar o tempo em que as pessoas poderiam se aposentar.

Felipe comenta sobre a falta de política para os aposentados no Brasil, demonstrando revolta ao afirmar que, para o brasileiro, a política depende do sabor do governante e do próprio Congresso, não havendo necessidade de se voltar para as minorias. Acrescenta: “Só quando os grupos gritam é que eles dão sempre uma pequena esmola. Essa é a nossa política de paternalismo, de assistencialismo, que a gente não gosta, não é?”. Ainda sobre o Governo, a pesquisada Cláudia comenta:

Não, ele é discriminatório porque quando ele dá vantagem a quem está na ativa, quem está aposentado não percebe e, ao mesmo tempo, é uma falácia dizer que a Previdência Social está falida. Eh...muito da previdência também é desviada para outros fins. A previdência não está falida, o que está falida é a maneira de governar.

Com a aprovação da EC nº 41/03, deu-se o abandono do princípio da integralidade²³, isto é, aqueles que assumiram cargo público após 31/12/2003 tiveram suas aposentadorias

²³ “O princípio da integralidade (art.40, parágrafos terceiro e sétimo, antiga redação) determinava que a base de cálculo da aposentadoria ou pensão por morte deveria ser o valor da última remuneração do servidor em atividade, isto é, se um servidor homem, ao se aposentar compulsoriamente aos 70 anos de idade, possuísse trinta anos de contribuição, sua aposentadoria seria calculada da seguinte forma: 30/35 do valor da última remuneração. Se a aposentadoria fosse integral, seria 100% deste valor. O mesmo ocorria com a pensão, que, mesmo proporcional, deveria ter como base o valor da última remuneração ou dos proventos de aposentadoria do servidor falecido”. (TAVARES, 2005, p.4)

calculadas com base na média das remunerações, atualizadas monetariamente. A partir de então, a base de cálculo das aposentadorias e pensões dos servidores deixou de ser o valor da última remuneração e passou a ser a média das remunerações percebidas no Serviço Público e, em eventual atividade privada. De acordo com Tavares (2005), essa fórmula de cálculo aproxima o regime de seguro do RGPS, mantido pelo INSS, ao dos trabalhadores da iniciativa privada. Considera que o modelo utilizado no RGPS (Lei n° 9876/99 e Lei n° 10887/2004) prevê que integram a base de cálculo as 80% maiores remunerações do servidor, reajustadas monetariamente, mediante média aritmética (TAVARES, 2005)²⁴.

O princípio da paridade, contido no artigo 40 do Parágrafo 8° da Constituição de 1988, que assegura revisão proporcional e na mesma data na remuneração de aposentados e pensionistas em relação aos servidores em atividade, também deixou de vigorar. Importa salientar, então, que tal princípio, de fato, não ocorria. Celso, que se aposentou em 1995, comenta: “No meu caso, eu ganho mais ou menos 50%, eu, inativo da Secretaria da Fazenda, do que ganha um funcionário da ativa.”

Para obter aposentadoria voluntária e integral, o servidor deve cumprir os seguintes requisitos: dez anos de efetivo exercício no serviço público (mesmo que tenha ocupado cargos diversos, sem continuidade, no serviço público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios); cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; 60 anos de idade e 35 anos de contribuição para homem e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição para mulher. Para a aposentadoria voluntária proporcional ao tempo de contribuição, o servidor deverá cumprir os requisitos cumulativamente: dez anos de efetivo exercício no Serviço Público; cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; 65 anos de idade para homem e 60 anos de idade para mulher (TAVARES, 2005). Ademais, os requisitos de tempo de contribuição e de idade a serem considerados para a concessão de aposentadoria voluntária

²⁴ Considera que uma pessoa pode trabalhar na iniciativa privada, exercer cargo público estadual e, posteriormente, ocupar um cargo público federal.

integral ficam reduzidos em cinco anos para os professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Os professores continuarão a poder se aposentar voluntariamente e de forma integral (100% da média das remunerações) se completarem cumulativamente: dez anos de serviço público, cinco anos de serviço no cargo em que se dará a aposentadoria, se homem, 55 anos de idade e 30 anos de tempo de contribuição e, se mulher, 50 anos de idade e 25 de tempo de contribuição. (TAVARES, 2005)

De acordo com a EC nº 41/2003, faz-se necessária a contribuição do Estado no orçamento dos regimes próprios, que deverá ser destacado do orçamento fiscal para ser administrado somente em benefício do sistema. Nesse sentido, o regime continua garantido pelo Estado. Se do fechamento das receitas e despesas resultar débito, cabe, à Administração Pública, a cobertura do sistema com o que obtiver de outros ingressos públicos (TAVARES, 2005). Após a recente reforma, a nova redação do Artigo 40 da Constituição passa a externar claramente a necessidade de cotização do Ente Federativo, que assume a condição de patrocinador do regime básico dos servidores, à semelhança do que ocorre no RGPS. Tal condição já era prevista na Lei nº 9717 / 98, mas sem ser cumprida. Segundo Imbrahim (in TAVARES, 2005), cabe apenas esperar se esse encargo será de fato assumido.

À guisa de curiosidade, não se deve perder de vista que o tão comentado déficit previdenciário²⁵ no Brasil decorre, sobretudo, da falta de contribuição ao INSS²⁶ devido aos problemas do desemprego e do trabalho informal²⁷, bem como da omissão do Governo. Desde a sua formação, o modelo brasileiro de previdência é tripartite: trabalhadores, empregadores e

²⁵ Conforme Schwarzer, secretário de Políticas de Previdência Social, o déficit da Previdência fechou o ano de 2008 em, aproximadamente, R\$ 38 bilhões. O INSS registrou, em outubro, arrecadação de R\$ 13,475 bi e despesa de R\$ 15,38 bi. As contribuições recolhidas pelas empresas à Previdência Social sobre a folha de pagamento, que vinham em ritmo crescente, ficaram praticamente estáveis em outubro do referido ano devido à crise financeira da economia (A TARDE, 2008c).

²⁶ Segundo a Folha de S. Paulo (2008c), o STF (Supremo Tribunal Federal) em junho de 2008, reduziu de dez para cinco anos o prazo para que o INSS cobre as contribuições previdenciárias devidas pelas empresas.

²⁷ De acordo com Pochmann (2008), no Brasil, apenas 26,2% do total de ocupações desenvolvidas entre 1989 e 2001 fizeram parte do segmento contributivo da Previdência Social, indicando mudanças mais gerais na natureza do emprego assalariado, com intensa expansão da informalidade.

Governo devem contribuir. Todavia, nem sempre empregadores e Governo assumem tal responsabilidade. Sobre essa questão, um informante se expressa:

Fazem uma grande enganação, um escamoteamento da verdade sobre a Previdência Social no Brasil porque a Previdência Social não está falida. Ela não é caótica em termos de futuro porque os velhos homens, aposentados, vivem mais tempo. Na verdade, há um engodo do sistema que domina o país, não é apenas neste governo em relação à Previdência Social. Eh...se for investigar: primeiro, as grandes empresas, os grandes empreendimentos, das grandes instituições que não pagam à Previdência – que recolhem do trabalhador e não pagam para o Governo. Além do mais, historicamente, o que foi que aconteceu com a Previdência? O dinheiro da Previdência foi um montão de dinheiro desviado para outras finalidades como a construção da ponte Rio-Niterói, onde se tirou dinheiro e não se repôs mais nunca, não é? O governo não tem nem como repor. Outro aspecto é a informalidade do trabalho e de atividades econômicas que deveriam recolher esse dinheiro e não recolhem. E os grandes devedores da Previdência dificilmente pagam ou vão pagar. Não há perspectiva de pagamento. Há idéia de se cobrar por força do poder judicial e por força administrativa do Governo... Esse é o grande engodo da Previdência. (Antônio)

A EC nº 41/2003 também alterou a cobertura em relação aos pensionistas. Se o servidor falece já aposentado, a pensão por morte será integral (100% da aposentadoria) até o limite máximo de pagamento dos benefícios do RGPS. A partir do teto estabelecido²⁸, a pensão sofrerá um abatimento de 30% do que o ultrapassar. Outra situação se refere ao falecimento do servidor em atividade, em que a base de cálculo não será mais o valor da aposentadoria a que faria jus, mas sim ao próprio montante da última remuneração (TAVARES, 2005).

²⁸ Para o pensionista que recebia antes da EC nº 41/2003, incidiu a alíquota de 11% sobre o valor que exceder R\$ 2.668,15, valor atualizado pelo Decreto nº 5.443/2005. Após essa emenda, houve o redutor de 30% sobre o que excedia R\$ 2.668,15 (TAVARES, 2005).

Esse novo cálculo das pensões passou a ser usado para os dependentes do servidor falecido a partir da data da entrada em vigor da Lei nº 10887/2004, mesmo que ele tenha se aposentado ou adquirido o direito à aposentadoria sob a égide das normas anteriores à publicação da reforma. Dessa maneira, o Artigo 40, Parágrafo sétimo, passou a incidir sobre a pensão dos servidores falecidos a partir do dia 21 de junho de 2004, mesmo para aqueles já aposentados (TAVARES, 2005).

Segundo Vieira (in TAVARES, 2005), as pessoas mais atingidas pela reforma da previdência são os pensionistas dos servidores amparados pelo RPPP, que faleceram após a publicação da EC nº41/2003 e que não adquiriram o direito a se aposentar por RGPS, antes da publicação da Emenda. Anteriormente, vigorava o princípio da integralidade das pensões, segundo o qual o benefício da pensão por morte era igual ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade, na data de seu falecimento.

De maneira geral, Silva (2007) caracteriza o sistema previdenciário pós-reforma, enfocando os conceitos básicos quanto aos regimes: repartição simples ou regime orçamentário²⁹, repartição de capital de cobertura³⁰ e regime de capitalização ou de pré-financiamento³¹.

Em balanço sociológico sobre a reforma da previdência social no Brasil, é pertinente classificar o regime previdenciário adotado como sendo de repartição de capital de cobertura, tendo em vista a ocorrência da unificação dos regimes de gestão pública, o RGPS e o RPPS, o

²⁹ Baseia-se no cálculo de contribuições necessárias a serem arrecadadas em determinado período de tempo para cobrir benefícios do mesmo período. Consiste em regime de caixa, adotado pela previdência pública em quase todos os países do mundo. “No caso do INSS, trata-se de um regime solidário baseado no pacto entre gerações. Mas o financiamento pode ser também pela capitalização – regime financeiro de repartição simples – como nos regimes próprios e de fundos de pensão.” (SILVA, 2007, p. 188)

³⁰ Expressa uma combinação dos regimes de repartição simples e de capitalização. “Pressupõe formação de reserva. A contribuição individual é definida pela divisão do valor da reserva e pelo número de contribuintes em determinado período. Tem características solidárias (de repartição) e constitui reservas (capitalização)”. (SILVA, 2007, p. 188)

³¹ Nesse, ocorre determinação das contribuições necessárias e suficientes a serem arrecadadas ao longo do período laborativo do segurado, para custear sua própria aposentadoria. Pressupõe a formação de reservas. Tem dois períodos distintos: o contributivo e o de fruição do benefício (SILVA, 2007).

fortalecimento do seguro privado, o aumento do tempo de trabalho e do tempo de contribuição e o decréscimo dos ganhos recebidos na aposentadoria (SILVA, 2007).

Enfim, a reforma da previdência social no Brasil expressa um efeito das medidas neoliberais³² empreendidas no país, nos anos 1990. Naquele contexto, ao mesmo tempo em que houve desregulamentação das relações de trabalho, adotaram-se regras para se obter o direito à aposentadoria, em que o Governo estabeleceu teto monetário de cobertura estatal para as aposentadorias de funcionários públicos, egressos em cargos efetivos a partir de primeiro de janeiro de 2004, e criou fundo de previdência complementar, induzindo a contribuição dos trabalhadores. Ademais, o significado político que se pode atribuir à recorrência da contribuição de inativos e pensionistas para a previdência social, em nome de um suposto alargamento da solidariedade intergeracional, é de que tal reforma pode ser caracterizada como uma modernização conservadora, bem ao estilo da história política brasileira.

³² Em balanço do neoliberalismo, Fiori (2001) menciona alguns acontecimentos empreendidos após 1994, no Brasil, tais como: abertura e desregulamentação dos mercados, privatização do setor público em nome da “competitividade global” e desmonte do Estado através de sua submissão aos interesses privados e à proteção de alguns grupos econômicos selecionados que não se alteraram com a abertura comercial e a desregulação econômica. Assinala as principais consequências dessas reformas neoliberais: redução dos direitos trabalhistas, congelamento dos salários do setor público e diminuição da participação salarial (de 45%, para 36% da renda nacional). No entender desse autor, a década neoliberal foi tão ou mais antissocial e antipopular do que havia sido o período desenvolvimentista no Brasil, correspondente aos anos 1950.

Quadro Resumo 4 – Cálculo das aposentadorias antes e após a EC nº 41 / 2003

Antes da EC nº 41/2003	Após a EC nº 41/2003
Integralidade: o servidor aposenta-se com sua última remuneração.	Fim da integralidade: cálculo do benefício considerando as maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

Fonte: TAVARES, 2005, p.25.

Quadro Resumo 5 – Cálculo das pensões antes e após a EC nº 41/2003

Antes da EC nº 41/2003	Após a EC nº 41/2003
Integralidade: a pensão paga aos dependentes dos servidores correspondia ao valor dos proventos.	Redutor: o cálculo da pensão por morte terá redutor de 30% da parcela que exceder o limite máximo do benefício pagos pelo RGPS, atualmente R\$ 2.688,15*. O benefício considera as maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição se posterior àquela competência.

Fonte: TAVARES, 2005, p. 32.

Quadro Resumo 6 – Aposentados e Pensionistas antes e após a EC nº 41 (alíquota descontada)

Recebendo desde antes da EC nº 41	For receber após a EC nº 41
<ul style="list-style-type: none"> Alíquota sobre o valor que exceder R\$ 2.688,15, independente de qual ente estatal encontra-se vinculado. Não há redutor. Exemplo: rendimento de R\$ 3.000,00 (pensionista de servidor aposentado do DF), alíquota de 11% sobre 331,85, ou seja, R\$ 36,50 	<ul style="list-style-type: none"> Alíquota sobre o que exceder R\$ 2.668,15. Haverá o redutor de 30% para as pensões. Exemplo: rendimento de R\$ 3.000,00 (pensionista do servidor aposentado do DF), haverá o redutor de 30% sobre o que exceder R\$ 2,668,15. A pensão será de R\$ 2.900,44. Alíquota de 11% incidirá sobre R\$ 232,29, ou seja, R\$ 25,55.

Fonte: TAVARES, 2005, p.91.

* Valor atualizado pelo decreto nº 5.443/2005

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procurei analisar, sobretudo, alguns aspectos da aposentadoria, ao abordar funcionários públicos aposentados de ambos os sexos que continuaram ou retornaram ao trabalho, considerando suas diferentes formas de inserção ou de reposicionamento no mercado de trabalho em Salvador-Bahia – empregados com carteira assinada, estatutários, empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores sem remuneração. Além disso, tentei focar parte da gama variada de ocupações e profissões, nos setores de comércio¹, educação e saúde, que podem ser identificadas nessa cidade, marcada por intensas diferenças e desigualdades sociais.

A fronteira tênue entre trabalho formal e informal, na organização do trabalho no Brasil urbano, foi identificada nessa investigação social de caráter qualitativo. Casos variados foram constatados: aqueles que apresentam relações formais de trabalho, isto é, possuem carteira de trabalho assinada e são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), consistem em 20,6%; os estatutários, professores pertencentes ao quadro de efetivos de instituições federais e estaduais, perfazem 17,6%; e os que têm relações informais de trabalho e vivem condições instáveis de trabalho, dos quais 14,7% são empregados sem carteira assinada, 32,4% são trabalhadores por conta própria, 2,9% não têm remuneração e alguns poucos possuem e administram negócio próprio, representando 11,8%. A maioria dos trabalhadores, informais ou instáveis, identificam-se como consultores.

A partir da hipótese de que uma geração não se define isoladamente, pois cada uma delas elabora sua identidade e contribui para produzir e formar outras gerações através do processo interativo que desenvolve, tentei apreender, nessa pesquisa, os significados materiais

¹ O setor do comércio é aqui considerado, haja vista a constatação no universo pesquisado de informantes que trabalham em estabelecimentos comerciais, sendo que tais estabelecimentos, em alguns casos, são próprios. Como exemplos, menciono José, gerente de um restaurante, um pequeno empreendimento familiar; Júlio e Cláudia, proprietários de uma loja feminina e Cássio, dono de uma empresa marítima que oferece manutenção para navios da Petrobrás.

e simbólicos do retorno, ou da continuidade, ao trabalho para os aposentados e enfoquei as consequências dessa volta, ou continuidade, na relação que esses sujeitos estabelecem com a família, captando suas percepções através das narrativas. Tais impressões, ao certo, expressam a posição que ocupam no contexto familiar e as opiniões que têm do desemprego, inclusive o juvenil. Para alguns pesquisados como Ana, Celso, Dalva e Emília, o desemprego juvenil decorre da falta de crescimento econômico do país e dos avanços tecnológicos recentes, haja vista a crescente substituição da mão-de-obra humana por máquinas. Como recordam as informantes Ana Luiza e Claudia, as oportunidades de trabalho estão difíceis para os jovens e também para os que estão aposentados. No entender da pesquisada:

O país não se desenvolve para absorver nem os seus velhos, nem os seus novos habitantes. Há uma carência muito grande, principalmente em lugares menores como na nossa provinciana Salvador. Não há oportunidades de trabalho para quem tem grandes ambições e quem tem potencial. Quem tem potencial deve sair de lugares pequenos e ir para lugares grandes. Eu sempre entendi assim, por isso sempre estimei meus filhos a saírem. Por isso, tenho duas filhas que moram longe... Eh... eu acho que o jovem deve ir em busca de suas oportunidades de emprego. (Cláudia)

Em uma sociedade cujo processo de reprodução social dos jovens se encontra ameaçado devido aos empregos precários e ao desemprego, a continuidade e o retorno ao trabalho pelos aposentados indicam a continuidade do fluxo direto e tradicional de transferência econômica (pais para filhos). Nesse sentido, a pesquisada Vitória menciona ser fundamental o seu trabalho para a manutenção dos filhos universitários, que somente estudam. Já o informante Eduardo disse ter voltado a trabalhar para financiar o curso de Medicina do filho em Universidade particular.

Tanto no âmbito público, isto é, no trabalho, quanto no privado, ou seja, nas relações familiares, solidariedade e conflito estão presentes no processo dialético que caracteriza a

sucessão geracional. Essa dialética aparece na fala dos informantes quando se referem ao trabalho que desempenham e suas implicações na família, ora para mantê-la materialmente, ora para preservar a solidariedade aí existente. A informante Vitória, por exemplo, entende ser uma roda viva a disputa geracional estabelecida, ao mesmo tempo, na família e no mercado de trabalho – seus filhos jovens não conseguem trabalho e ela, depois de aposentada, precisa trabalhar para sustentá-los. Já outra pesquisada comenta:

O que está acontecendo é que o jovem está deixando a Universidade ou outros Institutos Técnicos, ele está deixando e não está achando a oportunidade que deveria ter. Daí a questão de muitos aposentados estarem sustentando os filhos. Hoje, os filhos estão ficando mais dentro de casa porque eles não estão tendo essa autonomia econômica. (Dalva)

O retorno ao trabalho pelos aposentados é justificado, sobretudo, pela necessidade de complementação financeira por alguns deles como Fábio, Sílvia e Emília. A passagem do depoimento da informante, técnica universitária aposentada e artista plástica, que nem sempre consegue vender sua produção artística, é emblemática: “Eu estou querendo arranjar um jeito de ganhar algum dinheiro a mais porque pela aposentadoria, minha filha, você realmente não consegue. Você fica restrito ali, sem poder comprar, não é? É complicado!” (Emília).

Embora grande parte dos informantes não seja constituída por aposentados do INSS, com exceção de Gisela e Letícia, os pesquisados têm percepção de que as dificuldades financeiras são ainda maiores para aqueles aposentados do INSS. Sílvia, por exemplo, entende que a política dirigida aos aposentados pelo governo é de perdas:

Você veja as pessoas que se aposentaram há quatro ou cinco anos atrás. Se a política continuar desse jeito, vai chegar um momento em que eles vão

ganhar um salário mínimo. As perdas são muito grandes – ganham muito mal.

No contexto investigado, os informantes fazem referência à solidariedade familiar, que tanto se expressa por meio da contribuição material quanto se manifesta através de algumas ajudas prestadas nos cuidados com os netos e na manutenção dos diálogos com os filhos. Todavia essa solidariedade familiar não significa o abandono de projetos pessoais, tal como o trabalho na aposentadoria. Uma das pesquisadas, questionada sobre a comunicação estabelecida com a família, afirmou:

Eu sou muito bem entrosada com minhas filhas. Meu marido diz que são quatro mulheres contra ele. A gente, praticamente, se fala diariamente – até com a que mora em Recife. Então, há uma cumplicidade muito grande (...) Minha filha que mora em Recife, todas as vezes que ela teve filho, eu larguei o que eu tinha o que fazer e fui para lá. Mesmo que depois eu voltasse para cobrir essas aulas todas. Mas, eu fui sem problema nenhum, entendeu? (Sílvia)

Acerca das relações que estabelecem no ambiente de trabalho, os pesquisados destacam o fator experiência no desempenho das atividades como o principal atributo para a sua continuidade. Márcia e Rose, por exemplo, professoras universitárias, ressaltam ser a experiência característica central que proporciona o respeito de colegas, também daqueles que ainda não se aposentaram. Salientam ainda que, para alguns desses colegas, a principal vantagem competitiva consiste na atualização.

Quanto à consciência de geração², destaco o entendimento de duas informantes, ambas professoras aposentadas, quanto à continuidade, ou não, na docência após a aposentadoria.

² O termo é usado no sentido formulado por Mannheim (1982), que tenta compreender geração como um fenômeno social, e, nesse sentido, estabelece reflexões sobre essa categoria social e uma outra – a posição de classe de um indivíduo em sociedade. Reconhece que embora bastante distinta da geração, a posição de classe apresenta certa semelhança estrutural com ela: “A posição de classe é um fato objetivo, quer o indivíduo em questão tenha ou não consciência dela, e quer a aceite ou não” (MANNHEIM, 1982, p.70). O autor assinala que

Uma lecionou língua portuguesa no ensino médio da rede estadual e outra ensinou literatura brasileira em Universidade Federal. Cláudia, atual gerente de uma loja de moda feminina, comenta quando questionada como se sentiu ao se aposentar:

Não, não sentia falta da sala de aula. Eu, eu me considerei completado um ciclo, que era o ciclo de me dar intelectualmente, a contribuição para gerações, não é? Então, foram 26 anos de ensino. Então, por 26 anos, eu contribuí no que eu sabia e no que eu podia.

Já Dalva, que permaneceu na docência após a aposentadoria, ponderou ao ser indagada como enfrentou a rotina do trabalho:

Olha, eu acho que o trabalho de professor é uma dádiva porque você está em contato sempre com a geração mais nova. Você está em contato com o jovem, sempre você está fazendo esse intercâmbio, sempre você está atualizado, você está interagindo com ele, nunca que você está ultrapassado, nunca que é uma rotina (...) Mas o trabalho mesmo de dar aula, preparar aula, de discutir, de fazer seminário de pesquisas, eu acho uma maravilha.

Opinião semelhante é também compartilhada pela informante Márcia, enfermeira e professora universitária aposentada, que fez concurso para ensinar em Universidade Estadual ao findar seu tempo de serviço em Universidade Federal. Quando questionada sobre a continuidade do trabalho após a aposentadoria, essa pesquisada afirmou: “No caso do ensino, você está ainda formando outras pessoas, você está ajudando outras pessoas na sua formação profissional, entendeu?! Eu acho que é muito bom!” Nesse sentido, importa salientar outra consideração de Mannheim (1982), para quem as gerações estão em um estado de interação constante no que se refere à transmissão da herança cultural. O autor aborda, então, o processo de educação ou

a descoberta do estágio de desenvolvimento e das condições pelas quais uma classe atinge a consciência de si enquanto classe constituem matéria prima para uma pesquisa histórica e sociológica. De maneira similar, um problema sociológico consiste em descobrir o momento em que os membros individuais de uma geração se tornam conscientes de sua situação comum e fazem dessa consciência a base da solidariedade grupal.

instrução adequada dos jovens, mencionando a dificuldade de diálogo que pode haver entre as partes, devido à falta de compreensão decorrente do fato de que os problemas dos jovens educandos são completamente distintos dos problemas enfrentados pelo educador em sua juventude:

Essa tensão é impossível de ser solucionada exceto por um fator de compensação: não apenas o professor educa seu aluno, mas o aluno também educa o professor. As gerações estão em um estado de interação constante (MANNHEIM, 1982, p. 83).

Na tentativa de associar o entendimento do autor a esta pesquisa de campo, destaco o comentário feito pela informante Sílvia ao afirmar que a contribuição qualitativa de continuar trabalhando procede do fato de aprender com seus alunos, jovens muito carentes materialmente que lutam pela sobrevivência. Quando os alunos compartilham seus problemas familiares com ela em conversas que estabelecem nos corredores e no pátio da escola, a pesquisada questiona sobre os seus próprios impasses de família. No momento em que indaguei sobre as vantagens de continuar trabalhando, ela informou:

É muito bom! Eu acho que para mim é maravilhoso. Eu acho que até o convívio com minhas filhas, com meus netos, a forma de encarar a vida, a forma de ser capaz de aceitar determinadas coisas tem muito a ver com a minha atividade que eu desenvolvo. (Sílvia)

A centralidade do trabalho pode ser inferida nas narrativas de alguns pesquisados, sobretudo quando revelam a insatisfação sentida quando a aposentadoria ocorreu e eles ainda não tinham conseguido um novo vínculo de trabalho. Essa situação é explicitada nas entrevistas de Jessé, Vitória e Sílvia. No caso de Letícia, a centralidade do trabalho é relativa, haja vista que a continuidade no trabalho após a aposentadoria não assume um caráter

impositivo como para a grande maioria dos informantes. Jessé, o marido de Letícia, é o provedor da residência.

A questão de que o trabalho assume uma dimensão fundamental na vida das pessoas, visto que, por meio dele, ocorre socialização e para algumas significa satisfação pessoal, pode ser captada na fala do pesquisado quando questionado acerca das vantagens de continuar trabalhando: “Independentemente da necessidade econômica, o trabalhar, quando a gente trabalha naquilo que a gente gosta, o trabalho é sempre um prazer” (Eduardo). A satisfação pessoal em trabalhar também é dita pelo informante Antônio, associando-a ao fator experiência: “O resultado do meu trabalho...Eh tem uma qualidade muito maior. Pelo acúmulo do conhecimento que eu formei ao longo do tempo e também pela visão para as questões importantes”.

A consideração de Domingues (2004), de que um elemento fundamental para se definir relações geracionais consiste na apropriação diferencial dos recursos materiais disponíveis socialmente, tais como os sistemas de aposentadoria e previdência social que caracterizam as sociedades ocidentais modernas, foi também tratada nesse estudo, uma vez que se focalizou a dimensão política suscitada pelo conceito de gerações, ao abordar as mudanças referentes aos critérios e às regras adotadas no Brasil, a partir de 2004, para o acesso à aposentadoria por trabalhadores pertencentes ao funcionalismo público.

A pertinência da recapitulação histórica do surgimento da previdência no Brasil, realizada nesta tese, deveu-se à necessidade de demonstrar o entendimento de que a dualidade público *versus* privado, presente na história política brasileira, evidencia-se desde a origem da previdência no Brasil, através de suas formas iniciais de ocorrência com as CAPs e os IAPs, tal como explicitado no capítulo 1. Ademais, focar o episódio histórico da Reforma da Previdência no Brasil, parece relevante, uma vez que fiz associação com a história social do trabalho no país e tentei apreender a reforma previdenciária como um processo cujo

desdobramento no contexto político assinalou a primazia assumida pelos interesses de mercado, representados por grupos financeiros de seguradoras e bancos, em detrimento dos direitos sociais dos trabalhadores, referentes à aposentadoria. Acerca da Reforma da Previdência, o informante se expressa: “A Reforma da Previdência, que eu ouço falar, é a tentativa do Governo em privatizar, não é? (...) Fazer a previdência privada na parte dos salários dos aposentados é o que mais os bancos querem.(Cássio)”

Na análise dos diferentes entendimentos feitos pelos informantes sobre a Reforma da Previdência, atentei para a percepção de Ana, Cássio e José, que a compreendem como a privatização da Previdência. Cláudia afirma: “A aposentadoria não dará para cobrir as necessidades básicas do aposentado. A juventude não vai ter esse privilégio. Ela vai ter que trabalhar até o fim dos seus dias se quiser ter uma vida digna.”

Interessante notar que, em situações de crise social, é comum se recorrer ao argumento da solidariedade social para legitimar a vigência da ordem social, tal como se pode apreender, em uma análise crítica da obra de Durkheim (2000). Na reflexão durkheimiana, por exemplo, o conceito de forte estado coletivo é gerador de coesão em momentos de crise. Para o autor, é pelo Estado e só por ele que os indivíduos existem moralmente (DURKHEIM, 2002)³. Em um balanço sociológico sobre a reforma da Previdência Social no Brasil, identifiquei em alguns discursos, ratificadores de sua realização, que o uso da ideia de solidariedade social é recorrente. Todavia, nesse contexto de reforma, o Estado foi omissivo na arbitragem dessa coesão intergeracional, desde que, nos anos 1990, o neoliberalismo se fez presente no Brasil, haja vista a campanha direcionada contra o Estado e os servidores

³ Na obra *Lições de Sociologia*, Durkheim (2002) se propõe a estudar as regras morais e jurídicas nas relações em que o indivíduo mantém com o grupo político. O autor define Estado como a sociedade política em seu conjunto, o povo governado e seu governo juntos. Estabelece a distinção entre Estado e sociedade política. Define o Estado como os agentes de autoridade soberana e a sociedade política como o grupo complexo em que o Estado é o órgão eminente. Assinala que os principais deveres da moral cívica são os que o cidadão tem para com o Estado e, reciprocamente, os que o Estado tem para com os indivíduos.

públicos. Cabe lembrar, então, o comentário da pesquisada Márcia quando lhe foi perguntado o ano da aposentadoria:

Foi justamente na época em que o presidente Collor⁴ entrou e aí muita gente na Universidade se aposentou com medo do que poderia acontecer em relação à aposentadoria, ao aumento dos anos – aquela coisa toda. E aí eu me aposentei.

Elaborar reflexões sobre trabalho e aposentadoria no Brasil, temas que consistem em direitos sociais básicos da vida social, suscita questões tais como cidadania, falta da criação de postos de trabalho e término dos existentes, isto é, desemprego, desigual distribuição de renda e das formas de financiamento de aposentadorias. Como assinala Pochmann (2008), alguns sinais de retrocesso na proteção social no Brasil são verificados nos últimos 25 anos, decorrentes da queda da renda do trabalho e do crescimento do desemprego aberto e das ocupações precárias.

Não perdendo de vista que o modelo neoliberal no Brasil transformou algumas normas para obtenção do direito à aposentadoria de funcionários públicos, tornando o sistema previdenciário misto, pois estabeleceu teto salarial de cobertura pelo Estado e criou fundos de pensão, no contexto atual, em que o neoliberalismo apresenta sinais de esgotamento, debates devem ser suscitados na arena política, revendo a pertinência das regras adotadas pela previdência para a aposentadoria do funcionalismo público.

Enfim, a heterogeneidade das condições socioeconômicas de aposentados em Salvador-Bahia, assim como no Brasil, revela a desigualdade mais ampla de um mercado de trabalho tão segmentado quanto precarizado. Daí a importância de que as necessidades dos

⁴ Importa destacar que Fernando Collor de Mello (1989-1992) iniciou no país a propagação do processo de desqualificação do servidor público ao declarar o caráter moralizador de sua gestão, que começou a realizar políticas de “caça aos marajás”. Paradoxalmente, o presidente teve os direitos políticos cassados, em 1992, através do “*impeachment*” político, devido ao excesso de corrupção em seu governo.

aposentados sejam consideradas e políticas sociais lhes sejam direcionadas. De maneira análoga, os mesmos procedimentos devem ser acionados para a população jovem e adulta trabalhadora, os futuros aposentados. Para os trabalhadores desempregados, integrantes do exército industrial de reserva, que tal contexto seja modificado, a fim de que a aposentadoria seja um direito social respeitado e possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Henrique de; DAMASCENO, Luciano. *Perfil socioeconômico do trabalho informal de Salvador – 2005. Relatório parcial*. Salvador: Prefeitura Municipal, Fundação Mário Leal Ferreira, set. 2005. 94p.
- ALVES DA SILVA, Ademir. A reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: vol.18, n.3. Jul.-Set. 2004. p. 16-32.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-444.
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal do Brasil* (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. 172p.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999a. 155p.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 2 ed. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1982. (Coleção teoria e prática sociais) 2º ed. (1988). 187p.
- ANTUNES, Ricardo. Mundo do trabalho e teoria do valor: as formas de vigência do trabalho material e imaterial. In: _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999b. p. 119-134.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005. 136p.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.
- A TARDE. Argentina reestatiza sistema previdenciário. In:_____. Economia, quarta-feira, 22 out. 2008 a.
- A TARDE. O Estado terá um papel maior na economia. In:_____. Economia, quarta-feira, 22 out. 2008b.
- A TARDE. Previdência Social reduz déficit. In:_____. Economia, sexta-feira, 21/11/2008c.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Introduction: Transferts publics et transferts privés entre generations. In: _____ (Dir.). *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, état*. Paris: Nathan, 1995. p.5-23.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Solidarités et entraides entre generations. In: SINGLY, François de. (Dir.). *La famille en questions: État de la recherche*. Paris: Syron, 1996. p.167-178.

AZEREDO, B. O Sistema Previdenciário Brasileiro: Diagnóstico e Perspectivas de Mudanças. Rio de Janeiro, CEPP, n.9, Texto para discussão, 1993.

BARBOSA, Livia. *Jeitinho e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 149 p.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 152 p.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice na contemporaneidade*. In: PEIXOTO, Clarice Ehers (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.13-23.

BRAGA, Ruy. Mercadoria descartável. In: *Sociologia: Ciência & Vida*. Edição especial. Ano I, nº 3. São Paulo: Editora Escala, 2007. p. 40-47.

BENGTSON, Vern L.; GIARUSSO, Roseann. Effets à long terme du lien filial. In: ATTIAS-DONFUTT, Claudine (Dir.). *Les Solidarités entre generations: vieillesse, familles, état*. Paris: Nathan, 1995, p. 83-95.

BILAC, Elisabete Dória. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p.43-61.

BONALDI, Eduardo Vilar. Incerteza prolongada. In: *Sociologia: Ciência & vida*. Edição especial. Ano I, nº 3. São Paulo: Editora Escala, 2007. p. 56-63.

BORGES, Ângela. A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. In: *Caderno do Ceas*. Salvador: Novembro / Dezembro, 2003a, nº 208. p. 43-61.

BORGES, Ângela. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 90*. UFBA, 2003b. Tese de Doutorado. 376p.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, idades e gerações - introdução. In: *Caderno CRH*. Salvador: Centro de Recursos Humanos / UFBA, Set./ Dez. 2004. p. 349-355.

BRITTO DA MOTTA, Alda. O par relutante. Texto apresentado no 13º Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, UFAL, Maceió, Alagoas, 2007. Versão no prelo.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Dinâmica da população brasileira e implicações para a previdência social. In: TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). *Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. p.95-136.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: problema para quem? *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.1, n.4, mar./2001. p.36-48.

CARADEC, Vicent. *Sociologie de la vieillesse e du vieillissement*. Paris: Nathan Université, 2001. 127 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976. 118p.

CARVALHO, Inaiá, CODES, Ana Luiza Machado. Condições Ocupacionais, Pobreza e Desigualdades. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). *Como anda Salvador e sua região Metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2006. 185p.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 236p.

COUtrim, Rosa Maria da Exaltação. *A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte – MG, UFMG. Tese de Doutorado, 2004. 156 p.

COUtrim, Rosa Maria da Exaltação. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. *Revista Sociedade Estado*, v.21, n.2. Brasília. Mar / Ago 2006. 11p (Cópia Digital).

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987. p. 115-136.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999. 266 p.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e curso da vida. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n.3, 1997. p. 120-139.

DEBERT, Guita Grin; SIMÕES, Júlio Assis. A aposentadoria e a “invenção da terceira idade”. *Textos Didáticos*, IFCH / UNICAMP, n. 13, jan. 1998. p. 29-44.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, Guita Grin (Org.). *Textos Didáticos: Antropologia e Velhice*. 2 ed, n 13. São Paulo: IFCH / UNICAMP, janeiro 1998, p. 7-27.

DOMINGUES, José Maurício. *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 262p.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. Salvador: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1999. 271p.

DRUCK, Maria da Graça; Thébaud-Mony, Annie. *A terceirização / subcontratação e a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil – uma abordagem comparativa*, 2007. 47p. Versão no prelo.

DURKHEIM, Émile. Divisão do trabalho e suicídio. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 2000. p. 73-123. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 9 Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973. 90 p.

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 304p. (Coleção Tópicos).

DURKHEIM, Emile. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1970. 99p.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Petrópolis: Vozes, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORI, José Luís. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 236p.

FOLHA DE S. PAULO. Governo tenta nova reforma da Previdência. In:_____. Brasil, A8, sexta-feira, 7 de set. de 2007a.

FOLHA DE S. PAULO. Lula quer modelo universal de Previdência. In: _____. Dinheiro, B5, domingo, 14 de jan. de 2007b.

FOLHA DE S.PAULO. Governo quer regra de servidor para as aposentadorias do setor privado. In:_____. Dinheiro, B12, sexta-feira, 5 de dez. de 2008a.

FOLHA DE S.PAULO. Previdências de Estados registram rombo de R\$ 20,5%. In: _____ . Dinheiro, B3, sábado, 13 de set. de 2008b.

FOLHA DE S. PAULO. Supremo decide que INSS só pode cobrar dívida até 5 anos. In:_____. Dinheiro, B5, domingo, 29 de jun. de 2008c.

FOUCAULT. Michel. *História da sexualidade*, 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 246p.

GODARD, Francis. Le conflit de generations. In: *Informations Sociales*. Générations. N° 30, 1993. p. 86-92.

GOLDANI, Ana Maria. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-250.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 318p.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 300p.

GORZ, André. Metamorfoses do Trabalho: primeira parte. In: _____ . *Metamorfoses do Trabalho*: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003. p. 21-106.

GRÜN, Roberto. O nó dos fundos de pensão. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 73, p. 19-31, nov. 2005.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. *O direito à Velhice*: os aposentados e a previdência social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 115p. (Coleção questões da nossa época; v.10)

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 335p.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2004* / IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2005* / IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira 2006 / IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007 / IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA. *Desafios do desenvolvimento*: as incertezas de 2009. Brasília: Ano 6. N° 47. Fev. 2009.

KERTZMAN, Ivan; MARTINEZ, Luciano. *Guia prático da previdência social*: tudo sobre sua aposentadoria e outros benefícios. 3° ed. Rio de Janeiro: Editora Podium, 2008. 324p.

LANGEVIN, Annette. A construção social das idades: mulheres adultas de hoje e velhas de amanhã. *CADERNO CRH*. Dossiê: Gênero e Família. MOTTA, Alda Britto da (Coord.). n. 29. Salvador: EDUFBA, jul./dez.1998. p. 129-149.

LOBO, Breno. A atual situação do sistema previdenciário brasileiro e as propostas de reforma do Governo Lula. In: *Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, n. 111, p. 20-25, Ago. 2003.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH*. Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, n.37, p. 81-109, jul. / dez. 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do Conhecimento*. Porto, Portugal: Res Editora, (s.d). p.115-176.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. A Reforma da Previdência em Dois Tempos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº2, 2005. p. 301-322.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. [HTTP: // WWW.MTE.GOV.BR / RAIS/ Resultado-2006](http://www.mte.gov.br/RAIS/Resultado-2006). Acesso em 14 dez. 2007.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Aposentadoria. p. 146. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociedade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.4, n.10, jun/1989. p.2-24. (Cópia digital)

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____ (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 57-82.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. São Paulo: Annablume, 2000. 206 p.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. L. de. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 69-84.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 9-28.

PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980. 165 p.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59 -73.

POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008. 238p.

RAMALHO, Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. *Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 62p. Passo-a-Passo, 39.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). *Família e Gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 91-105.

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e Comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

SABOIA, Vivian Aranha. As desigualdades de gênero na previdência social na França e no Brasil. *CADERNO CRH*. V. 19, N. 46. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 123-131.

SALEM, Tânia. Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica. *BIB*, Rio de Janeiro, n° 21, 1° Semestre 1986, p. 25-39.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça Social: a política social na ordem brasileira*. 2ed. São Paulo: Campus, 1987.

SCOTT, R. Parry. Família, gênero e poder no Brasil do século XX. *BIB*, São Paulo, n° 58, 2° Semestre de 2004, p. 29-78.

SEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego: Região Metropolitana de Salvador 2006*. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicações/ped>. Acesso em: 17 jul. 2008a.

SEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego: Região Metropolitana de Salvador 2007*. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicações/ped>. Acesso em: 17 jul. 2008b.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 10° ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 137 p.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.

SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 255p.

SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 13-33.

SINGLY, François de et al. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. 196 p.

SINGLY, François. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 206 p.

SOUZA, Carolina M. B. de. *Envelhecimento e tendências de sociabilidade: identidades de gênero e de classe social em grupos de idosos*. Salvador: UFBA, 2003. Dissertação de Mestrado. 98p.

SOUZA MARTINS, José de. Introdução. In: FORACHI, M. M.; SOUZA MARTINS, José de (Orgs). *Sociedade e Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 8p.

TAVARES, Marcelo Leonardo; IMBRAHIM, Fábio Zambitte; VIEIRA, Marco André Ramos. In: TAVARES, Marcelo Leonardo (Org.). *Comentários à reforma da previdência*. 3º ed.. Rio de Janeiro: Impetus, 2005. 217 p.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 137 p.

VELHO, Gilberto; CASTRO, Eduardo V. de. O conceito de cultura e estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. N° 1. In: *Artefato*. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura; Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro, 1978.

VIANA, Nildo. Neoliberalismo: afinal, o que é? In: *Sociologia: Ciência & Vida*. Ano 1, n° I. São Paulo: Editora Escala, 2007. p. 14 -21.

VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 288p.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Renan: UCAM, IUPERJ, 1998. 286p.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e conseqüências. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, , 2004. p. 453-479.

APÊNDICE

A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

- **Dados de identificação geral:** idade; cor; situação conjugal; local de nascimento e de residência; fontes de renda; valor aproximado da renda mensal; habitação própria ou alugada.
- **Trajétória educacional e profissional:** nível de escolaridade; fase da existência em que começou a trabalhar; lugares em que trabalhou e funções desempenhadas; ano da aposentadoria; opinião do informante sobre as situações de aposentados no Brasil; manutenção de atividade remunerada; vantagens e desvantagens da continuidade do trabalho remunerado; contribuição financeira para composição da renda familiar; existência da rotina do trabalho e seu enfrentamento; uso de microcomputador e internet para realizar trabalho.
- **Trabalho e saúde:** auto-percepção da disposição física para o trabalho; interferência do trabalho no lazer; realização de atividade física.
- **Vida familiar e conjugal:** formas de relacionamento com a família; ajuda financeira fornecida a parentes (filhos, sobrinhos, netos e sobrinhos netos, por exemplo); pessoas responsáveis pelas despesas da casa; opinião da família sobre a continuidade no trabalho; opinião do informante sobre o aposentado que trabalha e aquele que não trabalha.
- **Trabalho e relações intergeracionais e intrageracionais:** entendimento do informante sobre as oportunidades de emprego para as novas gerações.
- **Reforma da Previdência Social:** conhecimento ou falta de informação sobre o tema; opinião acerca da reforma da previdência, caso o informante saiba a questão.